



Gerenciamento de Riscos e Capital - Pilar 3

4º Trimestre de 2025

4T25

Itaú Unibanco Holding S.A.

Objetivo	1
Principais Indicadores	1
Indicadores prudenciais e gerenciamento de riscos	2
KM1: Informações quantitativas sobre os requerimentos prudenciais	2
OVA: Visão geral do gerenciamento de riscos da instituição	4
Escopo e Principais Características do Gerenciamento de Riscos	4
Governança de Riscos e Capital	4
Cultura Ituber	6
Apetite de Risco	7
Teste de Estresse	8
Plano de Recuperação e Saída Organizada	9
Avaliação da Adequação de Capital	10
Suficiência de Capital	10
OV1: Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA)	11
Comparação entre informações contábeis e prudenciais	12
LIA: Explicação das diferenças entre valores registrados nas demonstrações contábeis e valores das exposições sujeitas a tratamento prudencial	12
LI1: Diferenças entre o escopo de consolidação contábil e o escopo de tratamento prudencial, bem como o detalhamento dos valores associados às categorias de risco	13
LI2: Principais causas das diferenças entre os valores considerados na regulamentação prudencial e os valores das exposições	13
PV1: Ajustes prudenciais (PVA)	14
Instituições integrantes das Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco Holding	14
Instituições não consolidadas	18
Instituições relevantes	18
Composição de Capital	18
CCA: Principais características dos instrumentos que compõem o Patrimônio de Referência (PR)	18
CC1: Composição do Patrimônio de Referência (PR)	20
CC2: Conciliação do Patrimônio de Referência (PR) com o balanço patrimonial	22
Indicadores Macroprudenciais	23
CCyB1: Distribuição geográfica das exposições ao risco de crédito consideradas no cálculo do ACPContracíclico	23
GSIB1: Indicadores utilizados para caracterização de instituição financeira como sistemicamente importante em âmbito global (G-SIBs)	23
Razão de Alavancagem	24
LR1: Comparação entre informações das demonstrações financeiras e as utilizadas para apuração da Razão de Alavancagem (RA)	25
LR2: Informações detalhadas sobre a Razão de Alavancagem	24
Indicadores de Liquidez	25
LIQA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de liquidez	25
Estrutura e Tratamento	25
LIQ1: Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR)	26
LIQ2: Indicador Liquidez de Longo Prazo (NSFR)	27

Risco de Crédito	28
CRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito	28
CR1: Qualidade creditícia das exposições	29
CR2: Mudanças no estoque de ativos problemáticos	30
CRB: Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições	30
Exposições por setor econômico	30
Exposições por prazo remanescente de vencimento	31
Exposições em atraso segmentadas por faixa de atraso	31
Exposições por região geográfica no Brasil e por país	31
Maiores exposições	31
Exposições reestruturadas	32
CRC: Informações sobre instrumentos mitigadores do risco de crédito	32
CR3: Visão geral das técnicas de mitigação do risco de crédito	33
CR4: Abordagem padronizada – exposições e efeitos da mitigação do risco de crédito	34
CR5: Abordagem padronizada - exposições por contraparte e fator de ponderação de risco (FPR)	35
CRE: IRB - Informações qualitativas sobre abordagens IRB	38
CR6: IRB – Exposições ao risco de crédito por carteira e intervalos de PD	41
CR7: IRB - Efeitos da utilização de derivativos de crédito como instrumentos mitigadores do risco de crédito	42
CR8: Informações sobre as variações no RWACIRB	42
CR9: IRB - Comparação entre perdas estimadas e observadas (backtesting) do parâmetro PD por categoria, subcategoria e portfólio	43
CMS1: Comparação entre o RWA calculado na abordagem padronizada e na abordagem modelos internos por tipo de risco	44
Risco de Crédito de Contraparte	45
CCRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito de contraparte (CCR)	45
CCR1: Análise das exposições ao risco de crédito de contraparte (CCR) por abordagem utilizada	46
CCR3: Abordagem padronizada – segregação de exposições ao CCR por contraparte e por fator de ponderação de risco	46
CCR5: Colaterais financeiros associados a exposições ao risco de crédito de contraparte	46
CCR6: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a derivativos de crédito	47
CCR8: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a exposições a contrapartes centrais	48
Exposições de Securitização	47
SECA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento de riscos das exposições de securitização	47
SEC1: Exposições de securitização classificadas na carteira bancária	48
SEC2: Exposições de securitização classificadas na carteira de negociação	48
SEC3: Exposições de securitização na carteira bancária e requerimentos de capital - instituição como originadora ou patrocinadora	48
SEC4: Exposições de securitização na carteira bancária e requerimentos de capital - instituição como investidora	49

Risco de Mercado	49
MRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de mercado	49
MR1: Abordagem padronizada - fatores de risco associados ao risco de mercado	51
MRB: Informações qualitativas sobre o risco de mercado na abordagem de modelos internos	52
MR2: Informações sobre as variações do RWA_{MINT}	54
Exposições sujeitas a risco de mercado	54
MR3: Valores dos modelos internos de risco de mercado	55
MR4: Comparação das estimativas do VaR com os resultados efetivo e hipotético	55
Teste de Aderência	55
Total da Exposição Associada a Instrumentos Financeiros Derivativos	56
IRRBB	56
IRRBBA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do IRRBB	56
Estrutura e tratamento	57
IRRBB1: Informações quantitativas sobre o IRRBB	59
Remuneração de Administradores	60
REMA: Política de Remuneração	60
REM1: Remuneração atribuída durante o ano de referência	71
REM2: Pagamentos extraordinários	71
REM3: Remuneração diferida	71
ORA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento de Risco Operacional	72
OR1: Histórico de perda operacionais	73
OR2: Composição do Indicador de Negócios (BI)	74
OR3: Requerimento de capital para risco operacional	74
Outros Riscos	75
Riscos de Seguros, Previdência e Capitalização	75
Risco Social, Ambiental e Climático	75
Risco de Modelo	77
Risco Regulatório ou de Conformidade	77
Risco Reputacional	77
Risco Cibernético	79
Risco País	79
Risco de Negócio e Estratégia	80
Risco de Contágio	80
Riscos Emergentes	80
Risco Operacional	81
Gestão de Crises e Resiliência Operacional	81
Validação Independente de Modelos de Riscos	82
Glossário de Siglas	83
Glossário de Regulamentos	86

Objetivo

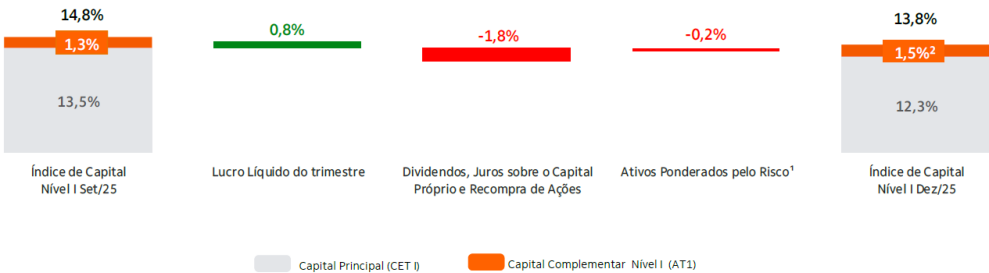
O presente documento apresenta as informações do Itaú Unibanco *Holding* S.A. (Itaú Unibanco) requeridas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) por meio da Resolução BCB nº 54 e alterações posteriores, que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos e capital, à comparação entre informações contábeis e prudenciais, à indicadores de liquidez e risco de mercado, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA, do inglês “*Risk Weighted Assets*”), à apuração do Patrimônio de Referência (PR) e à remuneração de administradores.¹

A referida Resolução trouxe diversas alterações no formato de divulgação das informações de Pilar 3, além de mudanças no escopo e na periodicidade das informações divulgadas. Todas estas alterações, implementadas pelo Banco Central, visam a convergência da regulação financeira brasileira para as recomendações do Comitê de Basileia, buscando a harmonização das informações divulgadas pelas instituições financeiras em nível internacional, e levam em consideração as condições estruturais da economia brasileira.

A política de divulgação do Relatório de Gerenciamento de Riscos e Capital apresenta as diretrizes e responsabilidades das áreas envolvidas na elaboração do relatório, assim como a descrição das informações que devem ser divulgadas e a governança de confirmação de fidedignidade e aprovações, conforme estabelecido pelo art. 56 da Resolução nº 4.557.

Principais Indicadores

O foco do gerenciamento de riscos e capital do Itaú Unibanco é manter a instituição dentro das diretrizes de risco do Conselho de Administração (CA). Abaixo estão os principais indicadores do relatório, apurados com base no Conglomerado Prudencial, na data-base de 31 de dezembro de 2025.



(1) Inclui ajustes prudenciais e patrimoniais. (2) A emissão das Letras Financeiras Subordinadas Perpétuas descritas no Comunicado ao Mercado de 08/10/2025 levou o AT1 a 1,5%.

Indicadores prudenciais e gerenciamento de riscos

O Itaú Unibanco investe em processos robustos de gerenciamento de riscos e capital que permeiam toda a instituição e que são a base das decisões estratégicas para assegurar a sustentabilidade dos negócios.

A seguir são apresentadas as informações sobre os requerimentos prudenciais e sobre a gestão integrada de riscos da instituição.

KM1: Informações quantitativas sobre os requerimentos prudenciais

Visando garantir a solidez do Itaú Unibanco e a disponibilidade de capital para suportar o crescimento dos negócios, os níveis de Patrimônio de Referência (PR) foram mantidos acima do requerido para fazer frente aos riscos, conforme evidenciado pelos índices de Capital Principal, de Nível I e de Basileia.

Em 31 de dezembro de 2025, o PR alcançou R\$ 228.589 milhões, sendo R\$ 208.161 milhões referentes a Nível I e R\$20.428 milhões referentes a Nível II.

Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

Em R\$ milhões	31/12/2025	30/09/2025	30/06/2025	31/03/2025	31/12/2024
Capital regulamentar					
Capital Principal	185.595	195.917	188.389	180.611	188.265
Capital Principal corresponde à linha 1 deduzindo, conforme aplicável, o valor estabelecido pelo: art. 4º, caput, inciso I, alínea "i", e §§ 8º e 9º, da Resolução CMN nº 4.955, de 21 de outubro de 2021; ou art. 3º, caput, inciso I, alínea "i", §§ 8º e 9º, da Resolução BCB nº 199, de 11 de março de 2022.	185.552	195.874	188.346	180.568	188.265
Nível I	208.161	215.466	215.381	202.344	206.196
Nível I considerando a apuração do Capital Principal conforme linha 1a	208.118	215.423	215.338	202.301	206.196
Patrimônio de Referência (PR)	228.589	238.430	237.454	224.092	227.602
Patrimônio de Referência (PR) considerando a apuração do Capital Principal conforme linha 1a	228.546	238.387	237.411	224.049	227.602
Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente	-	-	-	-	-
Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente considerando o PR conforme linha 3a	-	-	-	-	-
Destaque do PR	-	-	-	-	-
Ativos ponderados pelo risco (RWA)					
RWA total	1.505.475	1.454.242	1.436.344	1.430.630	1.379.056
RWA corresponde à linha 4 deduzindo, conforme aplicável, o valor referente ao inciso XII do caput do art. 4º ponderado pelo Fator de Ponderação de Risco (FPR) estabelecido no art. 82-A, ambos os comandos da Resolução 229, de 12 de maio de 2022.	1.505.432	1.454.199	1.436.301	1.430.587	1.379.056
Capital regulamentar como proporção do RWA					
Índice de Capital Principal (ICP)	12,3%	13,5%	13,1%	12,6%	13,7%
Índice de Capital Principal (ICP) considerando: Numerador: corresponde à linha 1a; Denominador: corresponde à linha 4b	12,3%	13,5%	13,1%	12,6%	13,7%
Índice de Nível 1 (%)	13,8%	14,8%	15,0%	14,1%	15,0%
Índice de Nível 1, considerando: Numerador: corresponde à linha 2a; Denominador: corresponde à linha 4b	13,8%	14,8%	15,0%	14,1%	15,0%
Índice de Basileia	15,2%	16,4%	16,5%	15,7%	16,5%
Índice de Basileia, considerando: Numerador: corresponde à linha 3a; Denominador: corresponde à linha 4b	15,2%	16,4%	16,5%	15,7%	16,5%
Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA					
Adicional de Conservação de Capital Principal - ACPConservação (%)	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%
Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACPCContracíclico (%) ⁽¹⁾	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPSistêmico (%)	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%
ACP total (%) ⁽²⁾	3,6%	3,6%	3,6%	3,6%	3,6%
Margem excedente de Capital Principal (%)	3,6%	4,8%	5,0%	4,1%	4,9%
Margem excedente de Capital Principal (%) considerando o Capital Principal conforme linha 1a	3,6%	4,8%	5,0%	4,1%	4,9%
Razão de Alavancagem (RA)					
Exposição total	2.983.477	2.921.612	2.855.121	2.710.449	2.805.181
Exposição total corresponde à linha 13 deduzindo, conforme aplicável, o valor referente ao inciso XII do caput do art. 4º da Resolução 229, de 12 de maio de 2022.	2.983.434	2.921.569	2.855.078	2.710.406	2.805.181
RA (%)	7,0%	7,4%	7,5%	7,5%	7,4%
RA considerando: i. Numerador: corresponde à linha 2a; ii. Denominador: corresponde à linha 13a	7,0%	7,4%	7,5%	7,5%	7,4%
Indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)					
Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)	389.723	367.777	346.084	340.855	362.609
Total de saídas líquidas de caixa	181.290	168.176	161.856	173.512	163.863
LCR (%)	215,0%	218,7%	213,8%	196,4%	221,3%
Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR)					
Recursos estáveis disponíveis (ASF)	1.499.680	1.408.603	1.393.627	1.362.350	1.375.854
Recursos estáveis requeridos (RSF)	1.202.060	1.142.829	1.150.712	1.114.206	1.127.870
NSFR (%)	124,8%	123,3%	121,1%	122,3%	122,0%

1) ACPCContracíclico é fixado pelas autoridades monetárias das jurisdições que o Banco Itaú possui exposição sendo as mais relevantes o Brasil, em que o Comitê de Estabilidade Financeira (Comef) define em zero (Comunicado BACEN nº 43.228/25), e o Chile, que está definido em 0,5%.

2) As normas do BACEN estabelecem um Adicional de Capital Principal (ACP), correspondente à soma das parcelas ACPCConservação, ACPCContracíclico e ACPSistêmico, conforme definido na Resolução CMN 4.958.

O Índice de Basileia atingiu 15,2% em 31 de dezembro de 2025, queda de 1,2 p.p. em relação a 30 de setembro de 2025, devido ao pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, recompra de ações e crescimento dos ativos ponderados pelo risco, atenuados pelo impacto positivo do resultado do período.

Além disso, o Itaú Unibanco possui folga em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido no montante de R\$ 108.151 milhões, equivalente a 7,2 p.p. acima do mínimo regulatório (8%) e superior à exigência de ACP de 3,6% (R\$ 53.686 milhões). Considerando o ACP, a folga seria de 3.6 p.p.

O índice de Imobilização indica o percentual de comprometimento do PR ajustado com o ativo permanente ajustado. O Itaú Unibanco está enquadrado no limite máximo de 50% do PR ajustado, fixado pelo BACEN. Em 31 de dezembro de 2025, o índice de imobilização atingiu 19,4%, apresentando uma folga de R\$ 69.887 milhões.

OVA: Visão geral do gerenciamento de riscos da instituição

Escopo e Principais Características do Gerenciamento de Riscos

Assumir e gerenciar riscos é uma das atividades do Itaú Unibanco e, para isso, a instituição deve ter bem estabelecidos os objetivos para a gestão de riscos. Nesse contexto, o *Apetite de Riscos* articula o conjunto de diretrizes do Conselho de Administração (CA) sobre estratégia e assunção de riscos, definindo a natureza e o nível dos riscos aceitáveis para a organização, e a cultura de riscos orienta as atitudes necessárias para gerenciá-los. O Itaú Unibanco investe em processos robustos de gerenciamento de riscos e capital que permeiam toda a instituição e que são a base das decisões estratégicas para assegurar a sustentabilidade dos negócios e para maximizar a criação de valor para o acionista.

Dentre os processos para o adequado gerenciamento de riscos e capital destacam-se a implementação de uma estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos, do arcabouço de *Apetite de Risco*, que é composto pela Declaração de *Apetite de Riscos* (RAS, do inglês "Risk Appetite Statement") do CA, pela política de *Apetite de Risco* e pelo conjunto de métricas para monitoramento dos principais riscos conforme os limites definidos, o programa de teste de estresse, a constituição de Comitê de Riscos e a indicação, perante o BACEN, do diretor para gerenciamento de riscos (CRO, do inglês "*Chief Risk Officer*"), com atribuição de papéis, responsabilidades e requisitos de independência.

Estes processos estão alinhados às diretrizes do CA e dos Executivos que, por meio de órgãos colegiados, definem os objetivos globais, expressos em metas e limites para as unidades de negócio gestoras de risco. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a administração do Itaú Unibanco por meio dos processos de monitoramento e análise de risco e capital.

Os princípios que ditam os fundamentos do gerenciamento de riscos, do *apetite de riscos* e as diretrizes para a forma de atuação dos colaboradores do Itaú Unibanco no dia a dia para a tomada de decisão são:

- **Sustentabilidade e satisfação de clientes:** a visão do Itaú Unibanco é ser o banco líder em performance sustentável e em satisfação dos clientes, por isso, preocupa-se em gerar valor compartilhado para colaboradores, clientes, acionistas e sociedade, garantindo a perenidade do negócio. O Itaú Unibanco preocupa-se em fazer negócios que sejam bons para o cliente e para a instituição;
- **Cultura de risco:** a cultura de risco da instituição vai além de políticas, procedimentos e processos, e busca fortalecer a responsabilidade individual e coletiva de todos os colaboradores, para que façam a coisa certa, no momento certo e de maneira correta, respeitando a forma ética de fazer negócios. Está pautada em quatro princípios (a tomada consciente de riscos, a discussão e a ação sobre os riscos da instituição e a

responsabilidade de todos pela gestão de risco), os quais incentivam que o risco seja entendido e discutido abertamente, mantendo-se dentro dos níveis determinados pelo Apetite de Risco, e para que cada colaborador, independentemente de sua posição, área ou função, também assuma a responsabilidade pela gestão dos riscos do seu negócio. A Cultura de Risco está descrita no item “Cultura de Risco”;

- **Apreçamento do risco:** o Itaú Unibanco atua e assume riscos em negócios conhecidos e entendidos, evitando riscos sobre os quais não se tem conhecimento ou nos quais não há vantagem competitiva, avaliando cuidadosamente a relação de risco e retorno;
- **Diversificação:** a instituição tem baixo apetite por volatilidade nos resultados e por isso atua em uma base diversificada de clientes, produtos e negócios, buscando a diferenciação dos riscos, além de priorizar negócios de menos arriscados;
- **Excelência operacional:** o Itaú Unibanco quer ser um banco ágil, com infraestrutura robusta e estável para oferecer serviços de alta qualidade;
- **Ética e respeito à regulação:** para o Itaú Unibanco ética é inegociável, por isso, a instituição promove um ambiente institucional íntegro, orientando todos os colaboradores a cultivar a ética nos relacionamentos e nos negócios, e o respeito às normas, zelando pela reputação da instituição.

Governança de Riscos e Capital

O Conselho de Administração é o órgão máximo responsável por estabelecer as diretrizes, políticas e alçadas para a gestão de riscos e capital. Por sua vez, o Comitê de Gestão de Risco e Capital (CGRC) é responsável por apoiar o CA no desempenho de suas atribuições relacionadas à gestão de riscos e de capital. Já no nível executivo, são estabelecidos órgãos colegiados presididos pelo *Chief Executive Officer* (CEO) do Itaú Unibanco, que são responsáveis pela gestão de riscos e capital exercendo responsabilidades delegadas nestes temas e cujas decisões são acompanhadas no âmbito do CGRC.

Para dar suporte a essa estrutura, a Área de Riscos possui diretorias especializadas que têm o objetivo de assegurar, de forma independente e centralizada, que os riscos e o capital da instituição sejam administrados de acordo com as políticas e procedimentos estabelecidos.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos do Itaú Unibanco está em conformidade com as regulamentações vigentes no Brasil e no exterior. Localmente, o Banco segue as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (Bacen), com destaque para a Resolução nº 4.557/17, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital das instituições financeiras, pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), dentre outros reguladores e normas aplicáveis. No âmbito internacional, o Itaú Unibanco segue os padrões definidos pelo Comitê de Basileia para Supervisão Bancária, pela Securities and Exchange Commission (SEC) dos Estados Unidos e pelas regulamentações locais dos países onde está presente. Adicionalmente, o Itaú Unibanco adere a diretrizes como a Foreign Account Tax Compliance Act (FATCA), aos Principles for Responsible Banking (PRB) da United Nations Environment Programme - Finance Initiative e às Diretrizes para Empresas Multinacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), destacando alguns exemplos representativos. O Banco também adota práticas alinhadas às normas da International Financial Reporting Standards (IFRS) e às melhores práticas de governança corporativa reconhecidas globalmente.

Além disso, o Itaú Unibanco também conta com governança de identificação e monitoramento de riscos emergentes, que são aqueles recém identificados com impacto, a médio e longo prazo, potencialmente material

sobre os negócios, mas para os quais ainda não há elementos suficientes para sua completa avaliação, devido à quantidade de fatores e impactos ainda não totalmente conhecidos, uma vez que não possuem precedentes e, por isso, nunca foram tratados no passado.

As responsabilidades sobre o gerenciamento de risco no Itaú Unibanco estão estruturadas de acordo com o conceito de três linhas de governança, a saber:

- 1ª linha de governança: as áreas de negócio e áreas corporativas de suporte são responsáveis diretos por identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos por elas originados;
- 2ª linha de governança: área de riscos, tem como objetivo assegurar, de forma independente e centralizada, que os riscos da instituição sejam administrados de acordo com as políticas e procedimentos estabelecidos, definindo parâmetros para o processo de gestão de riscos e para sua supervisão. Tal controle provê ao CA e aos executivos uma visão global das exposições do Itaú Unibanco de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas;
- 3ª linha de governança: auditoria interna, que está ligada ao Conselho de Administração e promove a avaliação independente das atividades desenvolvidas na instituição, permitindo à alta administração aferir a adequação dos controles, a efetividade do gerenciamento dos riscos e o cumprimento das normas internas e requisitos regulamentares.

O Itaú Unibanco utiliza sistemas automatizados e robustos para completo atendimento aos regulamentos de capital, bem como para mensuração de riscos, seguindo as determinações e modelos regulatórios vigentes. Também coordena as ações para verificação da aderência aos requisitos qualitativos e quantitativos estabelecidos pelos reguladores para observação do capital mínimo exigido e monitoramento dos riscos.

Cultura Ituber

A gestão de riscos é um elemento intrínseco e transversal na cultura Ituber, que enfatiza a responsabilidade individual de cada colaborador, independente do nível hierárquico, orientando decisões e atitudes baseadas em ética e na redução de riscos que possam afetar o negócio, clientes e sociedade.

Como parte essencial da cultura organizacional, a gestão de riscos influencia a avaliação de desempenho, que considera o alinhamento de cada colaborador aos valores da empresa, com destaque para os seguintes aspectos:

- **Para gente, ética é inegociável:** a integridade permeia todas as decisões e ações, fortalecendo o gerenciamento de riscos
- **A gente é movido por resultado:** o crescimento sustentável é priorizado, com atenção aos riscos e impactos das soluções, garantindo segurança e visão de longo prazo
- **A gente não sabe tudo:** a tomada de decisão é orientada por dados, permitindo a identificação e mitigação de riscos
- **A gente vai de turma:** o trabalho em equipe e a sinalização de questões críticas no momento adequado são fundamentais para evitar ou mitigar riscos
- **A gente quer diversidade:** o conhecimento de oportunidades e riscos socioambientais é essencial para o desenvolvimento de negócios responsáveis

A cultura Ituber reforça que a gestão de riscos não é apenas uma prática, mas um valor que permeia todas as dimensões do negócio.

Para entender mais sobre como a cultura Ituber e a gestão de riscos sustentam nosso negócio, acesse o Relatório Anual Integrado.

Apetite de Risco

O Apetite de Risco articula o conjunto de diretrizes do Conselho de Administração (CA) sobre estratégia e assunção de riscos, definindo a natureza e o nível dos riscos aceitáveis para a organização e considerando a capacidade de gerenciamento de forma efetiva e prudente, os objetivos estratégicos, as condições de competitividade e o ambiente regulatório.

O arcabouço de Apetite de Risco é composto pela Declaração de Apetite de Riscos (RAS - *Risk Appetite Statement*) do CA, pela política de Apetite de Risco e pelo conjunto de métricas para monitoramento dos principais riscos conforme os limites definidos.

Considerando as diretrizes estratégicas do Itaú Unibanco, o Apetite de Risco e suas dimensões são fundamentados na seguinte Declaração:

“Somos um banco universal, operando predominantemente na América Latina. Apoiados em nossa cultura de riscos, atuamos com rigoroso padrão ético e de cumprimento regulatório, buscando resultados elevados e crescentes, com baixa volatilidade, mediante o relacionamento duradouro com o cliente, apreçamento correto dos riscos, captação pulverizada de recursos e adequada utilização do capital.”

De forma a tangibilizar a RAS, o Apetite de Risco foi segmentado em seis dimensões, cada uma delas composta por um conjunto de métricas associadas aos principais riscos envolvidos, combinando formas complementares de mensuração, para obter uma visão abrangente das nossas exposições sobre os tipos e níveis de risco aceitáveis:

- **Capitalização:** reflete o nível de proteção do Banco contra perdas significativas que poderiam levar ao descumprimento regulatório ou insolvência. Estabelece que o Itaú Unibanco deve ter capital suficiente para se proteger de uma grave recessão ou de um evento de estresse sem necessidade de adequação da estrutura de capital em circunstâncias desfavoráveis. É monitorada por meio do acompanhamento dos índices de capital do Itaú Unibanco, em situação normal e em estresse, e dos ratings de emissão de dívidas da instituição.
- **Liquidez:** reflete o nível de proteção do Banco contra um período prolongado de estresse de funding que poderia levar à falta de liquidez e eventual falência. Estabelece que a liquidez do Itaú Unibanco deverá suportar longos períodos de estresse. É monitorada por meio do acompanhamento dos indicadores de liquidez.
- **Composição dos resultados:** tem por objetivo garantir a estabilidade e sustentabilidade dos resultados, restringindo a volatilidade excessiva e evitando concentrações em portfólios e desvios significativos na precificação e nas provisões. Define que os negócios serão focados principalmente na América Latina, onde o Itaú Unibanco terá uma gama diversificada de clientes e produtos, com baixo apetite por volatilidade de resultados e por risco elevado. Para tanto, monitora indicadores de risco de Crédito, incluindo dimensões sociais, ambientais e climáticas, de Mercado e IRRBB, de Subscrição e de Negócios & Rentabilidade. As métricas monitoradas buscam garantir, por meio de limites de concentração de exposição como, por exemplo, setores de indústria, qualidade das contrapartes, países e regiões geográficas e fatores de riscos, adequada composição das nossas carteiras, visando à baixa volatilidade dos resultados e à sustentabilidade dos negócios.

- **Risco operacional:** aborda os riscos operacionais que possam comprometer os negócios e a operação do Banco, focando no controle de eventos que possam impactar negativamente a estratégia de negócio e operação.
- **Reputação:** aborda riscos que possam impactar o valor da nossa marca e da reputação da instituição junto a clientes, funcionários, reguladores, investidores e público geral. O monitoramento dos riscos nesta dimensão é feito por meio de comportamento ético e observância conservadora das normas regulatórias.
- **Clientes:** aborda riscos que possam impactar a satisfação e experiência dos clientes, sendo monitorada por meio do acompanhamento da satisfação dos clientes, eventos com impactos diretos em clientes e indicadores de *suitability*.

As métricas traduzem a RAS e as dimensões em indicadores monitoráveis, que capturam os principais riscos incorridos pela instituição. Elas são monitoradas periodicamente e reportadas ao nível executivo, ao Comitê de Gestão de Risco e Capital (CGRC) e ao CA, que orientam a tomada de medidas preventivas de forma a garantir que as exposições estejam dentro dos limites estabelecidos e alinhados à nossa estratégia.

O Conselho de Administração é o responsável pelo estabelecimento e aprovação das diretrizes e limites do Apetite de Risco, desempenhando suas responsabilidades com o apoio do CGRC e do Chief Risk Officer (CRO). A governança do Apetite de Risco está registrada em política interna, estabelecida, revisada e aprovada também pelo CA.

Teste de Estresse

O teste de estresse é um processo de simulação de condições econômicas e de mercado extremas nos resultados, liquidez e capital do Itaú Unibanco. A instituição realiza este teste com o objetivo de avaliar a sua solvência em cenários plausíveis de crise, bem como de identificar áreas mais suscetíveis ao impacto do estresse que possam ser objeto de mitigação de risco.

A estimação das variáveis macroeconômicas para cada cenário de estresse é realizada pela área de pesquisa econômica. A elaboração dos cenários de estresse considera a análise qualitativa da conjuntura brasileira e mundial, elementos históricos e hipotéticos, riscos de curto e de longo prazo entre outros aspectos, conforme definido na Resolução CMN 4.557.

Neste processo, são avaliados os principais riscos potenciais para a economia com base no julgamento da equipe de economistas do banco, referendados pelo Economista Chefe do Itaú Unibanco e com aprovação em Conselho de Administração. As projeções das variáveis macroeconômicas (como por exemplo, PIB, taxa básica de juros, taxas de câmbio e inflação) e do mercado de crédito (como captações, concessões, taxas de inadimplência, spread e tarifas) são geradas a partir de choques exógenos ou através de modelos validados por uma área independente.

Em seguida, os cenários de estresse adotados são utilizados para sensibilizar o resultado e o balanço orçados. Além da metodologia de análise de cenários, também são empregadas análises de sensibilidade e Teste de Estresse Reverso.

O Itaú Unibanco utiliza as simulações para a gestão de riscos de seu portfólio, considerando Brasil (segregado em atacado e varejo) e Unidades Externas, dos quais decorrem os ativos ponderados ao risco e os índices de capital e de liquidez em cada cenário.

O teste de estresse é parte integrante do ICAAP, com o principal objetivo de avaliar se, mesmo em situações severamente adversas, a instituição teria níveis adequados de capital e liquidez, não impactando a sustentabilidade de suas atividades.

Com essa prática, o Itaú Unibanco consegue demonstrar continuamente que, mesmo em cenários severos, com probabilidade de ocorrência remota, possui estratégias capazes de gerar recursos suficientes para assegurar a manutenção sustentável de atividades críticas e serviços essenciais, sem prejuízos aos clientes, ao sistema financeiro e aos demais participantes dos mercados em que atua.

O Itaú Unibanco assegura a manutenção do exercício de forma a garantir que as estratégias permaneçam atualizadas e viáveis frente às mudanças organizacionais, concorrenciais ou sistêmicas.

Avaliação da Adequação de Capital

Para avaliar sua suficiência de capital, anualmente, o Itaú Unibanco adota o fluxo apresentado a seguir:

- identificação dos riscos materiais e avaliação da necessidade de capital adicional;
- elaboração do plano de capital, tanto em situações de normalidade quanto de estresse;
- avaliação interna da adequação de capital;
- estruturação dos planos de contingência de capital e de recuperação e saída organizada;
- elaboração de relatórios gerenciais e regulatórios.

Adotando uma postura prospectiva no gerenciamento do seu capital, o Itaú Unibanco implantou sua estrutura de gerenciamento de capital e seu ICAAP, atendendo, dessa forma, à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) 4.557, à Circular BACEN 3.846 e Instrução Normativa 322.

O resultado do último ICAAP, que engloba os testes de estresse – realizado para data-base dezembro de 2024 – apontou que o Itaú Unibanco dispõe, além de capital para fazer face a todos os riscos materiais, de significativa folga de capital, garantindo assim a solidez patrimonial da instituição.

Suficiência de Capital

O Itaú Unibanco, por meio do processo de ICAAP, avalia a suficiência de capital para fazer frente aos seus riscos, representados pelo capital regulatório de risco de crédito, mercado e operacional e pelo capital necessário para cobertura dos demais riscos. Visando a garantir a solidez do Itaú Unibanco e a disponibilidade de capital para suportar o crescimento dos negócios, os níveis de Patrimônio de Referência foram mantidos acima do necessário para fazer frente aos riscos.

OV1: Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA)

De acordo com a Resolução CMN 4.958 e alterações posteriores, para fins do cálculo dos requerimentos mínimos de capital, deve ser apurado o montante de RWA, obtido pela soma das seguintes parcelas:

- RWA_{CPAD} = parcela relativa às exposições ao risco de crédito, calculada segundo abordagem padronizada.
- RWA_{CIRB} = parcela relativa às exposições ao risco de crédito, calculada segundo sistemas internos de classificação de risco de crédito (abordagens IRB - *Internal Ratings-Based*), autorizados pelo Banco Central do Brasil.
- RWA_{MPAD} = parcela relativa ao capital requerido para risco de mercado, calculada segundo abordagem padronizada.
- RWA_{MINT} = parcela relativa ao capital requerido para risco de mercado, calculada segundo abordagens do modelo interno, autorizadas pelo Banco Central do Brasil.
- RWA_{OPAD} = parcela relativa ao capital requerido para o risco operacional, calculada segundo abordagem padronizada.

Em R\$ milhões	RWA		Requerimento mínimo de PR
	31/12/2025	30/09/2025	31/12/2025
Risco de crédito em sentido estrito	1.199.103	1.138.362	95.928
Do qual: apurado por meio da abordagem padronizada	1.119.760	1.062.874	89.581
Do qual: apurado por meio da abordagem IRB básica	-	-	-
Do qual: apurado por meio da abordagem IRB avançada	79.343	75.488	6.347
Risco de crédito de contraparte (CCR)	29.789	29.491	2.383
Do qual: apurado mediante uso da abordagem SA-CCR	20.340	20.812	1.627
Do qual: apurado mediante uso da abordagem CEM	-	-	-
Do qual: outros	9.449	8.679	756
Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes identificados	6.433	4.360	515
Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes inferidos conforme regulamento do fundo	-	-	-
Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes não identificados	1.109	1.330	89
Exposições de securitização contabilizadas na carteira bancária	12.838	9.528	1.027
Risco de mercado	50.248	61.765	4.019
Do qual: requerimento calculado mediante abordagem padronizada (RWA_{MPAD})	61.438	75.499	4.915
Do qual: requerimento calculado mediante modelo interno (RWA_{MINT})	30.685	33.578	2.454
Risco operacional ⁽¹⁾	143.006	143.006	11.441
Risco de Pagamentos (RWA_{SP})	NA	NA	NA
Valores referentes às exposições não deduzidas no cálculo do PR	62.949	66.400	5.036
Total	1.505.475	1.454.242	120.438

1) A parcela dos ativos ponderados pelo risco operacional mediante abordagem padronizada (RWA_{OPAD}) é apurada de acordo com a Resolução BCB nº 356/2023 a partir de jan/25.

Comparação entre informações contábeis e prudenciais

LIA: Explicação das diferenças entre valores registrados nas demonstrações contábeis e valores das exposições sujeitas a tratamento prudencial

A principal diferença entre o escopo de consolidação contábil e o escopo de tratamento prudencial é a não consolidação de empresas não financeiras (destacando-se empresas de Seguros, Previdência e Capitalização) no Consolidado Prudencial, diferença que também gera impacto nas eliminações das transações com Partes Relacionadas.

Dentro do escopo de tratamento prudencial, os procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes prudenciais decorrentes do apreamento de instrumentos financeiros, assim como a descrição dos sistemas e controles utilizados para assegurar a confiabilidade deste apreamento são descritos a seguir.

A metodologia de apreamento dos instrumentos financeiros sujeitos na Resolução nº 4.277, de 31 de outubro de 2013, conduzida por área independente às áreas de negócios, considera além dos benchmarks de mercado, os riscos elencados de custo de liquidação das posições, concentração de mercado, pagamento antecipado, risco de modelo, custo efetivo de aplicação de recursos, spread de crédito e demais.

A mensuração do valor justo no Banco Itaú Unibanco segue os princípios contidos nos principais órgãos normatizadores, tais como CVM e BACEN. A instituição tem as melhores práticas em termos de políticas, procedimentos e metodologias de apreamento e está comprometida em garantir o apreamento de instrumentos financeiros em seu balanço com os preços referenciados e divulgados pelo mercado, e na impossibilidade disso, despender seus melhores esforços para estimar o que seria o preço justo pelo qual os ativos financeiros seriam efetivamente transacionados, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e, em condições específicas, estes instrumentos podem ser avaliados a modelo. Em todas as situações acima a organização tem um controle dos seus métodos de apreamento e gestão de risco de modelo.

O processo de verificação independente de preços (IPV) segue as diretrizes contidas na Resolução nº 4.277, com verificação diária dos preços e insumos de mercado executada por equipe independente da equipe de apreamento. Esse processo também está sujeito as práticas de avaliação independente por parte das equipes de controles internos, auditoria interna e auditoria externa.

A instituição tem um modelo híbrido de avaliação da necessidade de ajustes prudenciais com duas componentes. A primeira componente é um modelo de avaliação tempestiva avaliando novos produtos, operações e fatores de risco negociados e que verifica o enquadramento e exigibilidade com quaisquer componentes dos ajustes prudenciais existentes. A segunda é uma avaliação periódica que tem como objetivo analisar os ajustes prudenciais existentes em relação a adequada precificação. O processo e a metodologia são avaliados periodicamente e independentemente por controles internos e auditoria interna.

Na linha de outras diferenças da tabela LI2 são reportadas as operações sujeitas a risco de crédito e risco de crédito de contraparte que não são contabilizadas no balanço patrimonial nem em suas contas de compensação.

LI1: Diferenças entre o escopo de consolidação contábil e o escopo de tratamento prudencial, bem como o detalhamento dos valores associados às categorias de risco

Em R\$ milhões, ao final do período

31/12/2025

	Valores considerados na regulamentação prudencial por categoria						
	Valores reportados nas demonstrações financeiras	Valores considerados na regulamentação prudencial	Sujeitos ao risco de crédito	Sujeitos ao risco de crédito de contraparte	Sujeitos ao arcabouço de securitização	Sujeitos ao risco de mercado	Itens desconsiderados na apuração dos requerimentos mínimos de PR ou deduzidos na apuração do PR
Ativo							
Circulante e Não Circulante	3.061.050	2.677.995	2.266.591	338.936	32.172	506.484	40.296
Disponibilidades	37.144	37.072	37.072	-	-	5.608	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	340.388	332.989	65.429	267.560	-	33.366	-
Títulos e Valores Mobiliários	925.416	562.220	528.457	-	32.172	163.902	1.591
Derivativos	73.311	73.402	-	71.376	-	12.833	2.026
Operações com Característica de Concessão de Crédito	1.229.943	1.231.915	1.195.297	-	-	191.750	36.618
Relações Interfinanceiras e Interdependências	282.008	282.008	282.008	-	-	24	-
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	92.994	88.623	88.562	-	-	-	61
Outros Ativos	79.846	69.766	69.766	-	-	99.001	-
Permanente	35.227	61.220	44.438	-	-	-	16.782
Investimentos	9.047	35.661	35.273	-	-	-	388
Imobilizado de Uso	9.595	9.165	9.165	-	-	-	-
Imobilizado de Arrendamento	-	-	-	-	-	-	-
Ágio e Intangível	16.585	16.394	-	-	-	-	16.394
Total do Ativo	3.096.277	2.739.215	2.311.029	338.936	32.172	506.484	57.078
Passivo							
Circulante e Não Circulante	2.890.647	2.511.453	-	501.829	-	354.329	2.009.624
Depósitos	1.114.482	1.125.298	-	-	-	83.113	1.125.298
Captações no Mercado Aberto	456.158	456.420	-	442.380	-	86.279	14.040
Instrumentos de Dívida	415.630	417.298	-	-	-	3.757	417.298
Obrigações por Empréstimos e Repasses	147.164	147.162	-	-	-	5.099	147.162
Derivativos	69.899	69.800	-	59.449	-	6.918	10.351
Relações Interfinanceiras e Interdependências	109.961	109.670	-	-	-	-	109.670
Provisões para Garantias Financeiras, Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar	1.794	1.794	-	-	-	-	1.794
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização	360.617	-	-	-	-	-	-
Demais Provisões	15.849	15.620	-	-	-	-	15.620
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	23.941	18.428	-	-	-	-	18.428
Outros Passivos	175.152	149.963	-	-	-	169.163	149.963
Total do Passivo	2.890.647	2.511.453	-	501.829	-	354.329	2.009.624

LI2: Principais causas das diferenças entre os valores considerados na regulamentação prudencial e os valores das exposições

Em R\$ milhões

31/12/2025

	Total	Valores			
		Sujeitos ao risco de crédito	Sujeitos ao risco de crédito de contraparte	Sujeitos ao arcabouço de securitização	Sujeitos ao risco de mercado
Total de ativos considerados na regulamentação prudencial	2.682.137	2.311.029	338.936	32.172	506.484
Total de passivos considerados na regulamentação prudencial	501.829	-	501.829	-	354.329
Valor líquido considerado na regulamentação prudencial	2.180.308	2.311.029	(162.893)	32.172	152.155
Exposições não contabilizadas no balanço patrimonial	303.982	178.707	125.275	-	-
Diferenças no apuração de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-
Outras diferenças	468.583	(8.807)	477.390	-	-
Exposições consideradas para fins prudenciais	2.952.873	2.480.929	439.772	32.172	152.155

PV1: Ajustes prudenciais (PVA)

Em R\$ milhões	31/12/2025							
	Ações	Taxa de juros	Câmbio	Crédito	Mercadorias	Total	Do qual: na carteira de negociação	Do qual: na carteira bancária
Incerteza sobre o custo de liquidação das posições, dos quais:	-	-	-	4	-	4	-	4
<i>Custo de liquidação das posições</i>	-	-	-	4	-	4	-	4
<i>Concentração de mercado</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
Risco de pagamento antecipado	-	40	-	55	-	95	-	95
Risco de modelo	52	54	-	6	-	112	52	61
Risco operacional	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos efetivos de aplicação e captação de recursos	-	-	-	-	-	-	-	-
Spread de risco de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos administrativos futuros	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	52	94	-	65	-	211	52	160

Instituições integrantes das Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco Holding

Abaixo, são apresentadas as listas das instituições controladas consolidadas no Balanço Societário e Prudencial.

Instituições controladas consolidadas no Balanço Societário e Prudencial	País de Origem ⁽¹⁾	% Participação Total
Acácia FIDC Direito Creditório Responsabilidade LTDA	Brasil	100,00%
Aj Títulos Públicos Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	Brasil	100,00%
Angico FIDC Segmento Infraestrutura e Agronegócio de Responsabilidade Limitada	Brasil	100,00%
Banco Investcred Unibanco S.A.	Brasil	50,00%
Banco Itaú (Suisse) S.A.	Suíça	100,00%
Banco Itaú Chile	Chile	67,42%
Banco Itaú Consignado S.A.	Brasil	100,00%
Banco Itaú International	Estados Unidos	100,00%
Banco Itaú Paraguay S.A.	Paraguai	100,00%
Banco Itaú Uruguay S.A.	Uruguai	100,00%
Banco Itaú Veículos S.A.	Brasil	100,00%
Banco ItauBank S.A.	Brasil	100,00%
Banco Itaucard S.A.	Brasil	100,00%
Cloudwalk Kick Ass I Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios	Brazil	93,99%
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	Brasil	100,00%
FIDC B2cycle NPL	Brasil	100,00%
FIDC Cloudw Akira I	Brasil	96,88%
FIDC Kiwify	Brasil	83,23%
FIDC Mobilitas	Brasil	86,85%
FIDC Sumup Solo	Brasil	93,39%
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Brasil	53,88%
Fundo De Invest Dir Creditórios Não Padron NPL II	Brasil	100,00%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios IA	Brasil	100,00%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Soul	Brasil	93,97%
Fundo Fortaleza de Investimento Imobiliário	Brasil	100,00%
Fundo Kinea Ventures	Brasil	99,92%
IA II - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada	Brasil	100,00%
Ideal Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Brasil	50,10%
Ideal Holding Financeira S.A.	Brasil	50,10%
Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Brasil	100,00%
Iresolve Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.	Brasil	100,00%
Itaú (Panamá) S.A.	Panamá	67,06%
Itaú Administradora de Consórcios Ltda.	Brasil	100,00%
Itaú Administradora de Fondos de Inversión S.A	Uruguai	100,00%
Itaú Bank & Trust Bahamas Ltd.	Bahamas	100,00%
Itaú Bank & Trust Cayman Ltd.	Ilhas Cayman	100,00%
Itaú Bank, Ltd.	Ilhas Cayman	100,00%
Itaú BBA Europe S.A.	Portugal	100,00%
Itaú BBA International Plc.	Reino Unido	100,00%
Itaú BBA Trading S.A.	Brasil	100,00%
Itaú BBA Trading S.A. - Sucursal Uruguay	Uruguai	100,00%
Itaú BBA USA Securities Inc.	Estados Unidos	100,00%
Itaú Chile New York Branch.	Estados Unidos	67,42%
Itaú Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros	Brasil	100,00%

1) As instituições operam em seus respectivos países de origem.

Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

Instituições controladas consolidadas no Balanço Societário e Prudencial ⁽²⁾	País de Origem ⁽¹⁾	% Participação Total
Itaú Colombia S.A.	Colômbia	67,06%
Itaú Comisionista de Bolsa Colombia S.A.	Colômbia	67,06%
Itaú Corredores de Bolsa Limitada	Chile	67,42%
Itaú Corretora de Valores S.A.	Brasil	100,00%
Itaú Fiduciaria Colombia S.A. Sociedad Fiduciaria	Colômbia	67,04%
Itaú International Securities Inc.	Estados Unidos	100,00%
Itaú Invest Casa de Bolsa S.A.	Paraguai	100,00%
Itaú Isento Julho 28 FIC de Fundos Infra RF Incentivo Resp Limitada ⁽³⁾	Brasil	6,76%
Itaú Isento Marco 29 Fundo de Investimento em Cotas de FIIF em Infra RF - Resp Limitada	Brasil	1,00%
Itaú Isento Marco 30 FIC de Fundos Incentivados de Inv Financeiro em Infra RF Resp Limitada	Brasil	-
Itaú Isento Setembro 28 Fundo de Investimento em Cotas de FIIF em Infra RF Resp Limitada	Brasil	8,43%
Itaú Isento Setembro 29 FIC de Fundos Incentivados	Brasil	0,38%
Itaú Kinea Private Equity Multimercado Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Crédi	Brasil	100,00%
Itaú Unibanco Holding S.A.	Brasil	100,00%
Itaú Unibanco Holding S.A., Grand Cayman Branch	Ilhas Cayman	100,00%
Itaú Unibanco S.A.	Brasil	100,00%
Itaú Unibanco S.A., Miami Branch	Estados Unidos	100,00%
Itaú Unibanco S.A., Nassau Branch	Bahamas	100,00%
Itaú Unibanco Veículos Administradora de Consórcios Ltda.	Brasil	100,00%
ITB Holding Ltd.	Ilhas Cayman	100,00%
Kinea CO-investimento Fundo de Investimento Imobiliário	Brasil	99,98%
Kinea Equity Infra I Warehouse Feeder MM Ficfi CP	Brasil	100,00%
Kinea FOF Imobiliário FIF Multimercado - Responsabilidade Limitada	Brasil	75,49%
Kinea I Private Equity FIP Multiestratégia	Brasil	99,68%
Kinea KP Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado	Brasil	100,00%
Licania Fund Limited	Ilhas Cayman	100,00%
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	Brasil	50,00%
Microinvest S.A. Soc. de Crédito a Microempreendedor	Brasil	100,00%
NC 2025 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	Brasil	100,00%
NC 2025 I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	Brasil	100,00%
OCA Dinero Electrónico S.A.	Uruguai	100,00%
OCA S.A.	Uruguai	100,00%
Oiti Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior	Brasil	100,00%
Pont Sociedad Anónima	Paraguai	100,00%
Redecard Instituição de Pagamento S.A.	Brasil	100,00%
Redecard Sociedade de Crédito Direto S.A	Brasil	100,00%
RT Itaú DJ Títulos Públicos Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	Brasil	100,00%
RT Scala Renda Fixa - Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento	Brasil	100,00%
Tangerina Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Responsabilidade Limitada	Brasil	100,00%
Tarumã 2 FIF Fundo Incentivado em Investimento em Deb de Infra RF Cred Priv Resp Limitada	Brasil	100,00%
Tarumã Fundo Incentivado de Investimento em Debêntures de Infraestrutura Renda Fixa Crédito Privado	Brasil	100,00%
Théros Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas	Brasil	100,00%
TOP 2025 I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada	Brasil	100,00%
Vitex FIF Fundo Incentivado em Investimento em Debêntures de Infra RF Cred Priv Resp Limitada	Brasil	100,00%

1) As instituições operam em seus respectivos países de origem.

2) O TOP 2025 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios o Itaú Unibanco Holding Consolidado até 30/09/2025.

3) Nova denominação social da Itaú Isento Marco 30 FIC de Fundos Incentivados de Inv Financeiro em Infra RF Resp Limitada

Instituições Integrantes das Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco Holding

Abaixo, são apresentadas as listas das instituições controladas consolidadas apenas no Balanço Societário.

Instituições controladas consolidadas apenas no Balanço Societário ^(2,3)	País de Origem ⁽¹⁾	% Participação Total
Administradora de Fondos de Ahorro Previsional Itaú S.A.	Uruguai	100,00%
Albarus S.A.	Paraguai	100,00%
Ank Platform S.A.	Argentina	100,00%
Avita Corretora de Seguros S.A.	Brasil	80,00%
Beta Correspondente e Tecnologia LTDA	Brasil	100,00%
Borsen Renda Fixa Crédito Privado - Fundo de Investimento	Brazil	100,00%
Cia. Itaú de Capitalização	Brasil	100,00%
Conexão Tecnologia de Pagamentos LTDA	Brasil	100,00%
Estrel Serviços Administrativos S.A.	Brasil	100,00%
FC Recovery S.A.U.	Argentina	100,00%
iCarros Ltda.	Brasil	100,00%
IGA Participações S.A.	Brasil	100,00%
Investimentos Bemge S.A.	Brasil	86,81%
Itaú Administradora General de Fondos S.A.	Chile	67,42%
Itaú Asesorías Financieras Limitada	Chile	67,42%
Itaú Asset Management Administradora de Fondos Patrimoniales de Inversión S.A.	Paraguai	100,00%
Itaú Bahamas Directors Ltd.	Bahamas	100,00%
Itaú Bahamas Nominees Ltd.	Bahamas	100,00%
Itaú BBA Assessoria Financeira S.A.	Brasil	100,00%
Itaú Chile Inversiones, Servicios y Administracion S.A.	Chile	100,00%
Itaú Chile Participaciones SpA	Chile	100,00%
Itaú Consultoria de Valores Mobiliários e Participações S.A.	Brasil	100,00%
Itaú Corredor de Seguros Colombia S.A.	Colômbia	67,41%
Itaú Corredores de Seguros Limitada	Chile	67,42%
Itaú Corretora de Seguros S.A.	Brasil	100,00%
Itaú Europe S.A.	Luxemburgo	100,00%
Itaú Holding Colombia S.A.S.	Colômbia	67,42%
Itaú Institucional Renda Fixa Fundo de Investimento	Brazil	100,00%
Itaú International Holding Cayman Ltd.	Ilhas Cayman	100,00%
Itaú Rent Administração e Participações Ltda.	Brasil	100,00%
Itaú Seguros Paraguay S.A.	Paraguai	100,00%
Itaú Seguros S.A.	Brasil	100,00%
Itaú Sociedade Prestadora de Serviços Ativos Virtuais LTDA	Brasil	100,00%
Itaú Unibanco Asset Management Ltda.	Brasil	100,00%
Itaú Unibanco Comercializadora de Energia Ltda.	Brasil	100,00%
Itaú USA Asset Management Inc.	Estados Unidos	100,00%
Itaú Vida e Previdência S.A.	Brasil	100,00%
Itauseg Participações S.A.	Brasil	100,00%
Itauseg Saúde S.A.	Brasil	100,00%
ITB Holding Brasil Participações Ltda.	Brasil	100,00%
IU Corretora de Seguros Ltda.	Brasil	100,00%
Kinea Investimentos Ltda.	Brasil	80,00%
Kinea US Asset Management LLC	Estados Unidos	80,00%
Mundostar S.A.	Uruguai	100,00%
PR Curitiba Mariano Torres Ltda.	Brasil	100,00%
Proserv - Promociones y Servicios, S.A. de C.V.	México	100,00%
Provar Negócios de Varejo Ltda.	Brasil	100,00%
Recaudaciones y Cobranzas Limitada	Chile	67,42%
Recovery do Brasil Consultoria S.A.	Brasil	100,00%
Red Visual S.A.	Uruguai	100,00%
Resonet S.A.	Uruguai	100,00%
RJ Niteroi Icarai Ltda.	Brasil	100,00%
RT Alm 5 Fundo de Investimento Renda Fixa	Brazil	100,00%
RT Alm Soberano 2 Fundo de Investimento Renda Fixa	Brazil	100,00%

1) As instituições operam em seus respectivos países de origem

2) A FIC Promotora de Vendas Ltda. compôs o Itaú Unibanco Holding Consolidado até 30/11/2025.

3) O Itaú International Holding Limited compôs o Itaú Unibanco Holding Consolidado até 31/10/2025.

Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

Instituições controladas consolidadas apenas no Balanço Societário	Pais de Origem ⁽¹⁾	% Participação Total
RT Defiant Multimercado - Fundo de Investimento	Brasil	100,00%
RT Endeavour Renda Fixa Crédito Privado - Fundo de Investimento	Brasil	100,00%
RT Mocah Fundo de Investimento Financeiro Renda Fixa - Responsabilidade Limitada	Brasil	100,00%
RT Multigestor 4 Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	Brasil	100,00%
RT Nation II Fundo de Investimento Financeiro Renda Fixa - Responsabilidade Limitada	Brasil	100,00%
RT Nation Renda Fixa - Fundo de Investimento	Brasil	100,00%
RT Valiant Renda Fixa - Fundo de Investimento	Brasil	100,00%
SP Alameda Franca LTDA	Brasil	100,00%
SP Amadeu Amaral Ltda.	Brasil	100,00%
SP Antonia Queiroz Ltda	Brasil	100,00%
SP Augusta Ltda	Brasil	100,00%
SP Av Juscelino Kubitschek Ltda	Brasil	100,00%
SP Av Morumbi Ltda	Brasil	100,00%
SP Av. Jabaquara Ltda.	Brasil	100,00%
SP Av. Rangel Pestana Ltda.	Brasil	100,00%
SP Bairro Moema Ltda.	Brasil	100,00%
SP Bairro Sumarezinho Ltda	Brasil	100,00%
SP Bairro Vila Guilherme Ltda.	Brasil	100,00%
SP Brooklin Rua Santo Amaro Ltda	Brasil	100,00%
SP Butanta Ltda	Brasil	100,00%
SP CEAGESP Ltda	Brasil	100,00%
SP Clelia Ltda	Brasil	100,00%
SP Eusebio Matoso Ltda	Brasil	100,00%
SP Itaberaba Ltda	Brasil	100,00%
SP Maracatins Ltda	Brasil	100,00%
SP Nova JK Ltda	Brasil	100,00%
SP Padre João Manuel Ltda.	Brasil	100,00%
SP Pássaros e Flores Ltda.	Brasil	100,00%
SP Rua Da Consolacao Ltda	Brasil	100,00%
SP Rua Das Palmeiras Ltda.	Brasil	100,00%
SP Santos Embare Ltda.	Brasil	100,00%
SP Santos Jose Menino Ltda.	Brasil	100,00%
SP Senador Queiros Ltda.	Brasil	100,00%
SP Serra De Bragança Ltda	Brasil	100,00%
SP Vila Clementino Ltda.	Brasil	100,00%
SP Vila Olimpia Araguari Ltda.	Brasil	100,00%
SPE IRA 01 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 02 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 03 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 04 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 05 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 06 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 07 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 08 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 09 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 10 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 11 LTDA	Brasil	100,00%
SPE IRA 12 LTDA	Brasil	100,00%
Spe Ira 13 Ltda	Brasil	100,00%
Spe Ira 14 Ltda	Brasil	100,00%
Spe Ira 15 Ltda	Brasil	100,00%
Spe Ira 16 Ltda	Brasil	100,00%
Spe Ira 17 Ltda	Brasil	100,00%
Spe Ira 18 Ltda	Brasil	100,00%
Spe Ira 19 Ltda	Brasil	100,00%
Spe Ira 20 Ltda	Brasil	100,00%
Spe Ira 21 Ltda	Brasil	100,00%
Spe Ira 22 Ltda	Brasil	100,00%
Spe Ira 23 Ltda	Brasil	100,00%
Spe Ira 24 Ltda	Brasil	100,00%
Spe Ira 25 Ltda	Brasil	100,00%
Spe Ira 26 Ltda	Brasil	100,00%
Spe Ira 27 Ltda	Brasil	100,00%
Zup I.T. Serviços em Tecnologia e Inovação S.A.	Brasil	100,00%
ZUP Innovation Corp.	Estados Unidos	100,00%

1) As instituições operam em seus respectivos países de origem.

As tabelas de instituições apresentadas acima representam o escopo total de empresas do Conglomerado do Itaú Unibanco.

Instituições não consolidadas

A seguir, estão as instituições coligadas e as controladas em conjunto não consolidadas no Balanço Societário e Prudencial:

Instituições não consolidadas	País de Origem ⁽¹⁾	% Participação Total ⁽²⁾
Avenue Holding Cayman	Ilhas Cayman	32,91%
BANFUR International S.A.	Panamá	30,00%
Biomás Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A	Brasil	16,67%
BSF Holding S.A	Brasil	49,00%
Caja de Valores del Paraguay S.A.	Paraguai	9,09%
CIP S.A	Brasil	22,89%
Conectcar Instituição de Pagamento e Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	Brasil	50,00%
Gestora de Inteligência de Crédito S.A	Brasil	15,71%
Kinea Private Equity Investimentos S.A.	Brasil	80,00%
Olímpia Promoção e Serviços S.A.	Brasil	50,00%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	Brasil	42,93%
Pravaler S.A.	Brasil	50,14%
PREX Holding LLC	Estados Unidos	30,00%
Rede Agro Fidelidade e Intermediação	Brasil	12,82%
Rias Redbanc S.A.	Uruguai	25,00%
Riblinor S.A.	Uruguai	40,00%
Tecnologia Bancária S.A.	Brasil	28,75%
Totvs Techfin S.A.	Brasil	50,00%

1) As instituições operam em seus respectivos países de origem.

2) Considera apenas participação direta.

Instituições relevantes

São apresentadas a seguir as empresas consideradas relevantes não consolidadas no Balanço Prudencial, com informações de ativo total, patrimônio líquido, país e segmento de atuação:

Em R\$ milhões			31/12/2025		30/09/2025	
Instituições	País	Segmento	Ativo Total	Patrimônio Líquido	Ativo Total	Patrimônio Líquido
Cia. Itaú de Capitalização	Brasil	Capitalização	6.347	818	6.005	943
Itaú Consultoria de Valores Mobiliários e Participações S.A.	Brasil	Holdings de instituições financeiras	1.378	1.280	1.340	1.248
Itaú Corretora de Seguros S.A.	Brasil	Corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e de saúde	2.533	875	2.250	843
Itaú Seguros S.A.	Brasil	Seguros	12.526	3.378	11.684	3.662
Itaú Vida e Previdência S.A.	Brasil	Previdência Complementar	354.729	4.524	342.254	4.397
Itauseg Participações S.A.	Brasil	Holdings de instituições não financeiras	13.073	12.947	12.005	11.942
ITB Holding Brasil Participações Ltda.	Brasil	Holdings de instituições financeiras	58.345	56.794	54.489	53.307
Provar Negócios de Varejo Ltda.	Brasil	Outras atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente	2.239	2.193	2.175	2.149

Composição do Capital

CCA: Principais características dos instrumentos que compõem o Patrimônio de Referência (PR)

Os instrumentos autorizados a compor Capital Complementar ou o Nível II podem ser extintos segundo critérios estabelecidos na Resolução nº 4.955, tais como o descumprimento dos índices mínimos regulatórios, decretação de regime de administração especial temporária ou intervenção, aporte de recurso público ou determinação do Banco Central do Brasil. Caso algum critério para extinção dos instrumentos subordinados seja acionado, a área

responsável pela gestão de Capital do Itaú Unibanco acionará as áreas envolvidas para o cumprimento do seguinte plano de ação:

- Tesouraria e produtos, através do agente de pagamento dos instrumentos subordinados ou diretamente através da depositária central, farão a notificação aos seus detentores para que cessem as negociações de tais instrumentos;
- As áreas operacionais e contábeis realizarão os procedimentos necessários no processo para o tratamento adequado da extinção; e
- A área de Relações com Investidores comunicará ao mercado a extinção dos instrumentos subordinados.

A tabela CCA - Principais características dos instrumentos que compõem o Patrimônio de Referência (PR) está disponível em www.itaunet.com.br/relacoes-com-investidores, na seção “Resultados e Relatórios”, “Documentos Regulatórios”, “Pilar 3”.

CC1: Composição do Patrimônio de Referência (PR) ¹

			31/12/2025
		Valor (R\$ mil)	Referência no balanço do conglomerado
Capital Principal: instrumentos e reservas			
1	Instrumentos elegíveis ao Capital Principal	136.909.898	(k)
2	Reservas de lucros	57.481.239	(l)
3	Outras receitas e outras reservas	1.752.918	(m)
5	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias do conglomerado prudencial e elegíveis ao seu Capital Principal	6.192.303	(j)
6	Capital Principal antes dos ajustes prudenciais	202.336.358	
Capital Principal: ajustes prudenciais			
7	Ajustes prudenciais relativos a apreamentos de instrumentos financeiros (PVA)	211.633	
8	Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	1.149.720	(e)
9	Ativos intangíveis	15.632.730	(h) / (i)
10	Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e os originados dessa contribuição relativos a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998	53.059	(b)
11	Ajustes relativos ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos cujos ajustes de marcação a mercado não são registrados contabilmente	(277.567)	
12	Déficit de provisões em relação às perdas esperadas	-	
15	Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido	-	(d)
16	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Principal da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	12.731	(n)
17	Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Capital Principal	-	
18	Valor total das deduções relativas às participações líquidas não significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar	-	
19	Valor total das deduções relativas às participações líquidas significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, que exceda 10% do valor do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas	-	
21	Valor total das deduções relativas aos créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, que exceda 10% do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado, desconsiderando deduções específicas	-	
22	Valor que excede, de forma agregada, 15% do Capital Principal da própria instituição ou conglomerado	-	
23	do qual: oriundo de participações líquidas significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar	-	
25	do qual: oriundo de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização	-	
26	Ajustes regulatórios nacionais	(41.038)	
26.a	Ativos permanentes diferidos	-	(g)
26.b	Investimentos em dependências, instituições financeiras controladas no exterior ou entidades não financeiras que componham o conglomerado, em relação às quais o Banco Central do Brasil não tenha acesso a informações, dados e documentos	-	
26.d	Aumento de capital social não autorizado	-	
26.e	Excedente do valor ajustado de Capital Principal	-	
26.f	Depósito para suprir deficiência de capital	-	
26.g	Montante dos ativos intangíveis constituídos antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	(i)
26.h	Excesso dos recursos aplicados no Ativo Permanente	-	
26.i	Destaque do PR, conforme Resolução nº 4.589, de 29 de junho de 2017	-	
26.j	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Principal para fins regulatórios	(41.038)	
27	Dedução aplicada ao Capital Principal decorrente de insuficiência de Capital Complementar e de Nível II para cobrir as respectivas deduções nesses componentes	-	
28	Total de deduções regulatórias ao Capital Principal	16.741.268	
29	Capital Principal	185.595.090	
Capital Complementar: instrumentos			
30	Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar	21.542.997	
31	dos quais: classificados como capital social conforme as regras contábeis	-	
32	dos quais: classificados como passivo conforme as regras contábeis	21.542.997	
33	Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
34	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias da instituição ou conglomerado e elegíveis ao seu Capital Complementar	1.023.065	
35	da qual: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-	
36	Capital Complementar antes das deduções regulatórias	22.566.062	

Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

Capital Complementar: deduções regulatórias

37	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Complementar da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-
38	Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Capital Complementar	-
39	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos não significativos em Capital Complementar de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas	-
40	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos significativos em Capital Complementar de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas	-
41	Ajustes regulatórios nacionais	-
41.b	Participação de não controladores no Capital Complementar	-
41.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Complementar para fins regulatórios	-
42	Dedução aplicada ao Capital Complementar decorrente de insuficiência de Nível II para cobrir a dedução nesse componente	-
43	Total de deduções regulatórias ao Capital Complementar	-
44	Capital Complementar	22.566.062
45	Nível I	208.161.152

Nível II: instrumentos e provisões

46	Instrumentos elegíveis ao Nível II	19.033.726
47	Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-
48	Participação de não controladores nos instrumentos emitidos por subsidiárias do conglomerado e elegíveis ao seu Nível II	1.361.714
49	da qual: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-
50	Superávit de provisões em relação à perdas esperadas	32.568
51	Nível II antes das deduções regulatórias	20.428.008

Nível II: deduções regulatórias

52	Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Nível II da instituição ou conglomerado, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética	-
53	Valor total das deduções relativas às aquisições recíprocas de Nível II	-
54	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos não significativos em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas	-
55	Valor total das deduções relativas aos investimentos líquidos significativos em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas	-
56	Ajustes regulatórios nacionais	-
56.b	Participação de não controladores no Nível II	-
56.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Nível II para fins regulatórios	-
57	Total de deduções regulatórias ao Nível II	-
58	Nível II	20.428.008
59	Patrimônio de Referência	228.589.160
60	Total de ativos ponderados pelo risco (RWA)	1.505.475.690

Índices de Basileia e Adicional de Capital Principal

61	Índice de Capital Principal (ICP)	12,3%
62	Índice de Nível I (IN1)	13,8%
63	Índice de Basileia (IB)	15,2%
64	Percentual do adicional de Capital Principal (em relação ao RWA)	3,6%
65	do qual: adicional para conservação de capital - ACPConservação	2,5%
66	do qual: adicional contracíclico - ACPContracíclico	0,1%
67	do qual: Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPSistêmico	1,0%
68	Capital Principal excedente ao montante utilizado para cumprimento dos requerimentos de capital, como proporção do RWA (%)	3,6%

Valores abaixo do limite de dedução antes da aplicação de fator de ponderação de risco

72	Valor total, sujeito à ponderação de risco, das participações não significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, bem como dos investimentos não significativos em Capital Complementar, em instrumentos de Nível II e em instrumentos reconhecidos como TLAC emitidos por instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituições financeiras no exterior não consolidadas	2.761.816	
73	Valor total, sujeito à ponderação de risco, das participações significativas em Capital Principal de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior não consolidadas e em capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar	17.387.089	(f) / (a)
75	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, não deduzidos do Capital Principal	7.792.711	(c)

Instrumentos autorizados a compor o PR antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013 (aplicável entre 1º de janeiro de 2018 e 1º de janeiro de 2022)

82	Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-
83	Valor excluído do Capital Complementar devido ao limite da linha 82	-
84	Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013	-
85	Valor excluído do Nível II devido ao limite da linha 84	-

1) O ajuste no patrimônio líquido, oriundo da adoção dos critérios de constituição de provisões para perdas esperadas previstos na Resolução CMN Nº 4.966, impactou o capital de maneira faseada conforme definido na Resolução CMN nº 5.199.

CC2: Conciliação do Patrimônio de Referência (PR) com o balanço patrimonial

Em R\$ milhões, ao final do período

31/12/2025

	Valores do balanço patrimonial no final do período	Valores considerados para fins da regulamentação prudencial no final do período	Referência no balanço do conglomerado ⁽²⁾
Balanço Patrimonial Consolidado ⁽¹⁾			
Ativo			
Circulante e Não Circulante	3.061.050	2.677.995	
Disponibilidades	37.144	37.072	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	340.388	332.989	
Títulos e Valores Mobiliários	925.416	562.220	
Derivativos	73.311	73.402	
Operações com Característica de Concessão de Crédito	1.229.943	1.231.915	
Relações Interfinanceiras e Interdependências	282.008	282.008	
Ativos Fiscais Corrente e Diferidos	92.994	88.623	(b) / (c)
Outros Ativos	79.846	69.766	(b) / (d)
Permanente	35.227	61.220	
Investimentos	9.047	35.661	(a) / (e) / (f)
Imobilizado de Uso	9.595	9.165	
Ágio e Intangível	16.585	16.394	(e) / (h) / (i)
Total do Ativo	3.096.277	2.739.215	
Passivo			
Circulante e Não Circulante	2.890.647	2.511.453	
Depósitos	1.114.482	1.125.298	
Captações no Mercado Aberto	456.158	456.420	
Instrumentos de Dívida	415.630	417.298	
Obrigações por Empréstimos e Repasses	147.164	147.162	
Derivativos	69.899	69.800	
Relações Interfinanceiras e Interdependências	109.961	109.670	
Provisões para Garantias Financeiras, Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar	1.794	1.794	
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização	360.617	-	
Demais Provisões	15.849	15.620	
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	23.941	18.428	(b) / (c)
Outros Passivos	175.152	149.963	(b) / (d)
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores	196.146	196.132	
Capital Social	136.910	136.910	(k)
Outras Receitas e Outras Reservas	1.718	1.753	(m)
Reservas de Lucros	57.531	57.482	(l)
(Ações em Tesouraria)	(13)	(13)	(n)
Participações de Acionistas Não Controladores	9.484	31.630	(j)
Total do Patrimônio Líquido	205.630	227.762	
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	3.096.277	2.739.215	

1) Diferenças se devem, principalmente, à não consolidação de empresas não financeiras (destacando-se empresas de Seguros, Previdência e Capitalização) no Consolidado Prudencial, além das eliminações das transações com Partes Relacionadas.

2) Informações do prudencial que são apresentadas na tabela CC1 deste relatório.

Indicadores Macroprudenciais**CCyB1: Distribuição geográfica das exposições ao risco de crédito consideradas no cálculo do ACP_{Contracíclico}**

A tabela a seguir detalha a distribuição geográfica das exposições ao risco de crédito consideradas no cálculo do ACP_{contracíclico}, de acordo com a Circular 3.769 de 29 de Outubro de 2015:

Em R\$ milhões		31/12/2025			
Jurisdição	ACCPi	Valores de exposição e de RWACPrNB considerados no cálculo do ACP _{Contracíclico}			Valor do ACP _{Contracíclico} ⁽³⁾
		Montante da exposição ao risco de crédito ao setor privado não bancário	RWACPrNB	Adicional contracíclico aplicável à instituição	
Brasil	-	2.068.892	840.249		-
Chile	0,50%	200.695	128.563	0,07%	970
Uruguai	0,75%	44.350	28.354		-
Luxemburgo	2,00%	5.400	965		-
Espanha	0,50%	4.776	2.762		-
Reino Unido	0,50%	3.211	2.499		-
França	1,00%	1,28	691		0
Suécia	2,00%	773	504		-
Alemanha	0,75%	356	333		-
Holanda	2,00%	279	177		-
Noruega	2,50%	155	83		-
Dinamarca	2,50%	67	28		-
Bélgica	1,00%	25	-		-
Irlanda	1,50%	4	-		-
República Tcheca	1,25%	0	0		0
Hong Kong	0,50%	-	-		-
Subtotal ⁽¹⁾		2.328.984	1.005.208		
Total ⁽²⁾		2.511.860	1.098.254	0,07%	970

1) Soma das parcelas RWACPrNB relativas às exposições ao risco de crédito ao setor privado não bancário do Brasil e das jurisdições com percentual do adicional contracíclico com valores maiores que zero.

2) Total do RWA para as exposições ao risco de crédito privado não bancário para todas as jurisdições em que o banco apresenta exposição, incluindo jurisdições sem percentual de contracíclico aplicado ou com percentual de contracíclico igual a zero.

3) Apuração conforme Circular 3.769 utilizando a faculdade de exclusão de jurisdição.

GSIB1: Indicadores utilizados para caracterização de instituição financeira como sistemicamente importante em âmbito global (G-SIBs)

A tabela GSIB1, Indicadores utilizados para caracterização de instituição financeira como sistemicamente importante em âmbito global (G-SIBs), fica disponível em www.italu.com.br/relacoes-com-investidores, na seção “Resultados e Relatórios”, “Documentos Regulatórios”, “Pilar 3”, conforme prazo definido na Resolução BCB 54/20.

Razão de Alavancagem

A razão de alavancagem é definida como a razão entre Capital de Nível I e Exposição Total, calculada nos termos da Circular BACEN 3.748, cujo requerimento mínimo é 3%. O objetivo da razão é ser uma medida simples de alavancagem não sensível a risco, logo não leva em consideração fatores de ponderação de risco ou mitigações.

As informações apresentadas a seguir seguem a metodologia estabelecida pela Circular BACEN 3.748.

LR1: Comparação entre informações das demonstrações financeiras e as utilizadas para apuração da Razão de Alavancagem (RA)

Em R\$ milhões	31/12/2025	30/09/2025
Ativo total de acordo com as demonstrações financeiras publicadas	3.096.277	2.996.463
Ajuste decorrente de diferenças de consolidação contábil	(357.062)	(344.179)
Ativo total do balanço patrimonial individual ou do conglomerado prudencial, no caso de apuração da RA em bases consolidadas.	2.739.215	2.652.284
Ajuste relativo ao método de apuração do valor dos instrumentos financeiros derivativos	60.312	67.765
Ajuste relativo ao método de apuração do valor das operações compromissadas e de empréstimo de ativos	10.627	16.953
Ajuste relativo a operações não contabilizadas no balanço patrimonial	248.219	232.402
Outros ajustes	(74.896)	(47.792)
Exposição Total	2.983.477	2.921.612

LR2: Informações detalhadas sobre a Razão de Alavancagem

Em R\$ milhões	31/12/2025	30/09/2025
Itens contabilizados no balanço patrimonial		
Itens patrimoniais, exceto instrumentos financeiros derivativos, títulos e valores mobiliários recebidos por empréstimo e revenda a liquidar em operações compromissadas	2.403.586	2.315.717
Ajustes relativos aos elementos patrimoniais deduzidos na apuração do Nível I	(24.507)	(23.315)
Total das exposições contabilizadas no balanço patrimonial	2.379.079	2.292.402
Operações com instrumentos financeiros derivativos		
Valor de reposição em operações com derivativos	26.241	40.272
Ganho potencial futuro decorrente de operações com derivativos	32.028	37.368
Ajuste relativo à margem de garantia diária prestada	-	-
Ajuste relativo à dedução da exposição relativa a contraparte central qualificada (QCCP) nas operações de derivativos em nome de clientes nas quais não há obrigatoriedade contratual de reembolso em decorrência de falência ou inadimplemento das entidades responsáveis pela liquidação e compensação das transações	(57.507)	(37.641)
Valor de referência dos derivativos de crédito	87.131	83.702
Ajuste no valor de referência dos derivativos de crédito	(32.849)	(34.607)
Total das exposições relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos	55.044	89.094
Operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários (TVM)		
Aplicações em operações compromissadas e em empréstimo de TVM	267.560	263.199
Ajuste relativo a recompras a liquidar e a TVM cedidos por empréstimo	-	-
Valor relativo ao risco de crédito da contraparte (CCR)	10.627	16.954
Valor relativo ao CCR em operações de intermediação	22.948	27.561
Total das exposições relativas a operações compromissadas e de empréstimo de TVM	301.135	307.714
Itens não contabilizados no balanço patrimonial		
Valor de referência das operações não contabilizadas no balanço patrimonial	719.309	680.821
Ajuste relativo à aplicação de FCC específico às operações não contabilizadas no balanço patrimonial	(471.090)	(448.419)
Total das exposições não contabilizadas no balanço patrimonial	248.219	232.402
Capital e Exposição Total		
Nível I	208.161	215.466
Exposição Total	2.983.477	2.921.612
Razão de Alavancagem (RA)		
Razão de Alavancagem (%)	7,0%	7,4%

Indicadores de Liquidez

LIQA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de liquidez

Estrutura e Tratamento

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculações de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Seguindo a estratégia de captação de recursos, o Itaú Unibanco possui disponibilidade de fontes de *funding* diversificadas e estáveis monitoradas através de indicadores de concentração e de prazos, visando mitigar os riscos de liquidez, em linha com o apetite de risco da instituição.

A governança do gerenciamento de risco de liquidez está baseada em órgãos colegiados, subordinados ao CA ou à estrutura executiva do Itaú Unibanco. Tais órgãos estabelecem os apetites de risco da instituição, definem as alçadas relacionadas ao controle de liquidez e acompanham os indicadores de liquidez.

O controle de risco de liquidez é realizado por área independente das áreas de negócio, responsável por definir a composição da reserva, estimar o fluxo de caixa e a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo e monitorar indicadores de liquidez de curto prazo (LCR) e de longo prazo (NSFR). Adicionalmente, propõe limites mínimos para absorver perdas em cenários de estresse para cada país onde o Itaú Unibanco opera, e informa eventuais desenquadramentos às alçadas competentes. Todas as atividades são sujeitas à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

Além disso, em observância às exigências da Resolução 4.557, da Circular BACEN 3.749 e da Circular 3.869, é enviado mensalmente ao BACEN o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL - LCR) e o Demonstrativo de Liquidez de Longo Prazo (DLP - NSFR). Por fim, periodicamente, são elaborados e submetidos à alta administração os seguintes itens para acompanhamento e suporte às decisões:

- Estresse de indicadores de liquidez baseados em cenários macroeconômicos, simulação de estresse reverso com base no apetite de risco, e projeção dos principais indicadores de liquidez para suporte às decisões;
- Planos de contingência e de recuperação para situações de crise, com ações que preveem uma gradação por nível de criticidade determinada pela facilidade de implantação, levando-se em consideração as características do mercado local de atuação, buscando uma rápida recomposição dos indicadores de liquidez;
- Relatórios e gráficos que descrevem as posições de risco;
- Indicadores de concentração de provedores de *funding* e prazo.

O documento “Relatório de Acesso Público - Gestão e Controle de Risco de Liquidez”, que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de liquidez, pode ser visualizado no site www.itaunet.com.br/relacoes-com-investidores, na seção “Itaú Unibanco”, “Governança Corporativa”, “Políticas”, “Relatórios”.

LIQ1: Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR)

	31/12/2025 (1)		30/09/2025 (1)	
	Valores não ponderados (R\$ mil) ⁽²⁾	Valores ponderados (R\$ mil) ⁽³⁾	Valores não ponderados (R\$ mil) ⁽²⁾	Valores ponderados (R\$ mil) ⁽³⁾
Ativos de Alta Liquidez (HQLA)				
Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)		389.722.978		367.777.276
Saídas de caixa ⁽⁴⁾				
Captações de varejo, das quais:	691.564.370	72.275.461	654.107.092	67.696.023
Captações estáveis	299.595.980	14.979.799	291.799.825	14.589.991
Captações menos estáveis	391.968.390	57.295.662	362.307.266	53.106.032
Captações de atacado não colateralizadas, das quais:	341.685.716	149.748.865	336.531.728	145.445.334
Depósitos operacionais (todas as contrapartes) e depósitos de cooperativas filiadas	28.328.470	7.966.379	22.637.742	6.084.235
Depósitos não-operacionais (todas as contrapartes)	310.363.543	138.788.784	310.013.407	135.480.520
Obrigações não colateralizadas	2.993.702	2.993.702	3.880.579	3.880.579
Captações de atacado colateralizadas		49.067.424		45.954.133
Requerimentos adicionais, dos quais:	113.531.193	30.952.335	120.749.088	28.509.122
Relacionados a exposição a derivativos e a outras exigências de colateral	40.123.217	24.036.422	37.067.516	20.038.435
Relacionados a perda de captação por meio de emissão de instrumentos de dívida	2.300.056	2.300.056	2.596.434	2.596.434
Relacionados a linhas de crédito e de liquidez	71.107.919	4.615.856	81.085.137	5.874.253
Outras obrigações contratuais	116.425.597	116.425.597	112.120.745	112.120.745
Outras obrigações contingentes	299.259.635	21.983.805	273.263.116	19.933.326
Total de saídas de caixa		440.453.486		419.658.682
Entradas de caixa ⁽⁴⁾				
Empréstimos colateralizados	171.671.279	1.355.833	146.164.463	950.802
Operações em aberto, integralmente adimplentes	61.672.363	36.896.668	63.539.951	38.981.930
Outras entradas de caixa	234.330.004	220.911.053	228.355.062	211.549.519
Total de entradas de caixa	467.673.646	259.163.555	438.059.476	251.482.252
		Valor Total Ajustado ⁽⁵⁾		Valor Total Ajustado ⁽⁵⁾
Total HQLA		389.722.978		367.777.276
Total de saídas líquidas de caixa		181.289.931		168.176.431
LCR (%)		215,0%		218,7%

1) Corresponde à média diária de 64 observações no 4T25 e 66 observações no 3T25.

2) Corresponde ao saldo total referente ao item de entradas ou saídas de caixa.

3) Corresponde ao valor da aplicação dos fatores de ponderação.

4) Corresponde as saídas e entradas potenciais de caixa.

5) Corresponde ao valor calculado após a aplicação dos fatores de ponderação e dos limites estabelecidos pela Circular BACEN 3.749.

O Itaú Unibanco possui Ativos de Alta Liquidez (HQLA) que totalizaram R\$ 389,7 bilhões na média do trimestre, compostos principalmente por Títulos Soberanos, Reservas em Banco Centrais e Dinheiro em espécie. Já as Saídas Líquidas de Caixa totalizaram R\$ 181,3 bilhões na média do trimestre, compostas principalmente por Captações de Varejo, Atacado, Requerimentos Adicionais, Obrigações Contratuais e Contingentes, compensadas por Entradas de Caixa por Empréstimos e Outras Entradas de caixa previstas.

A tabela demonstra que o LCR na média do trimestre é de 215,0% acima do limite de 100% e portanto a instituição possui confortavelmente recursos estáveis disponíveis suficientes para suportar as perdas no cenário de estresse padronizado para o LCR.

LIQ2: Indicador Liquidez de Longo Prazo (NSFR)

	Valor por prazo efetivo de vencimento residual, antes da ponderação (R\$ mil)					
31/12/2025	Sem Vencimento ⁽¹⁾	Menor do que seis meses ⁽¹⁾	Maior ou igual a seis meses e menor do que um ano ⁽¹⁾	Maior ou igual a um ano ⁽¹⁾	Valor após a ponderação (R\$ mil) ⁽²⁾	
Recursos Estáveis Disponíveis (ASF) ⁽³⁾						
Capital	-	-	-	246.319.350	246.319.350	
Patrimônio de Referência (PR), bruto de deduções regulatórias	-	-	-	205.742.627	205.742.627	
Outros instrumentos não incluídos na linha 2	-	-	-	40.576.723	40.576.723	
Captações de varejo, das quais:	189.902.572	600.943.070	4.807.660	1.474.482	733.683.519	
Captações estáveis	101.123.107	221.036.353	261.843	21.308	306.321.545	
Captações menos estáveis	88.779.465	379.906.717	4.545.817	1.453.175	427.361.974	
Captações de atacado, das quais:	71.102.512	868.962.843	100.841.970	157.551.181	429.592.822	
Depósitos operacionais e depósitos de cooperativas filiadas	18.688.552	-	-	-	9.344.276	
Outras captações de atacado	52.413.960	868.962.843	100.841.970	157.551.181	420.248.546	
Operações em que a instituição atue exclusivamente como intermediadora, não assumindo quaisquer direitos ou obrigações, ainda que contingentes.	-	171.196.045	13.407.380	1.285.529	-	
Outros passivos, dos quais:	74.114.055	113.927.347	10.468.749	84.850.425	90.084.799	
Derivativos cujo valor de reposição seja menor do que zero		18.958.815	-	-		
Demais elementos de passivo ou patrimônio líquido não incluídos nas linhas anteriores	74.114.055	94.968.532	10.468.749	84.850.425	90.084.799	
Total de Recursos Estáveis Disponíveis (ASF)					1.499.680.491	
Recursos Estáveis Requeridos (RSF) ⁽³⁾						
Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)					46.950.198	
Depósitos operacionais mantidos em outras instituições financeiras	-	-	-	-	-	
Títulos, valores mobiliários e operações com instituições financeiras, não-financeiras e bancos centrais, dos quais:	1.908.923	592.172.277	157.140.150	755.400.925	878.761.599	
Operações com instituições financeiras colateralizadas por HQLA de Nível 1	-	27.831.829	-	508.016	3.291.199	
Operações com instituições financeiras colateralizadas por HQLA de Nível 2A, de Nível 2B ou sem colateral	1.681.810	26.678.304	11.013.121	16.915.714	26.832.957	
Empréstimos e financiamentos concedidos a clientes de atacado, de varejo, governos centrais e operações com bancos centrais, dos quais:	227.113	477.498.457	101.174.396	332.898.007	491.494.463	
Operações com Fator de Ponderação de Risco (FPR) menor ou igual a 35%, nos termos da Circular nº 3.644, de 2013	-	-	-	8.770.741	5.700.982	
Financiamentos imobiliários residenciais, dos quais:	-	15.021.639	13.379.623	174.370.526	120.684.973	
Operações que atendem ao disposto na Circular nº 3.644, de 2013, art. 22	-	-	-	120.492.284	98.949.898	
Títulos e valores mobiliários não elegíveis a HQLA, incluindo ações negociadas em bolsa de valores	-	45.142.047	31.573.011	230.708.661	236.458.007	
Operações em que a instituição atue exclusivamente como intermediadora, não assumindo quaisquer direitos ou obrigações, ainda que contingentes	-	169.282.325	15.913.341	1.633.657	-	
Outros ativos, dos quais:	81.972.665	151.632.581	8.956.505	132.108.357	261.028.657	
Operações com ouro e com mercadorias (commodities), incluindo aquelas com previsão de liquidação física	-				-	
Ativos prestados em decorrência de depósito de margem inicial de garantia em operação com derivativos e participação em fundos de garantia mutualizados de câmaras ou prestadores de serviços de compensação e liquidação que se interponham como contraparte central		-	-	19.727.477	16.768.355	
Derivativos cujo valor de reposição seja maior ou igual a zero		17.958.433	-	9.748.994	4.260.921	
Derivativos cujo valor de reposição seja menor do que zero, bruto da dedução de qualquer garantia prestada em decorrência de depósito de margem de variação		-	-	959.279	959.279	
Demais ativos não incluídos nas linhas anteriores	81.972.665	133.674.148	8.956.505	101.672.608	239.040.102	
Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	778.961.391	8.773.622	-	-	15.319.091	
Total de Recursos Estáveis Requeridos (RSF)					1.202.059.545	
NSFR (%)					124,8%	

1) Corresponde ao saldo total referente ao item de recursos estáveis disponíveis (ASF) ou recursos estáveis requeridos (RSF).

2) Corresponde ao valor após aplicação dos fatores de ponderação.

3) Corresponde aos recursos estáveis disponíveis (ASF) ou recursos estáveis requeridos (RSF).

Em R\$ mil	Valor Total Ponderado ⁽¹⁾	
	31/12/2025	30/09/2025
Total dos Recursos Estáveis Disponíveis (ASF)	1.499.680.491	1.408.603.125
Total dos Recursos Estáveis Requeridos (RSF)	1.202.059.545	1.142.829.435
NSFR (%)	124,8%	123,3%

1) Corresponde ao valor calculado após a aplicação dos fatores de ponderação e dos limites estabelecidos pela Circular BACEN 3.869.

O Itaú Unibanco possui Recursos Estáveis Disponíveis (ASF) que totalizaram R\$ 1.499,7 bilhões no 4º trimestre, compostos principalmente por Capital, Captações do Varejo e do Atacado. Já os Recursos Estáveis Requeridos (RSF) totalizaram R\$ 1.202,1 bilhões no 4º trimestre, compostos principalmente pelos Empréstimos e financiamentos concedidos a clientes de atacado, de varejo, governos centrais e operações com bancos centrais.

A tabela demonstra que o NSFR no fechamento do trimestre é de 124,8%, acima do limite de 100%, e, portanto, a instituição possui confortavelmente recursos estáveis disponíveis suficientes para suportar os recursos estáveis requeridos no longo prazo, de acordo com a métrica.

Risco de Crédito

CRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito

O Itaú Unibanco entende o risco de crédito como o risco de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco do tomador, do emissor ou da contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em renegociações posteriores e dos custos de recuperação.

A gestão do risco de crédito visa a manter a qualidade da carteira de crédito em níveis coerentes com o apetite de risco da instituição para cada segmento de mercado em que opera. A governança do gerenciamento de risco de crédito está baseada em órgãos colegiados, subordinados ao CA ou à estrutura executiva do Itaú Unibanco. Tais órgãos avaliam as condições competitivas de mercado, definindo os limites de crédito da instituição, revendo práticas de controle e políticas e aprovando ações nas respectivas alçadas. Também é parte dessa estrutura o processo de comunicação e informação dos riscos, incluindo a divulgação das políticas e outras informações complementares referentes ao gerenciamento do risco de crédito.

O Itaú Unibanco gerencia o risco de crédito a que está exposto durante todo o ciclo de crédito, desde antes da concessão, passando pelo monitoramento e chegando à atividade de cobrança e recuperação, com monitoramento periódico de ativos problemáticos, os quais são definidos como:

- Operações em atraso maior que 90 dias;
- Operações Reestruturadas;
- Contrapartes que apresentem incapacidade de pagamento, seja por medidas judiciais, recuperação judicial, falência, prejuízo, entre outros;
- Deterioração significativa da qualidade creditícia, podendo ser identificada por piora nas métricas de rating interno, fianças honradas, entre outros.

Adicionalmente, caso seja identificado que um CNPJ possa contaminar os demais da contraparte, os mesmos poderão ser marcados como Ativos Problemáticos.

O monitoramento contém informações de exposições significativas, incluindo histórico e perspectivas de recuperação, além de informações de reestruturação. Essas análises são geradas mensalmente para os executivos e trimestralmente ao Conselho de Administração através do Comitê de Gestão de Risco e Capital (CGRC).

Há uma estrutura de gestão e controle do risco de crédito, centralizada e independente das unidades de negócio, que estabelece limites e mecanismos de mitigação de risco, além de estabelecer processos e instrumentos para medir, monitorar e controlar o risco de crédito inerente a todos os produtos, as concentrações de carteira e os impactos de potenciais mudanças no ambiente econômico. Tal estrutura é submetida a processos de auditorias interna e externa. É feito um monitoramento contínuo da carteira de crédito e das políticas e estratégias adotadas de forma a garantir a conformidade das operações com as normas e a legislação em vigor em cada país. As unidades de negócio possuem como principais atribuições (i) monitoramento das carteiras sob suas responsabilidades, (ii) concessão de crédito, levando em consideração as alçadas vigentes, as condições de

mercado, as perspectivas macroeconômicas, e as mudanças em mercados e produtos, e (iii) gestão do risco de crédito adotando ações que propiciem a sustentabilidade de seus negócios.

O Itaú Unibanco estabelece sua política de crédito baseando-se em critérios internos como classificação de clientes, desempenho e evolução da carteira, níveis de inadimplência, taxas de retorno e capital econômico alocado, entre outros, considerando também fatores externos, como taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação, variação do consumo, entre outros.

Para pessoas físicas, pequenas e médias empresas, público considerado como varejo, a classificação de crédito é atribuída com base em modelos estatísticos de *application* (nos estágios iniciais da relação com o cliente) e *behaviour score* (usado para os clientes com os quais o Itaú Unibanco já tem uma relação).

Para público de atacado e agro, a classificação baseia-se em informações tais como a situação econômico-financeira da contraparte, sua capacidade de geração de caixa, o grupo econômico a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua. As propostas de crédito são analisadas caso a caso, utilizando um mecanismo de alçadas. O monitoramento contínuo do grau de concentração das carteiras do Itaú Unibanco, avaliando os setores de atividade econômica e os maiores devedores, possibilita a tomada de medidas preventivas, de modo a evitar que os limites estabelecidos sejam violados.

O Itaú Unibanco também controla rigorosamente a exposição a crédito de clientes e contrapartes, atuando para reverter eventuais situações em que a exposição observada exceda o desejado. Nesse sentido, pode ser adotada uma série de medidas contratualmente previstas, tais como a liquidação antecipada e a requisição de garantias adicionais.

Para medir o risco de crédito, o Itaú Unibanco leva em consideração a probabilidade de inadimplência do tomador, emissor ou contraparte, o valor estimado da exposição em caso de inadimplência, a perda dada a inadimplência e a concentração em tomadores. A quantificação desses componentes de risco faz parte do processo de concessão de crédito, da gestão da carteira e da definição de limites.

Os modelos usados pelo Itaú Unibanco passam por um processo de validação independente que visa a garantir a integridade e a consistência das bases de dados utilizadas na construção dos modelos e a adequação metodológica de estimação dos parâmetros.

O Itaú Unibanco também dispõe de estrutura específica e de processos que visam a garantir que outras vertentes do risco de crédito, como o risco país, sejam geridos e controlados, descrito no item “Outros Riscos”.

Atendendo a Resolução CMN 4.557, o documento “Relatório de Acesso Público – Política de Gestão e Controle de Risco de Crédito”, que expressa as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de crédito, pode ser visualizado no site www.itaunet.com.br/relacoes-com-investidores, na seção “Itaú Unibanco”, “Governança Corporativa”, “Políticas”, “Relatórios”.

CR1: Qualidade creditícia das exposições

Em R\$ milhões		Valor bruto:				31/12/2025
	Exposições caracterizadas como ativos problemáticos (a)	Exposições não caracterizadas como ativos problemáticos (b)	Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar (c)	Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar (d). Dos quais: RWA _{CPAD}	Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar (d). Dos quais: RWA _{CRRB}	Valor líquido (a+b-c)
Concessão de crédito	54.350	1.155.891	108.018	107.514	504	1.102.222
Títulos de dívida	4.751	722.781	3.055	-	-	724.476
dos quais: títulos soberanos nacionais	-	388.895	124	-	-	388.770
dos quais: outros títulos	4.751	333.886	2.931	-	-	335.706
Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	-	716.866	1.794	1.793	1	715.073
Total	59.101	2.595.538	112.867	109.307	505	2.541.771

CR2: Mudanças no estoque de Ativos Problemáticos

Em R\$ milhões	Total
Valor das exposições classificadas como ativos problemáticos ao final do período anterior (30/09/2025)	62.140
Valor das operações que passaram a ser classificadas como ativos problemáticos no período corrente	16.448
Valor das exposições que deixaram de ser caracterizadas como ativos problemáticos no período corrente.	(1.545)
Valor da baixa contábil por prejuízo	(10.209)
Outros ajustes	(7.733)
Valor das exposições classificadas como ativos problemáticos no final do período corrente (31/12/2025)	59.101

CRB: Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições

As tabelas abaixo contêm informações adicionais a respeito da qualidade creditícia das exposições reportadas na tabela CR1. Nelas são informadas as aberturas por região geográfica no Brasil, por país e por setor econômico do total das exposições e do total das operações em curso anormal. Além disso, são informados o total das exposições por prazo remanescente de vencimento e segmentadas por faixa de atraso, a segregação do total das exposições reestruturadas e o percentual das dez e das cem maiores exposições.

Exposições por setor econômico

Total das Exposições			Total das operações caracterizadas como ativos problemáticos			
Em R\$ milhões	31/12/2025		Em R\$ milhões	31/12/2025		
	Carteira			Carteira		
	Total da Exposição (Valor Líquido)	Total da Exposição (Valor Bruto)		Ativos Problemáticos	Provisão Regulamentar	Baixas Contábeis por Prejuízo
Pessoa Jurídica	1.560.678	1.589.558	Pessoa Jurídica	20.930	9.803	1.968
Setor Público	487.555	487.763	Setor Público	-	-	15
ENERGIA	2.287	2.287	ENERGIA	-	-	-
PETROQUÍMICA E QUÍMICA	7.980	7.981	PETROQUÍMICA E QUÍMICA	-	-	-
DIVERSOS	477.288	477.495	DIVERSOS	-	-	15
Setor Privado	1.073.123	1.101.795	Setor Privado	20.930	9.803	1.953
AÇÚCAR E ALCOOL	3.980	4.067	AÇÚCAR E ALCOOL	30	23	-
AGRO E FERTILIZANTES	40.124	40.873	AGRO E FERTILIZANTES	626	266	52
ALIMENTOS E BEBIDAS	54.366	55.790	ALIMENTOS E BEBIDAS	974	522	111
BANCOS E OUTRAS INST. FINANC.	111.193	111.420	BANCOS E OUTRAS INST. FINANC.	85	26	10
BENS DE CAPITAL	20.151	20.935	BENS DE CAPITAL	1.046	406	32
CELULOSE E PAPEL	19.726	19.906	CELULOSE E PAPEL	71	28	2
ELETROELETRÔNICOS & TI	24.230	25.067	ELETROELETRÔNICOS & TI	707	400	61
EMBALAGENS	7.068	7.259	EMBALAGENS	117	72	15
ENERGIA & SANEAMENTO	78.813	80.123	ENERGIA & SANEAMENTO	946	495	3
ENSINO	9.131	9.505	ENSINO	171	96	25
FARMACÊUTICOS & COSMÉTICOS	25.581	26.411	FARMACÊUTICOS & COSMÉTICOS	481	254	126
IMOBILIÁRIO	76.930	78.882	IMOBILIÁRIO	2.532	893	141
LAZER & TURISMO	21.982	23.155	LAZER & TURISMO	617	362	125
MADEIRA & MÓVEIS	11.831	12.366	MADEIRA & MÓVEIS	348	188	57
MAT CONSTRUÇÃO	13.607	14.316	MAT CONSTRUÇÃO	316	197	54
METALURGIA/SIDERURGIA	25.820	26.635	METALURGIA/SIDERURGIA	530	270	54
MÍDIA	1.753	1.786	MÍDIA	17	10	1
MINERAÇÃO	13.534	13.660	MINERAÇÃO	105	21	7
OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA	20.424	21.334	OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA	194	79	45
PETRÓLEO & GÁS	20.924	21.514	PETRÓLEO & GÁS	278	160	35
PETROQUÍMICA & QUÍMICA	27.907	28.772	PETROQUÍMICA & QUÍMICA	416	183	16
SAÚDE	13.855	14.413	SAÚDE	236	115	30
SEGUROS & RESSEGUROS & PREVIDÊNCIA	1.300	1.306	SEGUROS & RESSEGUROS & PREVIDÊNCIA	-	-	-
TELECOMUNICAÇÕES	20.712	21.765	TELECOMUNICAÇÕES	123	73	5
VESTUÁRIO & CALÇADOS	11.815	12.230	VESTUÁRIO & CALÇADOS	224	129	30
TRADINGS	6.502	6.631	TRADINGS	83	43	12
TRANSPORTES	52.112	54.860	TRANSPORTES	1.118	539	193
UTILIDADES DOMÉSTICAS	5.838	5.954	UTILIDADES DOMÉSTICAS	86	37	10
VEÍCULOS/AUTO-PEÇAS	47.097	48.350	VEÍCULOS/AUTO-PEÇAS	557	292	75
TERCEIRO SETOR	1.401	1.411	TERCEIRO SETOR	6	4	-
EDITORIAL E GRÁFICO	6.913	7.194	EDITORIAL E GRÁFICO	150	87	28
COMÉRCIO - DIVERSOS	59.513	62.153	COMÉRCIO - DIVERSOS	2.596	1.280	342
INDÚSTRIA - DIVERSOS	10.486	10.615	INDÚSTRIA - DIVERSOS	107	49	11
SERVIÇOS - DIVERSOS	146.907	150.136	SERVIÇOS - DIVERSOS	3.386	1.439	236
DIVERSOS	59.597	61.001	DIVERSOS	1.651	765	9
Pessoa Física	981.093	1.065.081	Pessoa Física	38.171	18.976	8.241
Total Geral	2.541.771	2.654.639	Total Geral	59.101	28.779	10.209

Exposições por prazo remanescente de vencimento

Em R\$ milhões						31/12/2025	Em R\$ milhões						31/12/2025
Prazo Remanescente do Vencimento (Valor Líquido) ⁽¹⁾							Prazo Remanescente do Vencimento (Valor Bruto) ⁽¹⁾						
até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total		até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	acima de 5 anos	Total			
514.949	185.518	797.636	461.779	1.959.882		542.084	189.081	854.033	487.051	2.072.249			

1) Os valores de Créditos a Liberar não estão sendo considerados nesta abertura.

Exposições em atraso segmentadas por faixa de atraso

Em R\$ milhões		31/12/2025	
		Carteira Bruta	
		Total da Exposição em atraso ⁽¹⁾	
menor que 30 dias		9.144	
entre 31 e 90 dias		15.103	
entre 91 e 180 dias		13.161	
entre 181 e 365 dias		16.905	
maior que 365 dias		666	
Total		54.979	

1) Conforme Resolução 54, a tabela segue o mesmo escopo da tabela CR1.

Exposições por região geográfica no Brasil e por país

Total das Exposições			Total das operações caracterizadas como Ativos Problemáticos			
Em R\$ milhões	31/12/2025		Em R\$ milhões	31/12/2025		
	Carteira			Carteira		
	Total da Exposição (Valor Líquido)	Total da Exposição (Valor Bruta)		Ativos Problemáticos	Provisão Regulamentar	Baixas Contábeis por Prejuízo
Sudeste	1.181.676	1.240.142	Sudeste	30.145	15.320	5.350
Sul	208.404	221.676	Sul	6.673	3.236	1.169
Norte	33.208	37.358	Norte	1.576	816	359
Nordeste	152.907	166.495	Nordeste	6.524	3.534	1.591
Centro-Oeste	95.714	103.716	Centro-Oeste	3.619	1.864	735
Território nacional ⁽¹⁾	388.770	388.894	Território nacional ⁽¹⁾	-	-	-
Brasil	2.060.679	2.158.281	Brasil	48.537	24.770	9.204
Argentina	198	203	Argentina	-	-	-
Chile	211.912	216.510	Chile	7.495	2.561	660
Colômbia	42.033	50.658	Colômbia	1.782	731	268
Estados Unidos	52.716	52.671	Estados Unidos	-	-	-
Paraguai	34.922	35.595	Paraguai	374	292	29
Reino Unido	24.473	25.028	Reino Unido	511	155	-
Suiça	3.088	3.089	Suiça	-	-	-
Uruguai	59.131	59.819	Uruguai	394	266	48
Outros	52.619	52.785	Outros	8	4	-
Exterior	481.092	496.358	Exterior	10.564	4.009	1.005
Total Geral	2.541.771	2.654.639	Total Geral	59.101	28.779	10.209

1) Considera somente os títulos públicos brasileiros.

Maiores exposições

Em R\$ milhões		31/12/2025	
Operações de Crédito, Títulos de dívida e Operações não contabilizadas no Balanço Patrimonial (CR1) ⁽¹⁾		Exposição	% da Carteira
10 Maiores Devedores		462.700	17,0%
100 Maiores Devedores		642.682	23,6%

1) Conforme Resolução 54 a tabela segue o mesmo escopo da tabela CR1, na qual o valor da exposição considera os títulos de dívida de soberanos.

Exposições reestruturadas

Em R\$ milhões		31/12/2025
	Ativos Problemáticos	Demais
Exposições reestruturadas ⁽¹⁾	13.235	5.073

1) Exposições reestruturadas em vigor decorrente da nova resolução 4.966 na presente competência.

CRC: Informações sobre instrumentos mitigadores do risco de crédito

O Itaú Unibanco utiliza garantias para aumentar sua capacidade de recuperação em operações sujeitas a risco de crédito. As garantias utilizadas podem ser financeiras, derivativo de crédito, fidejussórias, reais, estruturas jurídicas com poder de mitigação e acordos de compensação. Para que essas garantias sejam consideradas como instrumentos mitigadores do risco de crédito, é necessário que cumpram as exigências e as determinações das normas que as regulam, sejam internas ou externas, e que sejam juridicamente exercíveis (eficazes), exequíveis e regularmente avaliadas.

As informações relativas à eventual concentração associada à mitigação do risco de crédito consideram esses diferentes instrumentos mitigadores, segregando por tipo e por provedor. Por motivos de confidencialidade, a instituição determina a não divulgação de informações além da classificação do tipo do garantidor, porém assegurando-se a aderência aos requerimentos gerais.

- **Garantias Fidejussórias e derivativos de crédito:** um terceiro assume a responsabilidade pelo cumprimento da obrigação contraída pelo devedor, que recai no patrimônio geral desse terceiro. Avais, fianças e CDS são exemplos dessas garantias.

As garantias fidejussórias são segregadas nos seguintes provedores: Pessoas Jurídicas; Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD); Instituições Financeiras, Soberanos, Tesouro Nacional ou Banco Central.

O Itaú Unibanco utiliza ainda derivativos de crédito para mitigar o risco de crédito de suas carteiras de títulos. Estes instrumentos são apreçados com base em modelos que utilizam o preço justo de variáveis de mercado, tais como spreads de crédito, taxas de recuperação, correlações e taxas de juros. Também são segregados em: Pessoas Jurídicas; Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD); Instituições financeiras e Soberanos.

- **Garantias Reais e Financeiras:** o próprio tomador ou um terceiro destaca um ou mais ativos financeiro e/ou um ou mais bens e/ou um ou mais recebíveis, de forma que, garanta o ressarcimento do credor em caso de inadimplência. Essas garantias são segregadas por tipo: colaterais financeiros, contratos bilaterais e bens.

- **Acordo de Compensação e Liquidação de Obrigações e estruturas jurídicas com poder de mitigação:** o acordo de compensação tem por objetivo reduzir o risco de exposição de crédito de uma parte perante a outra, resultante de operações celebradas entre elas, de forma que, em caso de vencimento, após a compensação, seja identificado o valor líquido devido pela parte devedora à parte credora. É comum ser utilizado em operações de derivativos, mas também pode abranger outros tipos de operações financeiras.

Nas estruturas jurídicas com poder de mitigação e acordos de compensação, a mitigação se dá em função de metodologias estabelecidas e aprovadas pelas unidades de negócio responsáveis pela gestão do risco de crédito e pela área centralizada de controle de risco de crédito.

Tais metodologias consideram fatores relativos à exequibilidade jurídica das garantias, os custos necessários para tal e o valor esperado na execução, levando em consideração a volatilidade e a liquidez do mercado.

Para controle dos instrumentos mitigadores, existe monitoramento periódico que acompanha o nível de cumprimento do uso de cada instrumento quando comparado às políticas internas de mensuração, incluindo até planos de ação de correção quando existe desenquadramento, sendo analisados concentração, tipos, provedores e formalização. Os parâmetros utilizados são: HE (Haircut de execução) que avalia a probabilidade de sucesso na execução da garantia; HV (Haircut de Volatilidade) representa a liquidez da garantia que está sendo ofertada, e LMM (Limite de Mitigação Máxima) que é o teto de mitigação para garantias reais.

CR3: Visão geral das técnicas de mitigação do risco de crédito⁽¹⁾

Em R\$ milhões		31/12/2025			
	Exposições não mitigadas	Exposições mitigadas	Das quais: Parcela coberta por colaterais financeiros	Das quais: Parcela coberta por garantias	Das quais: Parcela coberta por derivativos de crédito
Concessão de crédito	948.710	110.679	7.973	102.706	-
Títulos de dívida	475.901	549	422	128	-
Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	172.381	3.899	1.626	2.273	-
Demais operações	469.856	1.197	1.198	-	-
Total	2.066.848	116.324	11.219	105.107	-
dos quais: ativos problemáticos	16.154	44	44	-	-

1) Os instrumentos mitigadores contemplados nesta tabela são aqueles previstos na Circular BACEN 3.809.

Aumento nas exposições de concessão de crédito.

CR4: Abordagem padronizada – exposições e efeitos da mitigação do risco de crédito

Em R\$ milhões

31/12/2025

Categorias	Exposições pré FCC e mitigação		Exposições pós FCC e mitigação		RWA e densidade de RWA	
	Operações contabilizadas no balanço (a)	Operações não contabilizadas no balanço (b)	Operações contabilizadas no balanço (c)	Operações não contabilizadas no balanço (d)	RWA (e)	Densidade de RWA [e/(c+d)]
Governos centrais e respectivos bancos centrais	602.136	651	602.136	651	24.938	4%
Estados, Municípios, Distrito Federal, entes subnacionais equivalentes no exterior	7.811	320	7.811	135	5.345	67%
Organismos multilaterais e Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD)	-	-	-	-	-	-
Instituições financeiras e demais autorizadas pelo Banco Central do Brasil	179.517	12.294	179.517	7.560	73.303	39%
Títulos com características específicas (covered bonds)	-	-	-	-	-	-
Pessoas jurídicas não financeiras	488.165	188.461	488.165	112.440	474.324	79%
Dos quais: Financiamentos especializados	-	109	-	109	87	80%
Dos quais: outros	488.165	188.352	488.165	112.331	474.237	79%
Participações societárias e instrumentos de dívida subordinada	34.206	-	34.206	-	60.305	176%
Exposições de varejo	355.767	484.249	355.767	49.723	268.027	66%
Exposições garantidas por imóveis	240.103	6.210	240.103	4.649	110.050	45%
Das quais: garantidas por imóveis residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições não seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis.	181.814	1.126	181.814	289	52.299	29%
Das quais: garantidas por imóveis residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis.	35.478	1.563	35.478	953	37.726	104%
Das quais: garantidas por imóveis não residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições não seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis.	10.524	559	10.524	445	9.549	87%
Das quais: garantidas por imóveis não residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis.	3.718	3	3.718	3	3.489	94%
Das quais: relativas a empreendimentos imobiliários	8.569	2.959	8.569	2.959	6.987	61%
Ativos Problemáticos	15.077	2.653	15.077	1.121	19.382	120%
Outros ativos	84.111	-	84.111	-	84.086	100%
Total	2.006.893	694.838	2.006.893	176.279	1.119.760	51%

Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

CR5: Abordagem padronizada - exposições por contraparte e fator de ponderação de risco (FPR)

Em R\$ milhões		Fator de ponderação de risco (FPR)							31/12/2025
Categoria	0%	20%	50%	100%	150%	200%	Outros	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)	
Governos centrais e respectivos bancos centrais	549.402	21.202	26.171	4.389	44	1.579	-	602.787	

Categoria	20%	50%	100%	150%	Outros	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)	
Estados, Municípios, Distrito Federal, entes subnacionais equivalentes no exterior	365	-	1.591	720	5.270	7.946	

Categoria	0%	20%	30%	50%	100%	150%	Outros	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)	
Organismos multilaterais e Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD)	-	-	-	-	-	-	-	-	

Categoria	20%	30%	40%	50%	75%	100%	150%	Outros	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)	
Instituições financeiras e demais autorizadas pelo Banco Central do Brasil	69.013	11.811	90.226	1.851	-	528	12.341	1.307	187.077	

Categoria	10%	15%	20%	25%	35%	50%	100%	Outros	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)	
Títulos com características específicas (covered bonds)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

Em R\$ milhões											Fator de ponderação de risco (FPR)	31/12/2025
Categoria	20%	50%	65%	75%	80%	85%	100%	130%	150%	Outros	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)	
Pessoas jurídicas não financeiras	-	51.691	233.109	-	109	71.777	236.486	-	-	7.433	600.605	
das quais: financiamentos especializados	-	-	-	-	109	-	-	-	-	-	109	
das quais: outros	-	51.691	233.109	-	-	71.777	236.486	-	-	7.433	600.496	

Categoria	100%	150%	250%	400%	Outros	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)
Participações societárias e instrumentos de dívida subordinada	-	3.769	-	-	30.437	34.206

Categoria	45%	75%	100%	Outros	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)
Exposições de varejo	77.788	279.567	254	47.881	405.490

Em R\$ milhões					Fator de ponderação de risco (FPR)																31/12/2025	
Categorias	0%	20%	25%	30%	35%	40%	45%	50%	60%	65%	70%	75%	85%	90%	100%	105%	110%	150%	Outros	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)		
Exposições garantidas por imóveis	38	49.578	29.964	84.080	3.500	17.832	4.242	11.073	1.006	1.113	5.732	2.428	2.551	860	7.370	395	1.798	21.176	16	244.752		
Das quais: garantidas por imóveis residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições não seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis.	24	49.578	29.964	77.886		17.832		2.048		-	4.680	1	-		-	86,0		-	4	182.103		
Das quais: apuradas diretamente a partir dos valores dos empréstimos e financiamentos sem interferência e utilização de FPR médios ponderados, cada um deles obtido da combinação do FPR associado ao imóvel dado em garantia e do FPR do tomador do empréstimo.	24	49.578	29.964	77.886		17.832		2.048		-	4.680	1	-		-	86,0		-	4	182.103		
Das quais: outras	-	-	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			-	-	-		
Das quais: garantidas por imóveis residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis.				6.194	3.500		4.242		647			362				309		21.176	1	36.431		
Das quais: garantidas por imóveis não residenciais, em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições não seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis.	14	-	-	-		-		-	359	1.113		2.065	2.361		5.057			-	-	10.969		
Das quais: apuradas diretamente a partir dos valores dos empréstimos e financiamentos sem interferência e utilização de FPR médios ponderados, cada um deles obtido da combinação do FPR associado ao imóvel dado em garantia e do FPR do tomador do empréstimo.	14	-	-	-		-		-	359	-		-	-		-			-	-	373		
Das quais: outras	-	-	-	-		-	-	-	-	1.113		2.065	2.361		5.057			-	-	10.596		
Das quais: garantidas por imóveis não residenciais em que o cumprimento das obrigações financeiras associadas às exposições seja dependente dos fluxos de caixa gerados pelos imóveis.											1.052			860			1.798	-	11	3.721		
Das quais: relativas a empreendimentos imobiliários								9.025						190		2.313		-	-	11.528		

Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

Em R\$ milhões		Fator de ponderação de risco (FPR)				
Categorias	50%	100%	150%	Outros	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)	
Ativos Problemáticos	69	9.562	6.523	44	16.198	

Categorias	0%	20%	100%	1250%	Outros	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)
Outros Ativos	26	-	84.085	-	-	84.111

Exposições e FCC aplicados às exposições não contabilizadas no balanço patrimonial

Em R\$ milhões

31/12/2025

Fator de ponderação de risco (FPR) ⁽²⁾	Exposições contabilizadas no balanço patrimonial	Exposições não contabilizadas no balanço patrimonial (antes do FCC)	FCC médio (ponderado pelo FPR) ⁽¹⁾	Total das exposições de crédito (após FCC e mitigação)
Menor que 40%	828.364	4.759	57%	831.094
40 - 70%	480.743	317.660	29%	571.324
75%	254.934	260.083	10%	281.995
80 - 85%	66.133	40.170	21%	74.436
90 - 100%	300.091	67.242	67%	345.124
105 - 130%	2.591	79	22%	2.608
150%	42.021	4.845	53%	44.575
160%	20.517	-	-	20.517
200%	1.579	-	-	1.579
220 - 250%	9.920	-	-	9.920
400%	-	-	-	-
1250%	-	-	-	-
Exposição Total	2.006.893	694.838	25%	2.183.172

1) Os ponderadores são as exposições não contabilizadas no balanço patrimonial, antes da aplicação dos respectivos FCC.

2) Os FPRs aplicados às exposições relativas a participações societárias seguem cronograma definido no Artigo 85 da Resolução BCB nº 229/2022.

Os aumentos dos campos de exposição total das tabelas CR4 e CR5 ocorreram, principalmente, na linha de Governos centrais e respectivos bancos centrais, Pessoas jurídicas não financeiras, Instituições financeiras e demais autorizadas pelo Banco Central do Brasil, Exposições de varejo e Exposições garantidas por imóveis.

CRE: IRB - Informações qualitativas sobre abordagens IRB

Para o cálculo de capital regulatório de risco de crédito podem ser utilizadas duas abordagens, a padronizada e a IRB (*Internal Ratings Based*). O Itaú-Unibanco foi aprovado para utilizar a abordagem IRB pelo Banco Central para a unidade de negócio de crédito rural (Agro). A abordagem IRB permite a utilização de modelos internos para o cálculo do capital regulatório de risco de crédito, para tanto são utilizadas as estimativas internas de *Probability of Default* (PD), *Loss Given Default* (LGD) e *Exposure at Default* (EAD).

A PD de um cliente está associada diretamente a sua classificação interna de risco de crédito, sendo que tal classificação é atribuída a partir de modelos internos utilizados no processo de concessão de crédito. Para realização dessa classificação, utilizam-se os aspectos financeiros e qualitativos individuais dos clientes. Visto que a PD é a probabilidade de um credor entrar em descumprimento, ela é estimada com base nas informações do portfólio da instituição. O cálculo busca prever a possibilidade da ocorrência de descumprimento nos próximos doze meses para cada classificação de crédito, utilizando o perfil médio do portfólio nos últimos cinco anos conforme previsão normativa Nº 303 do Banco Central do Brasil (BCB). De forma adicional, respeitamos o piso de 0,05% para os valores de PD, conforme estabelecido no Capítulo II do normativo.

A EAD é o valor esperado para o saldo do credor no momento do default. Este valor deriva do saldo no momento da avaliação combinado com possíveis movimentações que possam alterar o saldo devedor até o momento do default, considerando a possibilidade de consumo de crédito à liberar que o cliente tenha disponível. Para efetuar a estimação do FCC (Fator de conversão de Crédito) foram utilizados dados de conversão de crédito considerando os saldos e limites disponíveis dos credores 12 meses antes do momento de default para produtos rotativos. A instituição financeira armazena dados para um período de sete anos, cumprindo a exigência mínima prevista pelo Artigo 102 da Resolução 303.

A LGD é a estimativa do percentual do EAD que a instituição deixará de recuperar no caso de descumprimento. Tal estimativa é realizada com base nos eventos de descumprimento ocorridos e o comportamento posterior das recuperações líquidas a valores presentes¹. Utilizando como ponto de partida o período mínimo exigido pelo Artigo 102 do normativo da Resolução 303, armazenam-se dados de recuperação em período de *workout* suficiente para capturar pelo menos 90% do fluxo de recuperação observado e dos clientes após o momento do descumprimento. No processo de atribuição do parâmetro de LGD para cada um dos clientes dentro da instituição são levados em consideração possíveis fatores que mitiguem as potenciais perdas futuras a fim de obter um valor justo desse parâmetro, essas mitigações estão em cumprimento com o estabelecido pela Resolução 303.

Em adição aos modelos de parâmetros, a carteira do agro tem um conjunto de modelos que são utilizados para ordenação e classificação do risco das diferentes contrapartes (modelos de *Risk Rating* e *Behavior Score*), baseados no porte da contraparte, no nicho de atuação e na estratégia comercial do segmento.

Os modelos utilizados no processo de concessão são desenvolvidos pela área de modelagem em parceria com a área de análise de crédito, com base nas informações das demonstrações financeiras dos clientes, no seu histórico de comportamento com a instituição e no mercado, na avaliação do seu processo de gestão e governança através de dados internos, de *bureaus* e informações de mercado. Esses modelos atribuem uma classificação de crédito (rating/escore) para cada um dos credores permitindo segregar clientes de baixíssimo risco daqueles de risco mais alto dentro de uma classificação interna. A partir desta classificação interna são atribuídos os parâmetros de riscos que serão utilizados no processo de mensuração e gestão do risco e consequentemente de estimativa do capital segundo metodologia definida pelo Banco Central na Resolução BCB 303.

Cada um dos modelos listados acima passa por uma governança de aprovação que envolve a área desenvolvedora do modelo e a área de validação independente. A área desenvolvedora se encontra em uma estrutura segregada da área de validação de modo a garantir a independência na atuação. A deliberação sobre a aprovação ou não do modelo é feita no Comitê Técnico de Avaliação de Modelos onde são apresentadas as informações sobre o modelo como escopo, definição de uso, replicabilidade, estabilidade, aderência, discriminação e por fim, o parecer da área de validação. Após esse processo, o modelo ainda está sujeito a avaliações periódicas anuais a fim de definir se existe ou não necessidade de ajustes no mesmo. Esse monitoramento é realizado pela área de validação independente e seus resultados poderão ser encontrados na tabela CR9 deste relatório. De forma complementar, as equipes de risco operacional e auditoria interna avaliam a aderência dos modelos em relação aos aspectos normativos da própria Resolução nº 303 do BCB.

EAD (em %)	EAD coberto pelas variadas abordagens		
	Abordagem Padronizada	IRB Básica	IRB Avançada
Agro	0%	0%	100%
Atacado	0%	0%	100%
Varejo	0%	0%	100%

Carteira	Componente do modelo	Número de modelos	Descritivo
Agro	PD	1	Modelo utilizado para a mensuração da probabilidade da ocorrência de descumprimento em cada uma das classificações.
	EAD	1	Modelo utilizado para a atribuição do saldo no momento do descumprimento.
	LGD	1	Modelo que determina a parcela do EAD que não será recuperado.

Carteira	Modelo	RWA _{CIRB} (%)
Agro	PD	100%
	EAD	100%
	LGD	100%

[1] Deduzem-se das recuperações econômicas os custos necessários para reaver os valores como, por exemplo, tarifas legais e despesas de cobrança.

Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3

CR6: IRB - Exposições ao risco de crédito por carteira e intervalos de PD ⁽¹⁾⁽²⁾

Em R\$ milhões

31/12/2025

Carteira	Intervalos de PD (em %)	Exposições registradas no ativo da instituição	Exposições não registradas no ativo da instituição (pré FCC)	Fator de Conversão em Crédito (FCC) - média	Exposição no Momento do Descumprimento (EAD) após a utilização de instrumentos mitigadores e aplicação do FCC	Probabilidade de Descumprimento (PD) - média	Número de contrapartes	Perda Dado o Descumprimento (LGD) - média	Prazo médio das exposições	RWA modelos internos	Densidade RWAcirb	Perdas Esperadas (EL)	Provisões
Atacado, excluindo recebíveis financeiros de atacado e a subcategoria "empreendimento imobiliário gerador de receita" - Abordagem IRB avançada													
	de 0,00 a <0,15	31.776	4.051	52,70%	33.911	0,08%	203	46,43%	2,7	8.882	26,19%	13	
	de 0,15 a <0,25	18.662	3.638	35,64%	19.959	0,18%	314	45,97%	2,4	8.114	40,65%	17	
	de 0,25 a <0,50	37.928	6.169	26,50%	39.564	0,31%	1.433	38,51%	2,0	16.333	41,28%	47	
	de 0,50 a <0,75	10.519	654	18,73%	10.641	0,57%	577	31,84%	2,0	4.911	46,14%	19	
	de 0,75 a <2,50	15.945	3.189	22,69%	16.669	1,33%	1.489	28,72%	2,0	9.123	54,73%	63	
	de 2,50 a <10,00	4.133	459	35,43%	4.295	4,27%	457	25,72%	1,9	3.019	70,29%	62	
	de 10,00 a <100,00	3.029	70	14,73%	3.039	30,00%	359	27,20%	2,3	3.727	122,61%	237	
	100,00 (Descumprimento)	2.832	37	18,15%	2.839	100,00%	418	40,69%	2,4	9.675	340,77%	1.155	
	Subtotal	124.825	18.266	33,35%	130.917	3,31%	5.250	39,27%	2,3	63.784	48,72%	1.613	1.662
Demais exposições de varejo, excluindo recebíveis financeiros de varejo - Abordagem IRB avançada													
	de 0,00 a <0,15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	de 0,15 a <0,25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	de 0,25 a <0,50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	de 0,50 a <0,75	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	de 0,75 a <2,50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	de 2,50 a <10,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	de 10,00 a <100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	100,00 (Descumprimento)	1	-	-	1	100,00%	6	80,46%	1,0	-	21,74%	1	-
	Subtotal	1	-	-	1	100,00%	6	80,46%	1,0	-	-	1	1
Carteira Agro													
	de 0,00 a <0,15	31.776	4.051	52,70%	33.911	0,08%	203	46,43%	2,7	8.881	26,19%	13	
	de 0,15 a <0,25	18.662	3.638	35,64%	19.959	0,18%	314	45,97%	2,4	8.113	40,65%	17	
	de 0,25 a <0,50	37.928	6.169	26,50%	39.564	0,31%	1.433	38,51%	2,0	16.331	41,28%	47	
	de 0,50 a <0,75	10.519	654	18,73%	10.641	0,57%	577	31,84%	2,0	4.910	46,14%	19	
	de 0,75 a <2,50	15.945	3.189	22,69%	16.669	1,32%	1.489	28,72%	2,0	9.123	54,73%	63	
	de 2,50 a <10,00	4.133	459	35,43%	4.295	4,26%	457	25,72%	1,9	3.019	70,29%	62	
	de 10,00 a <100,00	3.029	70	14,73%	3.039	27,99%	359	27,20%	2,3	3.726	122,61%	237	
	100,00 (Descumprimento)	2.834	37	18,15%	2.840	100,00%	424	40,71%	2,4	9.675	340,64%	1.156	
	Total Carteira	124.826	18.266	33,35%	130.918	3,31%	5.256	39,27%	2,3	63.784	48,72%	1.614	1.663

1) Excluídas as operações sujeitas a risco de crédito da contraparte, de acordo com a Instrução Normativa BCB nº 532.

2) Considera RWA modelos internos.

CR7: IRB - Efeitos da utilização de derivativos de crédito como instrumentos mitigadores do risco de crédito ⁽¹⁾⁽²⁾

Em R\$ milhões	31/12/2025	
	RWACIRB antes da utilização de derivativo de crédito	RWACIRB após a utilização de derivativo de crédito
Instituições financeiras - Abordagem IRB básica	-	-
Atacado, excluindo recebíveis financeiros de atacado e a subcategoria "empreendimento imobiliário gerador de receita" - Abordagem IRB básica	-	-
Atacado, excluindo recebíveis financeiros de atacado e a subcategoria "empreendimento imobiliário gerador de receita" - Abordagem IRB avançada	63.784	63.784
Empreendimento imobiliário gerador de receita - Abordagem IRB básica	-	-
Empreendimento imobiliário gerador de receita - Abordagem IRB avançada	-	-
Recebíveis financeiros de atacado - Abordagem IRB básica	-	-
Recebíveis financeiros de atacado - Abordagem IRB avançada	-	-
Crédito rotativo de varejo qualificado - Abordagem IRB avançada	-	-
Residencial - Abordagem IRB avançada	-	-
Demais exposições de varejo, excluindo recebíveis financeiros de varejo - Abordagem IRB avançada	-	-
Recebíveis financeiros de varejo - Abordagem IRB avançada	-	-
Total	63.784	63.784
Do qual: unidade de negócio de crédito rural	63.784	63.784

1) Excluídas as operações sujeitas a risco de crédito da contraparte, de acordo com a Instrução Normativa BCB nº 532.

2) Considera RWAmodeos internos.

CR8: Informações sobre as variações no RWAC_{IRB} ⁽¹⁾⁽²⁾

Em R\$ milhões	Valores de RWA
RWA no final do período anterior (30/09/2025)	62.006
Montante dos ativos	2.482
Qualidade dos ativos	(1.007)
Atualizações dos modelos	-
Metodologia e regulação	-
Aquisições e alienações	-
Flutuações de taxas de câmbio	302
Outros	-
RWA no final do período (31/12/2025)	63.784

1) Excluídas as operações sujeitas a risco de crédito da contraparte, de acordo com a Instrução Normativa BCB nº 532.

2) Considera RWAmodeos internos.

CR9: IRB - Comparação entre perdas estimadas e observadas (backtesting) do parâmetro PD por categoria, subcategoria e portfólio

31/12/2025

Carteira	Intervalos de PD	Classificação externa de risco	Probabilidade de Descumprimento (PD) - média	PD por exposições - média aritmética	Número de contrapartes		Número de contrapartes em descumprimento	Das quais: Contrapartes que entraram em descumprimento no ano	Taxa anual média histórica de descumprimento
					Observadas no final do ano anterior	Observadas no final do ano			
Atacado, excluindo recebíveis financeiros de atacado e a subcategoria “empreendimento imobiliário gerador de receita” - Abordagem IRB avançada									
	de 0,00 a <0,15		0,08%	0,09%	204	203	4	1	0,18%
	de 0,15 a <0,25		0,18%	0,18%	347	314	3	1	0,24%
	de 0,25 a <0,50		0,31%	0,32%	1.345	1.433	58	2	0,48%
	de 0,50 a <0,75		0,57%	0,58%	962	577	19	2	0,26%
	de 0,75 a <2,50		1,33%	1,37%	1.364	1.489	86	1	1,35%
	de 2,50 a <10,00		4,27%	4,37%	461	457	78	3	2,24%
	de 10,00 a <100,00		30,00%	28,20%	186	359	89	4	11,73%
	100,00 (Descumprimento)		100,00%	100,00%	211	418	-	-	-
Subtotal				5.080	5.250	337	14	1,50%	
Demais exposições de varejo, excluindo recebíveis financeiros de varejo - Abordagem IRB avançada									
	de 0,00 a <0,15		-	-	-	-	-	-	-
	de 0,15 a <0,25		-	-	-	-	-	-	-
	de 0,25 a <0,50		-	-	4	-	-	-	-
	de 0,50 a <0,75		-	-	2	-	-	-	-
	de 0,75 a <2,50		-	-	4	-	2	-	-
	de 2,50 a <10,00		-	-	1	-	1	-	-
	de 10,00 a <100,00		-	-	-	-	1	1	-
	100,00 (Descumprimento)		100,00%	100,00%	3	6	-	-	-
Subtotal				14	6	4	1	-	
Carteira Agro									
de 0,00 a <0,15		0,08%	0,09%	204	203	4	1	0,18%	
de 0,15 a <0,25		0,18%	0,18%	347	314	3	1	0,24%	
de 0,25 a <0,50		0,31%	0,32%	1.349	1.433	58	2	0,48%	
de 0,50 a <0,75		0,57%	0,58%	964	577	19	2	0,26%	
de 0,75 a <2,50		1,33%	1,37%	1.368	1.489	88	1	1,35%	
de 2,50 a <10,00		4,27%	4,37%	462	457	79	3	2,24%	
de 10,00 a <100,00		30,00%	28,20%	186	359	90	5	11,73%	
100,00 (Descumprimento)		100,00%	100,00%	214	424	-	-	100,00%	
Total				5.094	5.256	341	15	1,50%	

Relativo ao resultado da coluna “Taxa anual média histórica de descumprimento”, foi reportado na CTAM de 07 de novembro de 2025 a descalibragem no modelo de probabilidade de descumprimento do segmento de Agronegócio, formalizada pelo AR002754, com a seguinte descrição:

“Foram reportados na CTAM de 07/11/2025 mais que três faróis de alerta consecutivos para modelos do Atacado, ativando gestão de consequência, conforme governança vigente. Os modelos afetados foram:

MRM24_365: PD Agro

MRM21_594: PD Lifetime Grandes Empresas

MRM21_26: PD Lifetime Middle Market”

O novo modelo de PD AGRO (MRM25_681), foi aprovado na CTAM de 26 de janeiro de 2026 com efeito observado no fechamento de janeiro de 2026, resolvendo o apontamento supracitado.

CMS1: Comparação entre o RWA calculado na abordagem padronizada e na abordagem modelos internos por tipo de risco

31/12/2025				
RWA				
	RWA - modelos internos	RWA - abordagens padronizadas	RWA Total (a + b)	RWA - abordagem padronizada para todas as exposições
Risco de crédito em sentido estrito	79.343	1.119.760	1.199.103	1.229.199
Risco de crédito de contraparte		26.631	29.789	30.987
Exposições de securitização classificadas na carteira bancária		12.838	12.838	12.838
Risco de Mercado	44.760	5.488	50.248	61.438
Risco Operacional		143.006	143.006	143.006
RWA residual		70.491	70.491	70.491
Total	124.103	1.378.214	1.505.475	1.547.959

CMS2: Comparação entre RWAcpad e RWAcirb por categoria, subcategoria e portfólio

31/12/2025

	RWA			
	RWA (Abordagem IRB) (a)	RWA para a coluna (a) utilizando a abordagem padronizada (b)	RWA Total (c)	RWA - Abordagem padronizada (d)
Em R\$ milhões				
Soberanos e respectivas moedas			-	-
Do qual: organismos multilaterais e entidades multilaterais de desenvolvimento (EMD)			-	-
Instituições financeiras	-	-	-	-
Participações societárias			-	-
Recebíveis financeiros adquiridos	-	-	-	-
Atacado	79.343	109.439	79.343	109.439
Do qual: abordagem IRB básica	-	-	-	-
Do qual: abordagem IRB avançada	79.343	109.439	79.343	109.439
Varejo	-	-	-	-
Do qual: crédito rotativo de varejo qualificado	-	-	-	-
Do qual: residencial	-	-	-	-
Do qual: outros	-	-	-	-
Financiamentos Especializados	-	-	-	-
Do qual: empreendimento imobiliário gerador de receita e financiamento imobiliário comercial de alta volatilidade (HVCRE)	-	-	-	-
Outros	-	-	1.119.760	1.119.760
Total	79.343	109.439	1.199.103	1.229.199
Do qual: unidade de negócio de crédito rural	79.343	109.439	79.343	109.439

Risco de Crédito de Contraparte**CCRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito de contraparte (CCR)**

O risco de crédito de contraparte é a possibilidade de não cumprimento de obrigações relativas à liquidação de operações, que envolvam a negociação de ativos financeiros com risco bilateral. Abrange instrumentos financeiros derivativos, operações a liquidar, empréstimos de ativos e operações compromissadas.

O Itaú Unibanco possui regras bem definidas para o cálculo da exposição gerencial e regulatória a este risco, sendo os modelos desenvolvidos utilizados tanto para a governança de consumo de limites e gestão de sublimites das contrapartes, como para a alocação de capital, respectivamente.

A volatilidade gerencial do risco de crédito potencial (RCP) de derivativos (interpretado como o valor da exposição financeira potencial que uma operação pode alcançar até o seu vencimento) e a volatilidade de contratos de compromissadas e operações de câmbio são monitoradas periodicamente para manter a exposição em níveis considerados aceitáveis pela administração da instituição.

O risco pode ser mitigado com a utilização de chamada de margem, *initial margin* ou outro instrumento mitigador.

Atualmente, o Itaú Unibanco não tem impacto no montante de colaterais a serem empenhados no caso de rebaixamento da sua classificação de crédito. A seguir são apresentadas as exposições regulatórias ao risco de crédito de contraparte.

CCR1: Análise das exposições ao risco de crédito de contraparte (CCR) por abordagem utilizada

Em R\$ milhões

31/12/2025

	Valor de reposição	Ganho potencial futuro	Multiplicador empregado no cômputo da exposição	Exposição total pós-mitigação	RWA
Abordagem SA-CCR	12.896	8.898	1,4	30.512	19.907
Abordagem CEM	-	-		-	-
Abordagem Simples - mitigação do CCR (operações compromissadas e empréstimo de ativos)				-	-
Abordagem Abrangente - mitigação do CCR (operações compromissadas e empréstimo de ativos)				754.348	7.402
Total					27.309

CCR3: Abordagem padronizada – segregação de exposições ao CCR por contraparte e por fator de ponderação de risco

Em R\$ milhões

Fator de ponderação de risco (FPR)

31/12/2025

Contraparte	0%	10%	20%	50%	65%	85%	100%	150%	Outros	Total
Governos centrais e respectivos bancos centrais	326.191	-	2	6	-	-	-	-	-	326.199
Estados, Municípios, Distrito Federal, entes subnacionais equivalentes no exterior	4	-	-	-	72	-	-	-	-	76
Organismos multilaterais e Entidades Multilaterais de Desenvolvimento (EMD)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instituições financeiras e demais autorizadas pelo Banco Central do Brasil	52.436	-	2.673	-	-	-	45	1.851	3.323	60.328
Pessoas jurídicas não financeiras	369.487	-	30	-	9.612	1.423	15.421	-	-	395.973
Outras contrapartes	1.328	-	-	-	1	-	823	132	-	2.284
Total	749.446	-	2.705	6	9.685	1.423	16.289	1.983	3.323	784.860

Nas tabelas CCR1 e CCR3 houve queda em exposições em Instituições financeiras e Pessoas jurídicas não financeiras

CCR5: Colaterais financeiros associados a exposições ao risco de crédito de contraparte

Em R\$ milhões

31/12/2025

	Colaterais financeiros associados a operações com derivativos				Colaterais financeiros associados a operações compromissadas e de empréstimo de ativos	
	Valor justo dos colaterais constituídos pela contraparte em favor da Instituição		Valor justo dos colaterais constituídos pela Instituição em favor da contraparte		Valor justo dos colaterais constituídos pela contraparte em favor da Instituição	Valor justo dos colaterais constituídos pela Instituição em favor da contraparte
	Apartados	Não apartados	Apartados	Não apartados		
Depósitos – moeda nacional	-	-	-	-	448.788	265.439
Depósitos – outras moedas	-	1.423	2.812	3.759	7.557	5.190
Título públicos federais	-	-	12.032	-	266.105	394.016
Títulos emitidos por outros governos centrais de jurisdições estrangeiras e respectivos bancos centrais	-	-	30.856	-	2.095	4.511
Títulos privados	-	-	-	-	109	60.929
Ações	-	-	1.204	-	-	3.252
Outros colaterais	-	-	94	-	-	-
Total	-	1.423	46.998	3.759	724.654	733.337

Queda nos colaterais recebidos e entregues associados a operações compromissadas

CCR6: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a derivativos de crédito

Em R\$ milhões	31/12/2025	
	Risco transferido	Risco recebido
Valor Nominal		
Swap de crédito referenciado ao descumprimento de uma única entidade (Single-name CDS)	22.639	29.059
Swap de crédito referenciado ao descumprimento de mais de uma entidade	5.502	5.502
Swaps de taxa de retorno total	-	52.573
Valor de nominal total	28.141	87.134
Valor justo	95	153
Valor justo positivo (ativo)	166	449
Valor justo negativo (passivo)	(71)	(296)

CCR8: Informações sobre o risco de crédito de contraparte associado a exposições a contrapartes centrais

Em R\$ Milhões	31/12/2025	
	Exposição após mitigação	RWA
Exposições a QCCPs (total)		2.480
Exposições associadas a operações a serem liquidadas em QCCPs, das quais:	13.011	433
(i) Derivativos de balcão	-	-
(ii) Derivativos padronizados	12.988	433
(iii) Empréstimos de ativos e operações compromissadas	23	-
(iv) Demais operações	-	-
Colaterais financeiros constituídos, exceto como margem de variação, prontamente restituídos à instituição, em caso liquidação, falência ou providência similar das QCCPs	-	-
Colaterais financeiros constituídos, exceto como margem de variação, que não sejam prontamente restituídos à instituição, em caso liquidação, falência ou providência similar das QCCPs	6.472	2.035
Participação integralizada em fundos de garantia mutualizados	122	12
Participação em fundo de garantia mutualizado, contingente e futuro, passível de ser exigido por QCCPs	-	-
Exposições a CCPs não qualificadas (total)		-
Exposições associadas a operações liquidadas em CCPs não qualificadas, das quais:	-	-
(i) Derivativos de balcão	-	-
(ii) Derivativos padronizados	-	-
(iii) Empréstimos de ativos e operações compromissadas	-	-
(iv) Demais operações	-	-
Participação em fundos de garantia mutualizados contingente e futuro passíveis de serem exigidos por QCCPs	-	-
Colaterais financeiros constituídos, exceto como margens de variação, que não sejam prontamente restituídos à instituição, em caso liquidação, falência ou providência similar das CCPs não qualificadas	-	-
Participação integralizada em fundos de garantia mutualizados	-	-
Participação em fundo de garantia mutualizado, contingente e futuro, passível de ser exigido por QCCPs	-	-

Queda no saldo de colaterais financeiros constituídos

Exposições de Securitização**SECA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento de riscos das exposições de securitização**

Atualmente, o Itaú Unibanco coordena e distribui emissões de valores mobiliários securitizados no mercado de capitais com ou sem garantia firme de colocação. Em caso de exercer a garantia firme o banco assumirá o risco como investidor da operação.

O Itaú Unibanco também se coloca na posição de investidor, onde a instituição adquire as operações com classes de priorização, sênior, mezanino ou subordinada, dos veículos emissores. O processo de decisão de investimento perpassa por diversos fatores, incluindo análise de risco dos ativos subjacentes, perfil de risco dos ativos, retorno atribuído às emissões, mecanismos de subordinação, entre outros.

O Itaú Unibanco não atua como contraparte patrocinadora de nenhuma sociedade de propósito específico com o objetivo de atuar no mercado de securitização, tampouco administra entidades que adquirem títulos de securitização de sua própria emissão/originação.

Em relação à contabilização, cabe observar que (i) os ativos representativos de securitizações de terceiros são contabilizados assim como os demais ativos de titularidade do banco, conforme normas contábeis brasileiras; (ii) e os créditos de securitizações originados da carteira própria do Itaú Unibanco permanecem contabilizados nos casos de cessão de crédito com coobrigação.

No ano de 2025, o Itaú Unibanco não realizou a venda de ativos de securitização de crédito sem retenção substancial de riscos e não cedeu exposições com retenção substancial de riscos, que tenham sido honradas, recompradas ou baixadas para prejuízo.

SEC1: Exposições de securitização classificadas na carteira bancária

Em R\$ milhões	31/12/2025								
	Instituição financeira - posições retidas			Instituição financeira - como patrocinadora			Instituição financeira - como investidora		
	Tradicional	Sintética	Subtotal	Tradicional	Sintética	Subtotal	Tradicional	Sintética	Subtotal
Varejo (total), das quais:	-	-	-	-	-	-	15.774	-	15.774
imobiliário residencial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
cartão de crédito	-	-	-	-	-	-	2.936	-	2.936
outras	-	-	-	-	-	-	12.838	-	12.838
ressecuritização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atacado (total), das quais:	-	-	-	-	-	-	12.962	-	12.962
demais pessoas jurídicas, exceto exposições de varejo	-	-	-	-	-	-	9.456	-	9.456
imobiliário comercial	-	-	-	-	-	-	3.506	-	3.506
arrendamento mercantil e recebíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-
outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ressecuritização	-	-	-	-	-	-	-	-	-

SEC2: Exposições de securitização classificadas na carteira de negociação

Na carteira atual de securitização do Itaú Unibanco não há exposições a serem reportadas na tabela SEC2.

SEC3: Exposições de securitização na carteira bancária e requerimentos de capital - instituição como originadora ou patrocinadora

Na carteira atual de securitização do Itaú Unibanco não há exposições a serem reportadas na tabela SEC3.

SEC4: Exposições de securitização na carteira bancária e requerimentos de capital - instituição como investidora

Em R\$ milhões	31/12/2025										
	Valores das exposições (por faixa de FPR)					Valor agregado das exposições		RWA		Requerimento de capital	
	≤20%	20% < FPR < 50%	50% ≤ FPR < 100%	100% ≤ FPR < 1.250%	1250%	Abordagem Padronizada	1250%	Abordagem Padronizada	1250%	Abordagem Padronizada	1250%
Exposições totais	10	21.131	3.217	4.377	-	28.736	-	12.838	-	1.027	-
Securitização tradicional, da qual:	10	21.131	3.217	4.377	-	28.736	-	12.838	-	1.027	-
Securitização:	10	21.131	3.217	4.377	-	28.736	-	12.838	-	1.027	-
com ativos subjacentes de varejo	10	8.696	3.043	4.025	-	15.775	-	8.492	-	679	-
com ativos subjacentes, exceto varejo	-	12.435	174	352	-	12.961	-	4.346	-	348	-
Ressecuritização:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Securitização sintética, da qual:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Securitização:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
com ativos subjacentes de varejo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
com ativos subjacentes, exceto varejo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ressecuritização:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Risco de Mercado**MRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de mercado**

O risco de mercado é a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*), conforme estabelecido pelo CMN. Os índices de preços também são tratados como um grupo de fator de risco.

A Política institucional de risco de mercado encontra-se aderente à Resolução 4.557 e estabelece a estrutura de gestão e controle de risco de mercado, que tem a função de:

- Proporcionar visibilidade e conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno do Itaú Unibanco;
- Promover o diálogo disciplinado e bem-informado sobre o perfil de risco global e sua evolução no tempo;
- Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e
- Monitorar e evitar a concentração de riscos.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco, (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse, (iv) reporte de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a governança do Itaú Unibanco, (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-los viáveis, e (vi) apoio ao lançamento de novos produtos financeiros com segurança.

A gestão de risco de mercado segue a segregação das operações em Carteira de Negociação e Carteira Bancária, de acordo com os critérios gerais estabelecidos pela Resolução CMN 4.557 e Resolução BCB Nº 111 e alterações posteriores. A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos

financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, realizadas com a intenção de negociação. Já a carteira bancária caracteriza-se preponderantemente pelas operações provenientes do negócio bancário e relacionadas à gestão do balanço da instituição, realizadas sem a intenção de negociação e com horizonte de tempo de médio e longo prazos.

A gestão do risco de mercado é realizada com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (VaR): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos);
- *Stop Loss*: métrica que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor;
- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco, calculada a valor de mercado ("*MtM – Mark to Market*"); e
- VaR Estressado: métrica estatística derivada do cálculo de VaR, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira de negociação atual, levando em consideração retornos observáveis em cenários históricos de extrema volatilidade.

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- Análise de Descasamentos (*GAPS*): exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (*DV01- Delta Variation*): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador;
- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (*Gregas*): derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo.

Buscando o enquadramento das operações nos limites definidos, o Itaú Unibanco realiza *hedge* de operações de clientes e de posições proprietárias, inclusive de investimentos no exterior. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destas atividades de *hedge*, e podem se caracterizar como *hedge* contábil ou econômico, ambos regidos por normativos institucionais no Itaú Unibanco.

A estrutura de limites e alertas é alinhada com as diretrizes do CA, sendo revisada e aprovada anualmente. Esta estrutura conta com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar sua concentração. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio, a liquidez, a complexidade e as volatilidades dos mercados, bem como o apetite de risco da instituição.

O consumo dos limites de risco de mercado é monitorado e divulgado diariamente através de mapas de exposição e sensibilidade. A área de risco de mercado analisa e controla a aderência destas exposições aos

limites e alertas e os reporta tempestivamente para as mesas da Tesouraria e demais estruturas previstas na governança.

O Itaú Unibanco utiliza sistemas proprietários para mensurar o risco de mercado consolidado. O processamento desses sistemas ocorre em ambientes com controle de acesso, de alta disponibilidade, com processos de guarda e recuperação de dados e conta com infraestrutura para garantir a continuidade de negócios em situações de contingência (*disaster recovery*).

MR1: Abordagem padronizada - fatores de risco associados ao risco de mercado

Em R\$ milhões	31/12/2025
Fatores de risco	RWA _{MPAD}
Taxas de juros	46.904
Taxas de juros prefixada denominadas em Real (RWA _{JUR1})	14.936
Taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWA _{JUR2})	12.996
Taxas dos cupons de índices de preço (RWA _{JUR3})	18.972
Taxas dos cupons de taxas de juros (RWA _{JUR4})	-
Preços de ações (RWA_{ACS})	1.308
Taxas de câmbio (RWA_{CAM})	1.861
Preços de mercadorias (commodities) (RWA_{COM})	5.877
RWADRC	4.517
RWACVA	971
Total	61.438

A métrica do Modelo Padronizado (RWA_{MPAD}) diminuiu em relação ao último trimestre, com impactos principalmente em índices de preços e cupom de moedas.

Em atendimento ao disposto na Resolução BCB Nº 111, não foram realizadas reclassificações de instrumentos para a carteira de negociação ou para carteira bancária no trimestre atual.

MRB: Informações qualitativas sobre o risco de mercado na abordagem de modelos internos

Na abordagem de modelos internos são utilizados os modelos de VaR e VaR estressado. Esses modelos são aplicados sobre as operações em Carteira de Negociação, com os fatores de risco: taxas de juros, índices de inflação, taxas de câmbio, ações e commodities. Os modelos de VaR e VaR estressado são utilizados nas empresas do Conglomerado Prudencial apresentadas na tabela a seguir:

Instituição	Modelo utilizado para risco de mercado
Acácia FIDC Direitos Creditórios LTDA	VaR e VaR Estressado
Aj Títulos Públicos Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	VaR e VaR Estressado
Angico FIDC Segmento Infraestrutura e Agronegócio de Responsabilidade Limitada	VaR e VaR Estressado
Banco Investcred Unibanco S.A.	VaR e VaR Estressado
Banco Itaú (Suisse) S.A.	VaR e VaR Estressado
Banco Itaú Chile	VaR e VaR Estressado
Banco Itaú Consignado S.A.	VaR e VaR Estressado
Banco Itaú International	VaR e VaR Estressado
Banco Itaú Paraguay S.A.	VaR e VaR Estressado
Banco Itaú Uruguay S.A.	VaR e VaR Estressado
Banco Itaú Veículos S.A.	VaR e VaR Estressado
Banco ItauBank S.A.	VaR e VaR Estressado
Banco Itaucard S.A.	VaR e VaR Estressado
Cloudwalk Kick Ass I Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios	VaR e VaR Estressado
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	VaR e VaR Estressado
FIDC B2cycle NPL	VaR e VaR Estressado
FIDC Cloudw Akira I	VaR e VaR Estressado
FIDC Kiwify	VaR e VaR Estressado
FIDC Mobilitas	VaR e VaR Estressado
FIDC Sumup Solo	VaR e VaR Estressado
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	VaR e VaR Estressado
Fundo De Invest Dir Creditórios Não Padron NPL II	VaR e VaR Estressado
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios IA	VaR e VaR Estressado
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Soul	VaR e VaR Estressado
Fundo Fortaleza de Investimento Imobiliário	VaR e VaR Estressado
Fundo Kinea Ventures	VaR e VaR Estressado
IA II - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada	VaR e VaR Estressado
Ideal Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	VaR e VaR Estressado
Ideal Holding Financeira S.A.	VaR e VaR Estressado
Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	VaR e VaR Estressado
Iresolve Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.	VaR e VaR Estressado
Itaú (Panamá) S.A.	VaR e VaR Estressado
Itaú Administradora de Consórcios Ltda.	VaR e VaR Estressado
Itaú Administradora de Fondos de Inversión S.A.	VaR e VaR Estressado
Itaú Bank & Trust Bahamas Ltd.	VaR e VaR Estressado
Itaú Bank & Trust Cayman Ltd.	VaR e VaR Estressado
Itaú Bank, Ltd.	VaR e VaR Estressado
Itaú BBA Europe S.A.	VaR e VaR Estressado
Itaú BBA International Plc.	VaR e VaR Estressado
Itaú BBA Trading S.A.	VaR e VaR Estressado
Itaú BBA Trading S.A. - Sucursal Uruguay	VaR e VaR Estressado
Itaú BBA USA Securities Inc.	VaR e VaR Estressado
Itaú Chile New York Branch.	VaR e VaR Estressado
Itaú Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros	VaR e VaR Estressado
Itaú Colombia S.A.	VaR e VaR Estressado
Itaú Comisionista de Bolsa Colombia S.A.	VaR e VaR Estressado
Itaú Corredores de Bolsa Limitada	VaR e VaR Estressado
Itaú Corretora de Valores S.A.	VaR e VaR Estressado
Itaú Fiduciaria Colombia S.A. Sociedad Fiduciaria	VaR e VaR Estressado
Itaú International Securities Inc.	VaR e VaR Estressado
Itaú Invest Casa de Bolsa S.A.	VaR e VaR Estressado
Itaú Isento Julho 28 FIC de Fundos Infra RF Incentivo Resp Limitada	VaR e VaR Estressado
Itaú Isento Marco 29 Fundo de Investimento em Cotas de FIIF em Infra RF - Resp Limitada	VaR e VaR Estressado
Itaú Isento Marco 30 FIC de Fundos Incentivados de Inv Financeiro em Infra RF Resp Limitada	VaR e VaR Estressado
Itaú Isento Setembro 28 Fundo de Investimento em Cotas de FIIF em Infra RF Resp Limitada	VaR e VaR Estressado
Itaú Isento Setembro 29 FIC de Fundos Incentivados	VaR e VaR Estressado

Luizcred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	VaR e VaR Estressado
Microinvest S.A. Soc. de Crédito a Microempreendedor	VaR e VaR Estressado
NC 2025 Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	VaR e VaR Estressado
NC 2025 I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	VaR e VaR Estressado
Oiti Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior	VaR e VaR Estressado
Pont Sociedad Anónima	VaR e VaR Estressado
Redecard Instituição de Pagamento S.A.	VaR e VaR Estressado
Redecard Sociedade de Crédito Direto S.A.	VaR e VaR Estressado
RT Itaú DJ Títulos Públicos Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	VaR e VaR Estressado
RT Scala Renda Fixa - Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento	VaR e VaR Estressado
Tangerina Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Responsabilidade Limitada	VaR e VaR Estressado
Tarumã 2 FIF Fundo Incentivado em Investimento em Deb de Infra RF Cred Priv Resp Limitada	VaR e VaR Estressado
Tarumã Fundo Incentivado de Investimento em Debêntures de Infraestrutura Renda Fixa Crédito Privado	VaR e VaR Estressado
Théros Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas	VaR e VaR Estressado
TOP 2025 I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada	VaR e VaR Estressado
Vitex FIF Fundo Incentivado em Investimento em Debêntures de Infra RF Cred Priv Resp Limitada	VaR e VaR Estressado

O Itaú Unibanco, para fins regulatórios, utiliza a metodologia de simulação histórica para o cálculo do VaR e VaR Estressado. Essa metodologia utiliza os retornos observados no passado para calcular os ganhos e perdas de uma carteira ao longo do tempo, com um intervalo de confiança de 99% e um horizonte de manutenção (*holding period*) de no mínimo 10 dias. No dia 31/12/2025, o VaR representou 53% do requerimento de capital, enquanto o VaR Estressado representou 47%. A mesma metodologia é utilizada para fins gerenciais, ou seja, não existem diferenças entre os modelos gerenciais e regulatórios.

Em relação ao modelo de VaR, os retornos históricos são atualizados diariamente. O Itaú Unibanco utiliza no seu modelo de VaR tanto a abordagem sem ponderação, na qual os dados históricos têm o mesmo peso, quanto com ponderação pela volatilidade dos retornos. Para o cálculo de volatilidades, é utilizado o método de alisamento exponencial. A metodologia de VaR Histórico com períodos de manutenção de 10 dias assume que a distribuição esperada para as perdas e ganhos possíveis para a carteira pode ser estimada a partir do comportamento histórico dos retornos dos fatores de risco de mercado a que esta carteira está exposta. Os retornos observados no passado são aplicados às operações atuais, gerando uma distribuição de probabilidade de perdas e ganhos simulados que são utilizados para estimar o VaR Histórico, de acordo com o nível de confiança de 99% e utilizando um período histórico de 1.000 dias. As perdas e ganhos das operações lineares são calculados através da multiplicação da marcação a mercado pelos retornos, enquanto as operações não lineares são recalculadas usando os retornos históricos. Os retornos utilizados nas simulações dos movimentos dos fatores de risco são relativos.

Já em relação ao modelo de VaR Estressado, o cálculo é realizado para um horizonte temporal de 10 dias úteis, considerando-se o nível de confiança de 99% e retornos simples no período histórico de um ano. O período histórico de estresse é calculado periodicamente para o período desde 2004 e pode ser revisto sempre que se julgar necessário. Isso pode ocorrer quando a composição das carteiras do Itaú Unibanco sofrer uma alteração significativa, quando forem observadas mudanças nos resultados da simulação dos retornos históricos ou quando acontecer uma nova crise de mercado. As perdas e ganhos das operações lineares são calculados através da multiplicação da marcação a mercado pelos retornos, enquanto as operações não lineares são recalculadas usando os retornos históricos.

Além do uso do VaR, o Itaú Unibanco realiza diariamente análises de risco em cenários extremos por meio de um arcabouço diversificado de testes de estresse, a fim de capturar as potenciais perdas significativas em situações extremas de mercado. Os cenários são baseados em crises históricas, prospectivas e em choques pré-determinados nos fatores de risco. Um fator que tem grande influência sobre o resultado dos testes, por exemplo, é a correlação entre os ativos e respectivos fatores de risco, e este efeito é simulado de várias maneiras nos diversos cenários testados.

A fim de identificar seus maiores riscos e auxiliar na tomada de decisão da tesouraria e da alta administração, os resultados dos testes de estresse são avaliados por fatores de risco, bem como de forma consolidada.

A eficácia do modelo de VaR é comprovada pelo teste de aderência, através da comparação de perdas e ganhos diários hipotéticos e efetivos, com o VaR diário estimado, de acordo com a Circular BACEN 3.646. O número de exceções dos limites estabelecidos de VaR deve ser compatível, dentro de uma margem estatística aceitável, com três intervalos de confiança distintos (99%, 97,5% e 95%) em três janelas históricas distintas (250, 500 e 750 dias úteis). Com isso contempla 9 amostras diferentes, garantindo a qualidade estatística da hipótese de VaR histórico.

O Itaú Unibanco possui um conjunto de processos, executados periodicamente pelas equipes de controles internos, cujo objetivo é replicar de forma independente as métricas que sensibilizam o capital de risco de mercado por modelos internos. Além dos resultados dos processos periódicos, o Itaú Unibanco avalia o processo de mensuração dos horizontes temporais por fatores de risco e a estimativa do período de estresse para o cálculo do VaR estressado. A validação do modelo interno inclui diversos tópicos considerados essenciais para a análise crítica do modelo, como por exemplo, a avaliação das limitações do modelo, a adequação dos parâmetros usados na estimativa de volatilidade e a abrangência a confiabilidade dos dados de entrada.

MR2: Informações sobre as variações do RWA_{MINT}

Exposições sujeitas a risco de mercado

A tabela a seguir mostra as exposições sujeitas a risco de mercado na abordagem de modelos internos, para apuração do requerimento de capital.

Em R\$ milhões	VaR	VaR estressado	Outros	RWA_{MINT} total
RWAMINT em 30/09/2025	17.274	15.568	736	33.578
Mudanças nos níveis de risco	(1.832)	1.464	-	(368)
Atualizações e mudanças no modelo interno	-	-	-	-
Metodologia e regulação	-	-	-	-
Aquisições e vendas	-	-	-	-
Mudanças nas taxas de câmbio	2	(3.308)	-	(3.306)
Outros	-	-	781	781
RWADRC			-	-
RWACVA			-	-
RWAMINT em 31/12/2025	15.444	13.724	1.517	30.685

O RWA_{MINT} diminuiu em relação ao trimestre anterior, principalmente devido aos índices de preço e ao risco em moeda estrangeira.

MR3: Valores dos modelos internos de risco de mercado

A tabela a seguir mostra os valores de VaR e VaR estressado apurados pelos modelos internos de risco de mercado.

Em R\$ milhões	31/12/2025
VaR (10 dias, 99%)	
Máximo	459
Médio	292
Mínimo	194
Final do trimestre	286
VaR estressado (10 dias, 99%)	
Máximo	464
Médio	366
Mínimo	310
Final do trimestre	319

O VaR e o VaR estressado reduziram em relação ao trimestre anterior devido principalmente a diminuição da exposição cambial.

MR4: Comparação das estimativas do VaR com os resultados efetivo e hipotético**Teste de Aderência**

A eficácia do modelo de VaR é comprovada pelo teste de aderência, através da comparação de perdas e ganhos diários hipotéticos e efetivos com o VaR diário. O VaR diário é calculado para um horizonte de manutenção de um dia, de acordo com o nível de confiança de 99% e utilizando um período histórico de 1.000 dias. O percentual de requerimento de capital associado a este modelo é de 100%.

As análises do teste de aderência apresentadas abaixo consideram as faixas sugeridas pelo Comitê de Basileia de Supervisão Bancária. Essas faixas dividem-se em:

- Verde (0 a 4 exceções): os resultados do teste de aderência que não sugerem problemas com a qualidade ou a precisão dos modelos adotados;
- Amarela (5 a 9 exceções): faixa intermediária. Sinaliza a necessidade de atenção por meio do monitoramento ou possibilidade de revisão dos modelos adotados; e
- Vermelha (10 ou mais exceções): há necessidade de uma ação de melhoria.

O gráfico a seguir mostra a comparação entre o VaR e os resultados efetivo e hipotético:



Em relação aos resultados hipotético e efetivo, não houve exceção.

Os resultados efetivos não incluem tarifas, corretagens e comissões. Não existem reservas de resultado.

Total da Exposição Associada a Instrumentos Financeiros Derivativos

As posições em derivativos têm como principal função gerir os riscos das carteiras de negociação e bancária nos respectivos fatores de risco.

Derivativos: Carteira de Negociação e Carteira Bancária

Em R\$ milhões		31/12/2025							
Fatores de Risco	Com Contraparte Central				Sem Contraparte Central				
	Brasil		Exterior		Brasil		Exterior		
	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida	
Taxas de Juros	216.240	(436.303)	26.503	(25.655)	173.427	(275.215)	105.745	(124.946)	
Taxas de Câmbio	171.413	(172.533)	47.299	(40.693)	30.407	(53.961)	596.988	(523.320)	
Ações	22.760	(19.974)	5.329	(4.049)	1.725	(5.500)	1.288	(1.105)	
Commodities	891	(2.303)	2	(3.333)	708	(38)	-	-	

IRRBB: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do IRRBB

A Circular BACEN nº 3.876, publicada em janeiro de 2018, dispõe sobre metodologias e procedimentos para a avaliação da suficiência do valor de Patrimônio de Referência (PR) mantido para a cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*).

Para fins desta Circular, definem-se:

- ΔEVE (Delta *Economic Value of Equity*) como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros;

- ΔNII (Delta *Net Interest Income*) como a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

As análises de sensibilidade da carteira bancária aqui apresentadas são uma avaliação estática da exposição da carteira e, portanto, não consideram a capacidade dinâmica de reação da gestão (tesouraria e áreas de controle) que aciona medidas mitigadoras do risco, sempre que uma situação de perda ou risco elevado é identificada, minimizando a possibilidade de perdas significativas. Adicionalmente, ressalta-se que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis ou econômicos, pois o estudo tem fins exclusivos de divulgação da exposição a riscos e as respectivas ações de proteção considerando o valor justo dos instrumentos financeiros, dissociado de quaisquer práticas contábeis adotadas pelo Itaú Unibanco.

A instituição utiliza a metodologia interna para mensuração de ΔEVE e ΔNII . Os valores apurados para o ΔEVE não representam impacto imediato ao patrimônio líquido, enquanto que ΔNII indica potencial volatilidade aos resultados projetados considerando as premissas dos modelos.

Em cumprimento da circular, estão discriminadas abaixo as informações qualitativas e quantitativas acerca do gerenciamento de risco relativo ao IRRBB no Itaú Unibanco.

Estrutura e tratamento

O risco de taxa de juros da carteira bancária refere-se ao risco potencial de impacto na suficiência de capital e/ou nos resultados de intermediação financeira devido a movimentos adversos das taxas de juros, considerando os fluxos relevantes dos instrumentos classificados na carteira bancária.

O principal objetivo da gestão de ativos e passivos é maximizar a relação entre retorno e risco das posições contidas na carteira bancária, levando em conta o valor econômico dos ativos/passivos e os impactos nos resultados do exercício e nos resultados futuros.

O processo de gerenciamento do risco de taxa de juros das operações classificadas na carteira bancária ocorre dentro da governança e hierarquia de órgãos colegiados e de uma estrutura de limites e alertas aprovada especificamente para este fim, sensibilizando diferentes níveis e classes de risco de mercado.

A estrutura de gerenciamento do IRRBB possui políticas e controles de risco que visam a garantir a adequação ao apetite de risco da instituição. O *framework* do IRRBB possui limites gerenciais granulares para diversas métricas de risco e limites consolidados de ΔEVE e ΔNII e limites associados a testes de estresse.

A unidade de gerenciamento de ativos e passivos é responsável pela gestão dos descasamentos entre fluxos ativos e passivos por faixa de prazos e atua na mitigação do risco de taxa de juros por meio de estratégias de hedge econômico e de hedge contábil.

Todos os modelos associados ao IRRBB possuem um processo robusto de validação independente e seus modelos são aprovados pela CTAM (Comissão Técnica de Avaliação de Modelos). Além disso, todos os modelos e processos são avaliados pela auditoria interna.

O *framework* de risco de taxas de juros da carteira bancária possui medidas de risco gerenciais que são calculadas diariamente para o controle de limites. As métricas de ΔEVE e ΔNII são avaliadas em relação aos limites de apetite de risco e as demais métricas de risco em relação aos limites de risco gerenciais.

No processo de gerenciamento do risco de taxa de juros da carteira bancária, o tratamento dispensado às operações sujeitas às opcionalidades automáticas é feito por meio de modelos de marcação a mercado que decompõe os produtos, sempre que possível, em instrumentos lineares e não lineares. Os instrumentos lineares

são tratados de maneira análoga aos demais instrumentos sem opcionalidades e os instrumentos não lineares possuem um tratamento específico dado por meio de um *Add-on* nas métricas de ΔEVE e ΔNII .

De maneira geral, as operações sujeitas às opcionalidades comportamentais são classificadas como depósitos sem vencimento contratual definido ou produtos sujeitos a pré-pagamento. Os depósitos sem vencimento são classificados em relação à sua natureza e estabilidade para garantir adequação das premissas em relação aos limites regulatórios. O tratamento dispensado aos produtos sujeitos a pré-pagamento é feito por meio de modelos de análise de sobrevivência, cuja dinâmica é determinada com base no comportamento histórico das carteiras. Os fluxos dos instrumentos que possuem características homogêneas são ajustados por modelos específicos de forma a refletir de maneira mais adequada os fluxos de reapreçamento dos instrumentos.

A carteira bancária é composta por operações ativas e passivas originadas pelos diversos canais comerciais (varejo e atacado) do Itaú Unibanco. As exposições de risco de mercado inerentes à carteira bancária são compostas por vários fatores de risco, que são componentes primários do mercado na formação dos preços.

No IRRBB, são consideradas ainda as operações de *hedge* que buscam mitigar os riscos derivados das oscilações dos fatores de risco de mercado e suas assimetrias contábeis.

O risco de mercado gerado pelos descasamentos estruturais é gerenciado por meio de vários instrumentos financeiros, como derivativos de bolsa e no mercado de balcão. Em alguns casos, operações com instrumentos financeiros derivativos podem ser classificadas como *hedge* contábil, de acordo com suas características de risco e fluxo de caixa. Nestes casos, a documentação comprobatória específica é analisada para permitir o acompanhamento contínuo da efetividade do *hedge* e das demais alterações no processo contábil. Os procedimentos contábeis e administrativos de *hedges* são definidos pela Circular BACEN nº 3.082.

A modelagem do IRRBB inclui uma série de premissas:

- O ΔEVE e o ΔNII são mensurados com base nos fluxos de caixa dos instrumentos da carteira bancária, decompostos nos seus fatores de risco isolando o efeito de taxa de juros e dos componentes de *spread*;
- Para depósitos sem vencimento os modelos são classificados quanto a sua natureza e estabilidade e distribuídos no tempo considerando os limites regulatórios;
- A instituição utiliza modelos de análise de sobrevivência para o tratamento de operações de crédito sujeitas ao pré-pagamento e modelos empíricos para operações sujeitas ao resgate antecipado;
- A reprecificação de prazo médio atribuída aos depósitos sem vencimento contratual é definido em 2,07 anos;
- A reprecificação de prazo máximo atribuída aos depósitos sem vencimento contratual é definido em 30 anos.

O art. 16 da Resolução BCB 54 estabelece a necessidade de publicação do ΔEVE e ΔNII , considerando os cenários de choques padronizados descrito pelo art. 11 da Circular BACEN 3.876.

Na tabela abaixo são apresentados os principais resultados decorrentes das mudanças nas taxas de juros sobre a carteira bancária nos cenários padronizados (art. 11). Destaca-se que, seguindo a regulamentação, as potenciais perdas estão representadas por valores positivos e os ganhos por valores negativos (entre parênteses).

- Paralelo de Alta: aumento das taxas de juros de curto prazo e de longo prazo;

- Paralelo de Baixa: redução das taxas de juros de curto prazo e de longo prazo;
- Aumento no Curto: aumento das taxas de juros de curto prazo;
- Redução no Curto: redução das taxas de juros de curto prazo;
- Steepener: redução das taxas de juros de curto prazo e aumento das taxas de juros de longo prazo;
- *Flattener*: aumento das taxas de juros de curto prazo e redução das taxas de juros de longo prazo.

IRRBB1: Informações quantitativas sobre o IRRBB**Perda Potencial dos Instrumentos Classificados na Carteira Bancária decorrente de Cenários de Variação das Taxas de Juros ⁽¹⁾**

(As perdas são representadas por valores positivos, enquanto os ganhos são representados por valores negativos entre parênteses)

Em R\$ milhões	31/12/2025		31/12/2024	
	Δ EVE	Δ NII	Δ EVE	Δ NII
	Choques Padronizados ⁽²⁾	Choques Padronizados ⁽²⁾	Choques Padronizados ⁽²⁾	Choques Padronizados ⁽²⁾
Cenários				
Paralelo de Alta	16.076	1.872	12.393	2.667
Paralelo de Baixa	-18.802	-2.737	-14.394	-3.935
Aumento no Curto	10.908		9.047	
Redução no Curto	-11.770		-9.798	
<i>Steepener</i>	-2.007		-2.374	
<i>Flattener</i>	5.163		4.802	
Variação Máxima	16.076	1.872	12.393	2.667
Capital de Nível I	208.161		206.196	

1) As medidas de variação têm as perdas representadas por valores positivos, conforme Art. 13 § 3º da Circular 3.876.

2) Os valores são calculados por meio de modelo interno e choques regulatórios padronizados, conforme Art. 39 §1º II da Circular 3.876.

A variação máxima do Δ EVE com choques padronizados, para o teste de outlier, foi de R\$ 16.076 milhões em 31 de dezembro de 2025, no cenário de choques Paralelo de Alta, que corresponde a perda potencial de 7,72% do capital de Nível I, que é inferior a 15% - percentual que define a instituição como outlier (conforme Art.44 da Circular 3.876).

O Δ NII, com os choques padronizados, para um horizonte de um ano, possui perda máxima de R\$ 1.872 milhões no cenário de choques Paralelo de Alta.

Remuneração de Administradores

REMA: Política de remuneração

Comitê de Remuneração

O Comitê de Remuneração é responsável por promover discussões sobre assuntos relacionados à remuneração de nossa administração. Entre suas competências, estão: o desenvolvimento de uma política de remuneração para os nossos administradores, a propositura ao Conselho de Administração de diferentes formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento; a discussão, a análise e a supervisão da implementação e operacionalização dos modelos de remuneração existentes, e a discussão dos princípios gerais para a remuneração dos nossos colaboradores, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento. O Comitê possui regimento interno próprio, aprovado pelo Conselho de Administração, atualizado em 27 de fevereiro de 2025, disponibilizado no site de relações com investidores: www.itaú.com.br/relacoes-com-investidores > Menu > Itaú Unibanco > Governança Corporativa > Regimentos Internos > Regimento Interno do Comitê de Remuneração.

Composição do Comitê de Remuneração

Nome CPF Data de Nascimento	Cargo Ocupado	Data de eleição Prazo de mandato Número de Mandatos Consecutivos
Geraldo José Carbone 952.589.818-00 02/08/1956	Membro independente (e não administrador, nos termos da Resolução CMN 5.177) (Efetivo)	30/04/2025 Anual 7
Candido Botelho Bracher 039.690.188-38 05/12/1958	Membro do Comitê (Efetivo)	30/04/2025 Anual 5
João Moreira Salles 295.520.008-58 11/04/1981	Membro do Comitê (Efetivo)	30/04/2025 Anual 5
Roberto Egydio Setubal 13/10/1954 007.738.228-52	Presidente não executivo do Comitê	30/04/2025 Anual 9

Governança de remuneração

A nossa estratégia de remuneração adota processos claros e transparentes, que visam atender à regulamentação aplicável e às melhores práticas nacionais e internacionais, bem como assegurar a compatibilidade com nossa política de gestão de riscos.

Nossa Política de Remuneração, formalmente aprovada pelo Conselho de Administração, e revisada em 27.11.2025, tem o objetivo de consolidar nossos princípios e práticas de remuneração, de forma a atrair, recompensar, reter e incentivar os administradores e colaboradores na condução dos negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados e estando sempre alinhada aos interesses dos acionistas.

Como parte do compromisso com a responsabilidade corporativa e a gestão prudente de riscos, a Política de Remuneração incorpora mecanismos de ajuste como malus e clawback, que permitem reavaliar ou reverter remunerações variáveis em situações específicas, assegurando o alinhamento entre desempenho conduta e sustentabilidade dos resultados.

Anualmente, o Comitê de Remuneração avalia e, se for o caso, propõe melhorias na Política de Remuneração. Após essa análise criteriosa do Comitê de Remuneração, a Política é submetida à avaliação do Conselho de Administração.

Em 2024, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a revisão, formalização e ratificação de Plano de Outorga de Ações (“Plano de Outorga de Ações”), a fim de consolidar regras gerais relativas a programas de incentivo de longo prazo que envolvem a outorga de ações a administradores e empregados do Itaú Unibanco e de suas sociedades controladas diretas ou indiretas. Dentre os programas mencionados no Plano de Outorga de Ações, administrado pelo Comitê de Remuneração, contemplam em seus públicos-alvo administradores do Emissor: a Remuneração Variável em Ações, a Remuneração Fixa em Ações (apenas para conselheiros) e o Programa de Sócios, presentes também nas informações prestadas ao longo da tabela REMA. O Plano de Outorga de Ações está disponível em: <http://www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores/> > Itaú Unibanco > Governança Corporativa > Políticas > Plano de Outorga.

Ademais, com o intuito de trazer ainda mais transparência acerca do nosso modelo de remuneração, passamos a divulgar, desde 2020, o documento que consolida as principais práticas e princípios que norteiam o pagamento da remuneração aos nossos administradores. Este documento, denominado Política de Remuneração, torna público as bases do nosso modelo remuneratório e está disponível em www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores/ > Itaú Unibanco > Governança Corporativa > Políticas > Política de Remuneração de Administradores e Clawback.

Adicionalmente, desde 2019, o Comitê de Remuneração determinou que os membros do Comitê Executivo mantenham em sua titularidade quantidade mínima de ações do Emissor, equivalente a 10 vezes da remuneração fixa anual para o CEO e a 5 vezes da remuneração fixa anual para os demais membros, com prazo de cumprimento de até 5 anos após assumirem suas funções. Em 31 de dezembro de 2025 todos os membros do Comitê Executivo cumpriam a exigência mínima de titularidade.

O Emissor mantém, ainda, o Plano para Outorga de Opções de Ações (“Plano para Outorga de Opções”) para seus administradores e colaboradores, bem como para os administradores e colaboradores das empresas por ele controladas, o que permite o alinhamento dos interesses dos administradores aos dos acionistas, na medida em que se compartilham os mesmos riscos e ganhos proporcionados pela valorização de suas ações. Desde 2012, nenhuma opção foi outorgada no âmbito de nosso Plano para Outorga de Opções de Ações. Para mais informações sobre a Movimentação do Plano, vide a nota explicativa 20 das Demonstrações Contábeis em IFRS.

O Comitê de Pessoas é responsável pelas decisões institucionais, supervisão da implementação e operacionalização do Plano para Outorga de Opções.

Para mais informações sobre as atribuições e funções do Comitê de Pessoas e do Comitê de Remuneração, acessar o item 12.1 do Formulário de Referência que está disponível no site <http://www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores/> > Resultados e Relatórios > Documentos Regulatórios > Formulário de Referência.

Política de Remuneração - Composição da remuneração

Composição da remuneração anual dos membros do Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria



- 1 Caso o membro do Conselho de Administração também faça parte da Diretoria do Itaú Unibanco ou de suas controladas, a sua remuneração seguirá o modelo de Diretores. Atualmente, não temos membros nessa situação. Os membros do Conselho de Administração que também sejam membros dos nossos comitês estatutários e não estatutários, incluindo nossas controladas e coligadas, em regra, não recebem remuneração pelo fato de participarem de referidos comitês. O membro não administrador do Comitê de Remuneração recebe remuneração pelo exercício de suas funções no referido Comitê.
- 2 Os valores máximos de remuneração são determinados pelos limites impostos pelo artigo 152 da lei das Sociedades por Ações.
- 3 Membros do Conselho de Administração possuem benefícios se anteriormente foram diretores da companhia e membros do Comitê de Auditoria podem possuir benefícios.
- 4 Por política os executivos que participam em comitês externos e/ou eleitos nos conselhos do conglomerado não são remunerados.
- 5 Na hipótese de membros do Comitê de Auditoria também integrarem o Conselho de Administração é adotada a política de remuneração prevista para apenas um dos órgãos.

Adotamos estratégias de remuneração e benefícios que variam de acordo com a área de atuação e com parâmetros de mercado. Periodicamente, verificamos esses parâmetros por meio de:

- contratação de pesquisas salariais, realizadas por consultores especializados, que deverão se obrigar a observar plenamente a Lei de Defesa da Concorrência;
- participação em pesquisas realizadas por outros bancos de forma anônima sempre e somente por meio de empresas especializadas, que deverão se obrigar a observar plenamente a Lei de Defesa da Concorrência; e
- participação em fóruns especializados ainda que com empresas concorrentes, visando apenas a troca de experiências administrativas e operacionais sobre as melhores práticas de mercado no que tange a remuneração e benefícios, e desde que não sejam reveladas nesses fóruns, por nenhum participante, sob qualquer forma ou meio, qualquer tipo de informação concorrencialmente sensível (ex. montantes, valores, faixas, percentuais, periodicidades de pagamento, vantagens etc.).

A remuneração fixa do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como o plano de benefícios concedidos aos diretores, não são impactados por indicadores de desempenho.

Conselho Fiscal: os membros do Conselho Fiscal recebem apenas remuneração fixa mensal e não fazem jus ao plano de benefícios. Conforme legislação aplicável, a remuneração de cada membro em exercício não pode ser inferior a 10% da remuneração fixa atribuída a cada diretor (i.e., não computados os benefícios, as verbas de representação e a participação nos lucros).

Comitê de Auditoria: os membros do Comitê de Auditoria recebem apenas remuneração fixa mensal e podem receber benefícios. Na hipótese de membros do Comitê de Auditoria também integrarem o Conselho de Administração é adotada a Política de Remuneração para apenas um dos órgãos.

Conselho de Administração: a remuneração do Conselho de Administração está alinhada às práticas de mercado e leva em consideração o currículo dos conselheiros, seu histórico no Emissor e as atividades por eles desempenhadas no âmbito do próprio Conselho de Administração, do exercício da Presidência no órgão e de outras funções que possam exercer. Nesse contexto, podem existir remunerações diferenciadas entre estes membros. Tal prática está alinhada ao propósito do Emissor de atrair profissionais destacados, de diferentes segmentos e com expertise e experiências profissionais diversas.

a) Remuneração fixa mensal: a remuneração fixa mensal é alinhada às práticas de mercado e revisada com frequência necessária para atrair os profissionais qualificados.

b) Remuneração fixa anual em ações: a remuneração fixa anual devida aos conselheiros é paga em ações preferenciais do Emissor.

c) Remuneração variável anual em ações: nos casos de pagamento de remuneração variável em ações a membro do Conselho de Administração, a remuneração respeita os mesmos prazos de diferimento, condições e cálculo do valor das ações apresentados no item “b) ii” a seguir, que descreve a entrega das ações preferenciais da remuneração variável anual. Visando sua compatibilidade com a criação de valor, esta remuneração leva em conta o resultado do Itaú Unibanco Holding, podendo ser ajustada pelo Comitê de Remuneração.

Diretoria:

a) Remuneração fixa mensal: a remuneração fixa mensal é estabelecida de acordo com a função exercida e tem como fundamento a equidade interna, possibilitando também a sua mobilidade em nossos diversos negócios. A definição de valores da remuneração fixa leva em consideração a competitividade frente ao mercado.

b) Remuneração variável anual ⁽¹⁾



(1) Dentro dos limites estabelecidos pela legislação, a remuneração dos Diretores responsáveis pelas áreas de controles internos e riscos independe do desempenho das áreas de negócios por eles controladas e avaliadas, de forma a não gerar conflitos de interesse. Contudo, ainda que a remuneração não sofra com o resultado da área de negócios, está sujeita ao impacto decorrente do resultado da companhia.

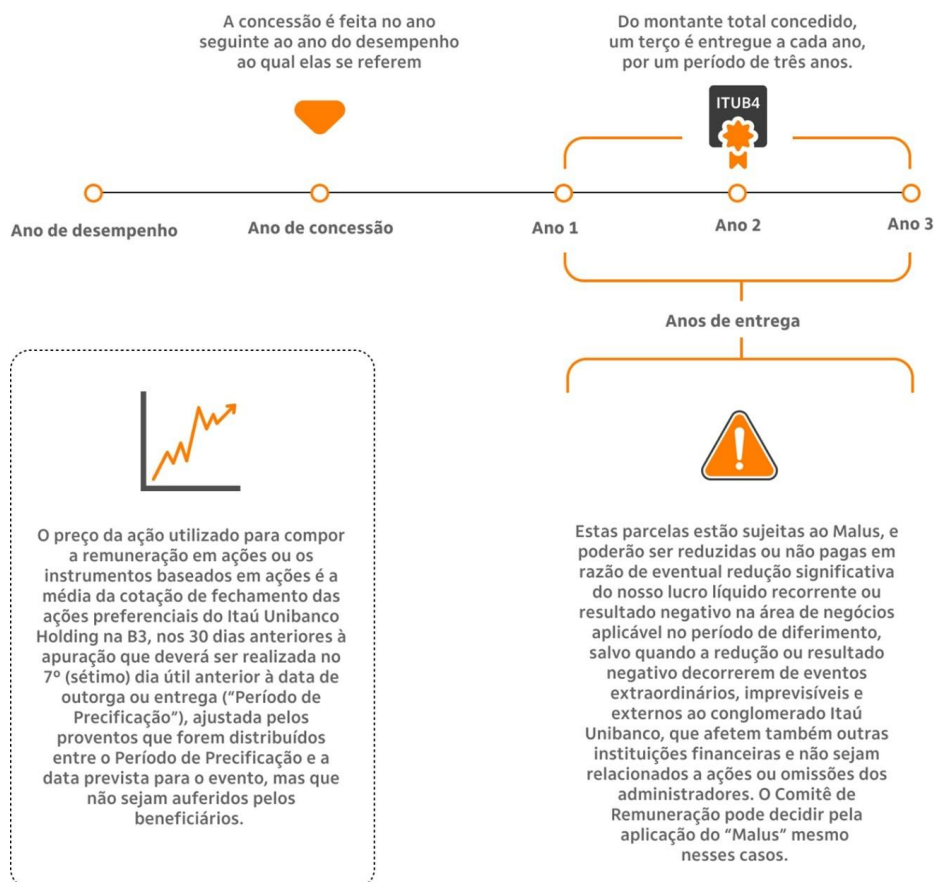
b) i. Distribuição da remuneração variável anual ⁽²⁾:



(2) Conforme a Resolução CMN nº 5.177, uma parcela da remuneração variável deve ser diferida.

b) ii. Entrega das ações preferenciais da remuneração variável anual da Diretoria:

Entrega das ações preferenciais



O Emissor estabelece, além da remuneração variável anual, que busca vincular os membros que a recebem aos projetos e resultados do Emissor, o Programa de Sócios, que tem como objetivo alinhar a gestão do risco no curto, médio e longo prazo, assim como alinhar os interesses dos participantes do programa aos de nossos acionistas, beneficiando-os proporcionalmente aos ganhos obtidos pelo Emissor e por seus acionistas.

Política de Remuneração – Valores pagos em ações

a) Termos e condições gerais

Os modelos de pagamentos baseados em ações encontram-se em conformidade com os princípios buscados pelo Emissor, tendo em vista que atuam como instrumentos de incentivo ao desenvolvimento, comprometimento individual e retenção dos administradores, pois o recebimento da ação concretiza-se no longo prazo.

Para fins demonstrativos, reunimos neste item as informações relativas a todos os modelos de pagamento baseados em ações. São eles: (1) ações ou instrumentos baseados em ações entregues no âmbito da Política de Remuneração, (2) ações ou instrumentos baseados em ações entregues no âmbito do Programa de Sócios e (3) as opções outorgadas no âmbito do Plano para Outorga de Opções de Ações ("Plano para Outorga de Opções"), descritos abaixo:

(1) Política de Remuneração – valores pagos em ações

Remuneração Fixa anual em ações:

A remuneração fixa anual é paga aos membros do Conselho de Administração desde que tenham exercido seus mandatos anuais por completo. O objetivo é recompensar a contribuição de cada membro para o Conglomerado Itaú Unibanco. A remuneração fixa anual leva em consideração o histórico e currículo dos membros, além de condições de mercado e outros fatores que podem ser objeto de acordo entre o membro do Conselho de Administração e o Conglomerado Itaú Unibanco.

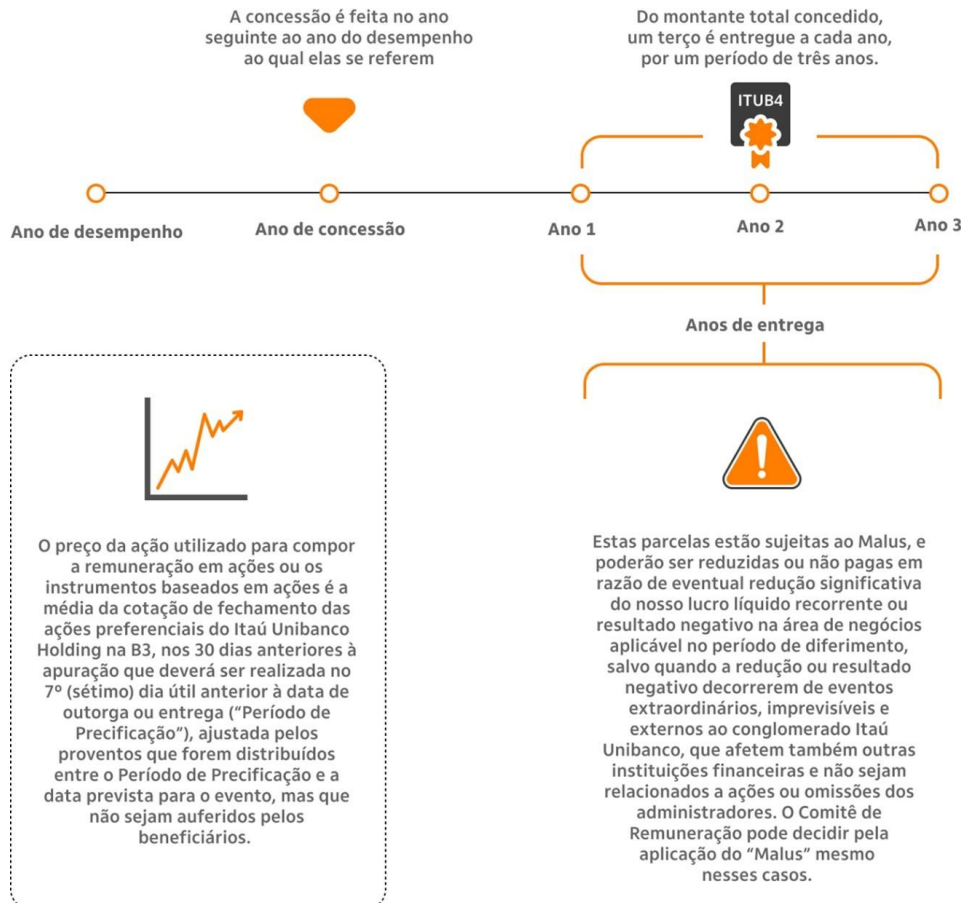
Para fins do cálculo do valor das ações que são utilizadas para compor a remuneração em ações ou os instrumentos baseados em ações é utilizada a média da cotação de fechamento das ações preferenciais do Itaú Unibanco Holding na B3 - Bolsa, Brasil, Balcão ("B3"), nos 30 (trinta) dias anteriores à apuração, que deverá ser realizada no 7º (sétimo) dia útil anterior à data do evento, concessão ou entrega das ações ("Período de Precificação"), ajustada pelos proventos que forem distribuídos entre o Período de Precificação e a data prevista para o evento, mas que não sejam auferidos pelos beneficiários.

A quantidade de ações é apurada e outorgada a cada três anos, sendo que a entrega das ações é realizada proporcionalmente à quantidade de mandatos cumpridos nesse período.

A partir de 2025, conforme aprovado pelo Comitê de Remuneração em 28 de outubro de 2024 e pelo Conselho de Administração em 31 de outubro de 2024, a Remuneração Fixa Anual dos membros do Conselho de Administração será outorgada anualmente, com pagamentos de um terço a cada ano. O pagamento das parcelas continua com a condicionante de que os membros tenham exercido seus mandatos anuais por completo.

Remuneração Variável anual em ações:

Entrega das ações preferenciais

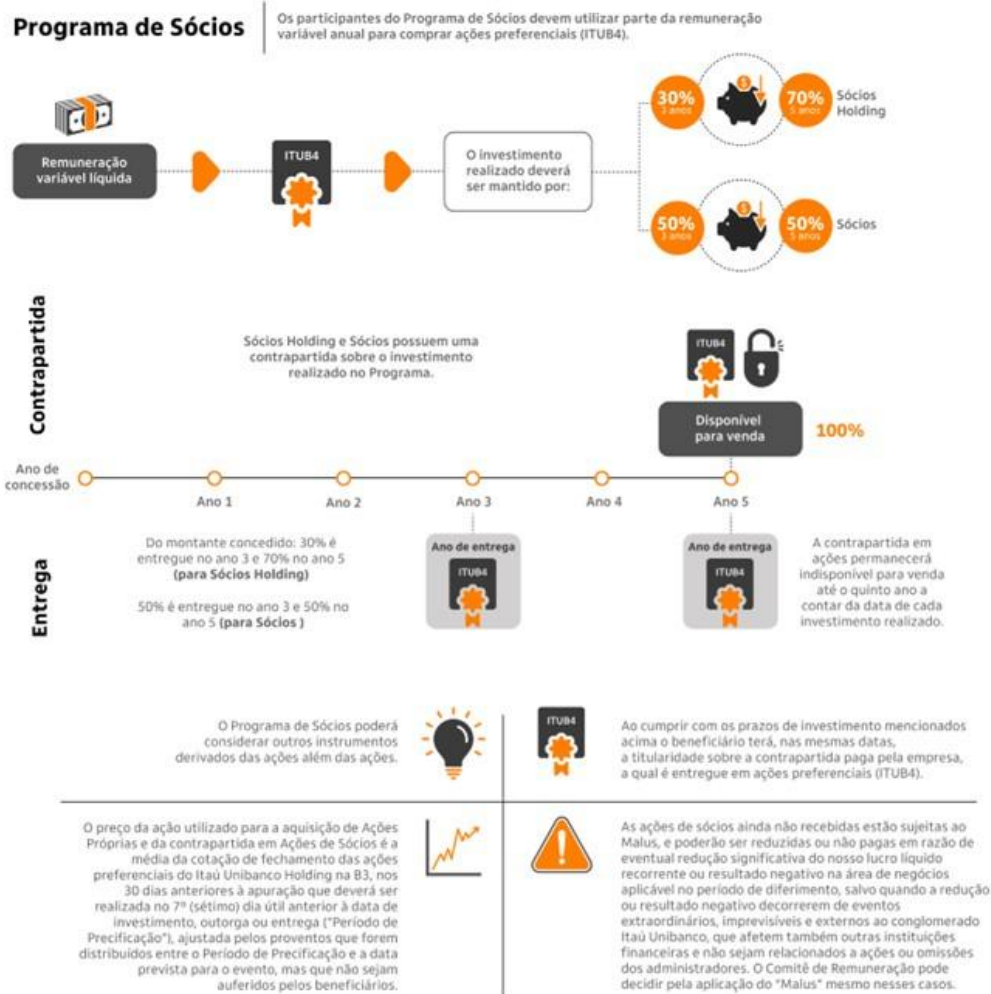


(2) Programa de Sócios

Com o objetivo de alinharmos os interesses de nossos diretores e colaboradores aos de nossos acionistas, o programa concede aos seus participantes a oportunidade de investir em nossas ações preferenciais (ITUB4), compartilhando os riscos de curto, médio e longo prazo.

O programa é destinado a diretores e colaboradores com histórico de contribuição e atuação relevante, além de desempenho diferenciado. O programa possui 2 tipos de nomeações: Sócios Holding e Sócios. Destacamos abaixo as principais diferenças:





(3) Plano para Outorga de Opções de Ações

Possuímos um Plano para Outorga de Opções de Ações por meio do qual nossos diretores e colaboradores com desempenho diferenciado podem receber opções de ações. Essas opções permitem que eles compartilhem o risco da flutuação do preço das nossas ações preferenciais (ITUB4) com outros acionistas e são destinadas a integrar os participantes deste programa no processo de desenvolvimento do Conglomerado a médio e longo prazo.

Nosso Comitê de Pessoas administra o Plano de Opções de Ações, inclusive aspectos como preços de exercício, prazos de carência e de vigência das opções, de acordo com as regras previstas no Plano.

As opções somente poderão ser concedidas aos participantes se houver lucro suficiente para a distribuição dos dividendos obrigatórios.

Desde 2012, nenhuma opção foi outorgada no âmbito de nosso Plano para Outorga de Opções de Ações. Para mais informações sobre a Movimentação do Plano, vide a nota explicativa 20 das Demonstrações Contábeis em IFRS.

Para mais informações sobre o Plano para Outorga de Opções de Ações, consulte o site de Relações com Investidores: <http://www.itaú.com.br/relacoes-com-investidores/> > Menu > Itaú Unibanco > Governança Corporativa > Políticas > Plano de Outorga de Opções de Ações.

b) Principais objetivos do plano

Os modelos de pagamento baseados em ações têm como objetivo primordial alinhar os interesses dos administradores aos dos acionistas do Emissor, na medida em que se compartilham dos mesmos riscos e ganhos proporcionados pela valorização de suas ações.

c) Forma como o plano contribui para esses objetivos

Os modelos de pagamentos baseados em ações são formas de incentivar os administradores a contribuírem para o bom desempenho e valorização das ações do Emissor, à medida que participam ativamente dos frutos resultantes dessa valorização. Com isso, a instituição alcança o objetivo dos modelos de pagamento em ações, vinculando os administradores às estratégias de longo prazo da organização. Os administradores, por sua vez, participam da valorização das ações representativas do capital do Emissor.

d) Como o plano se insere na política de remuneração do Emissor

Os modelos de pagamentos baseados em ações encontram-se em conformidade com os princípios buscados pelo Emissor, tendo em vista que (i) vinculam os administradores aos projetos e resultados do Emissor a longo prazo; (ii) atuam como instrumentos de incentivo ao desenvolvimento e comprometimento individual; e (iii) retêm os administradores, pois o recebimento da ação concretiza-se no longo prazo.

e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e do Emissor a curto, médio e longo prazo

Os modelos de pagamentos baseados em ações estão alinhados aos interesses do Emissor e dos administradores, uma vez que, ao possibilitar que os administradores se tornem acionistas do Emissor, os beneficiários são estimulados a atuar com a perspectiva de “donos” do negócio, alinhando-os, portanto, com os interesses dos acionistas. Além disso, incentivam a permanência dos administradores no Emissor, uma vez que a regra geral prevê que o efeito da saída é a perda dos direitos relacionados aos pagamentos baseados em ações (ver subitem “i” da tabela REMA).

f) Número máximo de ações abrangidas

A fim de limitar a diluição máxima a que os acionistas poderão estar sujeitos: a soma das (i) ações a serem utilizadas para remuneração, nos termos da Resolução CMN nº 5.177, inclusive aquelas ações relativas ao Programa de Sócios e de outros programas de remuneração em ações do Emissor e de suas controladas; e (ii) das opções a serem outorgadas em cada exercício não poderá ultrapassar o limite de 0,5% da totalidade das ações do Emissor que os acionistas possuem na data do balanço de encerramento do mesmo exercício.

Na hipótese de, em um determinado exercício, a quantidade de ações entregues e de opções outorgadas ter ficado abaixo do limite de 0,5% da totalidade das ações previsto no parágrafo anterior, a diferença poderá ser acrescida para fins de remuneração ou para fins de outorga de opções em qualquer um dos 7 exercícios subsequentes.

g) Restrições à transferência das ações

Remuneração em ações: após o recebimento das ações nos prazos de 1, 2 e 3 anos, não há restrição à transferência das ações. Caso o executivo opte por investir estas ações no Programa de Sócios como Ações Próprias, tais ações ficarão indisponíveis por 3 e 5 anos a contar da data do investimento. A transferência das ações deverá observar os períodos de vedação e demais condições estabelecidas na Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia.

Programa de Sócios: após o recebimento das Ações de Sócios nos prazos de 3 e 5 anos a contar do investimento inicial, tais ações ficam indisponíveis pelo prazo de 5 anos a contar do investimento inicial. A transferência das ações deverá observar os períodos de vedação e demais condições estabelecidas na Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia.

Plano para Outorga de Opções: a disponibilidade das ações que os beneficiários tiverem subscrito mediante o exercício da opção poderá estar sujeita a restrições adicionais, conforme venha a ser deliberado na outorga pelo Comitê de Pessoas. Assim, o percentual das ações que deve permanecer indisponível, bem como o prazo de

indisponibilidade, serão definidos pelo referido Comitê. Em regra, o período de indisponibilidade fixado pelo Comitê é de 2 anos após o exercício da opção.

h) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Remuneração em ações: as ações diferidas poderão não ser entregues em caso de eventual redução significativa do lucro líquido recorrente realizado do Emissor ou resultado negativo da área de negócios aplicável, salvo quando a redução ou resultado negativo decorrerem de eventos extraordinários, imprevisíveis e externos ao Conglomerado Itaú Unibanco, que afetem também outras instituições financeiras e não sejam relacionados a ações ou omissões dos administradores. O Comitê de Remuneração pode decidir pela aplicação do malus mesmo nesses casos. Ademais, o modelo de remuneração poderá ser alterado mediante aprovação do Comitê de Remuneração e do Conselho de Administração.

Programa de Sócios: as Ações de Sócios ainda não recebidas poderão não ser entregues em caso de eventual redução significativa do lucro líquido recorrente realizado do Emissor ou resultado negativo da área de negócios aplicável, salvo quando a redução ou resultado negativo decorrerem de eventos extraordinários, imprevisíveis e externos ao Conglomerado Itaú Unibanco, que afetem também outras instituições financeiras e não sejam relacionados a ações ou omissões dos administradores. O Comitê de Remuneração pode decidir pela aplicação do malus mesmo nesses casos. Ademais, o Programa de Sócios poderá ser alterado mediante aprovação do Comitê de Remuneração ou do Comitê de Pessoas.

Plano para Outorga de Opções: o Comitê de Pessoas poderá suspender o exercício das opções em circunstâncias justificáveis, tais como grandes oscilações de mercado ou restrições legais ou regulamentares. Ademais, o Plano para Outorga de Opções somente poderá ser alterado ou extinto mediante proposta do Comitê de Pessoas ao Conselho de Administração, com posterior aprovação em Assembleia Geral Extraordinária.

Além disso, em dezembro de 2023 a Companhia adotou a política de Clawback (como um anexo da Política de Remuneração de Administradores), que consiste na recuperação de valores de remuneração outorgados ou pagos em excesso aos Diretores apontados como público-alvo da política em caso de reapresentação dos resultados financeiros. A política de Clawback é aplicada em todos os programas de Incentivo de Longo Prazo. A política está disponível no site de Relações com Investidores (www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores > Itaú Unibanco > Governança Corporativa > Políticas > Política de Remuneração de Administradores e Clawback).

i) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do Emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Remuneração em ações: Na hipótese de desligamento será observada as regras aplicáveis para as ações outorgadas que ainda não foram entregues. No caso de extinção das ações outorgadas não entregues, ela ocorrerá na data em que se afastarem de forma permanente do exercício do cargo. Caberá ao Comitê responsável, observados os critérios estabelecidos na política de remuneração, garantir o cumprimento das regras do programa.

Programa de Sócios: Na hipótese de desligamento será observada as regras aplicáveis para as Ações de Sócios ainda não entregues. No caso de extinção das Ações de Sócios ainda não entregues, ela ocorrerá na data em que se afastarem de forma permanente do exercício do cargo. Caberá ao Comitê responsável, observados os critérios estabelecidos na política de remuneração, garantir o cumprimento das regras do programa.

Plano para Outorga de Opções: a regra geral de saída prevê que os beneficiários administradores do Conglomerado Itaú Unibanco que renunciarem ou forem destituídos do cargo terão suas opções extintas de forma automática. As opções de administradores se extinguirão na data em que se afastarem de forma permanente do exercício do cargo. Contudo, não ocorrerá a extinção automática mencionada caso, por exemplo, o desligamento ocorra simultaneamente à eleição do funcionário para o cargo de administrador do Conglomerado Itaú Unibanco ou caso o administrador passe a ocupar outro cargo estatutário no Conglomerado Itaú Unibanco.

Ademais, o Comitê de Pessoas poderá, observados os critérios estabelecidos em regimento interno, determinar a não extinção das opções.

REM1: Remuneração atribuída durante o ano de referência

Em R\$ milhões (exceto o número de pessoas, que está em unidades)

31/12/2025

		Diretoria	Conselho de Administração
Remuneração fixa	Número de pessoas	201	14
	Total da remuneração fixa	286	48
	Da qual: em espécie	286	24
	Da qual: ações e instrumentos baseados em ações	-	24
	Da qual: outras formas de remuneração	-	-
Remuneração variável	Número de pessoas	201	14
	Total da remuneração variável	1.788	1
	Da qual: em espécie	335	-
	da qual: diferida	-	-
	Da qual: ações e instrumentos baseados em ações	1.453	1
	da qual: diferida	1.453	1
	Da qual: outras formas de remuneração	-	-
	da qual: diferida	-	-
Remuneração total		2.074	49

REM2:

A amostra relacionada aos pagamentos extraordinários é insuficiente para garantir a confidencialidade da informação e, portanto, os valores foram omitidos, com fundamento no § 4º, do artigo 3º da Resolução BCB Nº 54.

REM3: Remuneração diferida

Em R\$ milhões

31/12/2025

Remuneração diferida	Total da remuneração diferida pendente de pagamento	Da qual: Valor total diferido sujeito a ajustes implícitos e explícitos	Variação da remuneração diferida resultante de ajuste explícito	Variação da remuneração diferida resultante de ajuste implícito	Total da remuneração diferida paga no ano de referência
Diretoria	4.561	4.561	4	1.537	728
Em espécie	-	-	-	-	-
Ações	4.561	4.561	4	1.537	728
Instrumentos baseados em ações	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Conselho de administração	106	106	-	32	46
Em espécie	-	-	-	-	-
Ações	106	106	-	32	46
Instrumentos baseados em ações	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Total	4.667	4.667	4	1.569	774

ORA - Informações Qualitativas sobre o gerenciamento de Risco Operacional

As informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco operacional abrangem as políticas, estratégias, estruturas e processos adotados pelo Itaú Unibanco para garantir a adequada gestão desse risco. O gerenciamento do Risco Operacional no Itaú é realizado conforme as diretrizes estabelecidas na Política de Gerenciamento de Risco Operacional, disponível para consulta no site www.italu.com.br/relacoes-com-investidores, na seção “Itaú Unibanco”, “Governança Corporativa”, “Políticas”, “Relatórios”.

Para viabilizar essa gestão, a instituição adota o modelo das três linhas, divulgado pelo Institute of Internal Auditors (IIA). A Primeira Linha, representada pelas áreas de Negócio, Suporte ou Comunidades, é diretamente responsável pela identificação, avaliação, resposta, monitoramento e reporte dos riscos operacionais.

Já a Segunda Linha, representada pela Área de Riscos (AR), assegura, de forma independente e centralizada, que os riscos sejam administrados de acordo com políticas e procedimentos, definindo parâmetros para o processo de gestão e supervisionando sua execução. Vinculada à AR, a Diretoria de Compliance & OPRisk (DCOR) apoia a primeira linha garantindo conformidade e centralidade no cliente, por meio do monitoramento da efetividade do gerenciamento de riscos e emissão de opinião independente sobre a qualidade do ambiente de controle. A DCOR atua de forma independente, com comunicação direta com administradores e colaboradores e acesso a quaisquer informações necessárias. A Terceira Linha, por sua vez, é representada pela Auditoria Interna, área segregada e independente das demais, com responsabilidades definidas na Política de Auditoria Interna.

Quanto aos sistemas, rotinas e procedimentos utilizados para mensurar o risco operacional, a captura e o reporte dos dados relativos às perdas operacionais são responsabilidade das áreas de Finanças, que devem assegurar integridade, consistência e alinhamento desses dados com as demonstrações financeiras. A consolidação e constituição do banco de dados de perdas é conduzida pela Área de Riscos, garantindo conformidade com diretrizes regulatórias e requisitos normativos. As áreas responsáveis pelo reporte também devem colaborar com a Área de Riscos, fornecendo informações complementares que enriqueçam e caracterizem adequadamente os eventos registrados.

No que se refere ao reporte gerencial, o escopo e o contexto dos relatórios destinados à diretoria, ao comitê de riscos e ao conselho de administração incluem periodicidade, critérios para inclusão de informações relevantes e registro de incidentes extraordinários. A comunicação com a alta administração ocorre por fóruns de governança específicos. No âmbito do Conselho de Administração, esse reporte acontece no Comitê de Gestão de Risco e de Capital, estabelecido conforme a Resolução CMN nº 4.557/2017, responsável por apoiar o conselho no acompanhamento da gestão de riscos, incluindo o risco operacional e os controles internos. O Comitê de Auditoria, regulamentado pela Resolução CMN nº 4.910/2021, avalia a qualidade e efetividade dos controles internos e recebe atualizações periódicas sobre o tema. Ainda, anualmente, em atendimento à Resolução CMN nº 4.968, é submetido ao Conselho de Administração um relatório sobre os sistemas de controles internos.

Para o Comitê Executivo, a comunicação se dá em fóruns específicos, como a Comissão Superior de Compliance & OpRisk (CSCOR), que tem participação do Presidente do Itaú Unibanco, dos membros do Comitê Executivo, incluindo o Chief Risk Officer (CRO), e do Diretor de Auditoria Interna. Esse fórum, trimestral, tem como funções conhecer os riscos dos processos de negócios e áreas de suporte, avaliar os resultados do Sistema de Controles Internos e definir diretrizes para gestão dos riscos operacionais e regulatórios. Outro fórum é o Comitê de Compliance & OpRisk (CCOR) com MCE, que ocorre três vezes ao ano e conta com o membro do Comitê Executivo responsável pela área e o Diretor de Compliance & OpRisk. Suas atribuições incluem conhecer os riscos da área, dar resposta aos riscos identificados e acompanhar planos de ação para melhoria do ambiente de controle, além de tratar de mudanças metodológicas relevantes.

As estratégias de mitigação do risco operacional estão alinhadas à Política de Gerenciamento de Riscos e às melhores práticas, englobando etapas fundamentais. A fase de Identificação dos Riscos Operacionais envolve o reconhecimento contínuo de eventos internos e externos que possam impactar objetivos estratégicos. Quando um risco relevante é encontrado, recomenda-se a varredura em processos similares para garantir mitigação consistente em toda a instituição. A etapa de Avaliação dos Riscos Operacionais considera impacto inerente, qualidade do ambiente de controle e mudanças nos ambientes interno e externo, direcionando ações de resposta. A Resposta ao Risco Operacional envolve decisões estruturadas para aceitar, evitar, transferir ou mitigar riscos, garantindo enquadramento ao apetite de risco e revisão contínua. Em Monitoramento, busca-se acompanhar o ambiente de controle de forma recorrente, utilizando análise de dados com granularidade para corrigir causas raiz e garantir reenquadramento ao apetite de risco, inclusive durante mudanças organizacionais relevantes. Por fim, o Reporte dos Riscos Operacionais envolve a emissão de opinião independente à governança e a elaboração de relatórios regulatórios.

Complementarmente, o Itaú investe continuamente em treinamentos e capacitações para seus colaboradores, promovendo cultura de risco, conformidade e ética como pilares fundamentais da organização. Esses investimentos reforçam o compromisso da instituição com a excelência no gerenciamento de riscos operacionais e regulatórios.

OR1: Histórico de perdas operacionais

	T ⁽¹⁾	T-1	T-2	T-3	T-4	T-5	T-6	T-7	T-8	T-9	Média dos últimos 10 períodos anuais
Com limiar de R\$ 100.000,00 (cem mil reais)											
1 Valor de perda líquida	5,218	3,432	3,613	3,363	4,159	4,324	3,283	5,077	4,305	3,245	4,002
2 Número de eventos de perda operacional	24885	28886	32203	34798	32339	35137	37132	34531	30191	24999	31510
3 Valor total de perda operacionais descartadas da base de perda	0	13	11	11	1	0	1	8	4	5	6
4 Número de eventos de perda descartados	0	28	27	18	15	4	2	22	18	22	17
5 Valor de perda líquida considerando eventos descartados	5,218	3,444	3,625	3,375	4,16	4,324	3,284	5,085	4,308	3,25	4,007
Com limiar de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais)											
6 Valor de perda líquida	3,868	2,341	2,342	2,134	3,03	2,84	1,763	3,687	2,869	2,061	2,693
7 Número de eventos de perda operacional	7762	8894	9580	9657	9038	9270	9235	8514	7273	5992	8522
8 Valor total de perdas operacionais descartadas da base de perdas	0	11	10	10	0	0	1	6	2	2	5
9 Número de eventos de perda descartados	0	10	10	5	4	4	1	8	5	4	6
10 Valor da perda líquida considerando eventos descartados	3,868	2,351	2,352	2,145	3,031	2,84	1,763	3,693	2,871	2,063	2,698
Detalhes do cálculo do RWAopad											
13	Limiar de perda utilizado no cálculo do ILM: R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ou R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)					500000					

1)T corresponde a 31/12/2024, data-base do DRO utilizado no capital vigente para dezembro de 2025.

OR2: Composição do Indicador de Negócios (BI)

BI e componentes		T ⁽¹⁾	T-1	T-2
1	Componente de juros, arrendamento mercantil e participações (ILDC)	57.708		
1a	Receita de juros e arrendamento mercantil (II)	382.760	303.084	274.202
1b	Despesa de juros e arrendamento mercantil (IE)	-395.764	-224.585	-182.873
1c	Ativos geradores de juros (IEA)	1.839.354	1.759.349	1.594.625
1d	Receitas de participações (DI)	23.208	14.536	18.529
2	Componente de serviços (SC)	57.403		
2a	Receita de serviços (FI)	41.657	45.177	44.150
2b	Despesa de serviços (FE)	-13.234	-13.303	-13.254
2c	Outras receitas operacionais (OOI)	19.183	14.886	5.440
2d	Outras despesas operacionais (OOE)	-22.458	-11.871	-6.897
3	Componente Financeiro (FC)	10.236		
3a	Resultado líquido da carteira de negociação (NTB)	3.870	7.856	-8.232
3b	Resultado líquido da carteira bancária (NBB)	-1.634	-493	-8.624
4	Indicador de Negócios (BI)	125.347		
5	Indicador de Negócios Ponderado (BIC)	18.652		

Divulgação relativa ao BI

6c	Receitas referentes a serviços de pagamento excluídos do SC	-	-	-
6d	Despesas referentes a serviços de pagamento excluídos SC	-	-	-

1) T corresponde a 30/06/2025, data-base dos insumos do capital vigente para dezembro de 2025.

OR3: Requerimento de capital para o risco operacional

31/12/2025

Indicador de Negócios Ponderado (BIC)	18.652
Multiplicador de Perda Internas (ILM)	0,9593%
Requerimento de capital para risco operacional	17.894
RWAopad	223.676

Outros Riscos

Riscos de Seguros, Previdência e Capitalização

Os produtos que compõem as carteiras das seguradoras do Itaú Unibanco estão relacionados aos seguros de vida e elementares, aos planos de previdência privada e aos produtos de capitalização. Os principais riscos inerentes a esses produtos estão descritos a seguir e suas definições são apresentadas nos seus respectivos capítulos.

- Risco de subscrição: Decorre do uso de metodologias e/ou premissas inadequadas na precificação ou provisão dos produtos. Pode se materializar de formas diferentes, a depender do produto ofertado: Em seguros é resultante da alteração no comportamento do risco em relação ao aumento na frequência e/ou severidade dos sinistros ocorridos, contrariando as estimativas da precificação. Em previdência é observado no aumento na expectativa de vida ou no desvio das premissas utilizadas nas reservas técnicas. Em Capitalização o pagamento de prêmios de títulos sorteados em séries não integralizadas e/ou despesas administrativas maiores do que as esperadas podem materializar este risco;

- Risco de mercado;
- Risco de crédito;
- Risco operacional;
- Risco de liquidez.

Em linha com as boas práticas nacionais e internacionais o Itaú Unibanco possui estrutura de gerenciamento de riscos que garante que os riscos oriundos dos produtos de seguro, previdência e capitalização sejam avaliados adequadamente e reportados aos fóruns pertinentes.

O processo de gerenciamento dos riscos de seguros, previdência e capitalização é independente e foca nas especificidades de cada risco.

Por fim, o Itaú Unibanco tem como objetivo assegurar que os ativos garantidores dos produtos de longo prazo, com retornos mínimos garantidos, sejam geridos de acordo com as características do passivo, visando ao seu equilíbrio atuarial e à solvência no longo prazo.

Riscos Social, Ambiental e Climático

Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos são a possibilidade de ocorrência de perdas em função da exposição a eventos de origem social, ambiental e/ou climático relacionados às atividades desenvolvidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Os fatores sociais, ambientais e climáticos são considerados relevantes para os negócios do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, uma vez que podem afetar a criação de valor compartilhado no curto, médio e longo prazos.

A Política de Riscos Social, Ambiental e Climático (Política de Riscos SAC) estabelece as diretrizes e os princípios fundamentais para a gestão dos riscos social, ambiental e climático abordando os riscos mais relevantes para a operação da instituição por meio de procedimentos específicos.

Para mitigação dos Riscos Social, Ambiental e Climático são efetuadas ações de mapeamentos de processos, riscos e controles, acompanhamento de novas normas relacionadas ao tema e registro das ocorrências em sistemas internos. Além da identificação, as etapas de priorização, resposta ao risco, mitigação, monitoramento e reporte dos riscos avaliados complementam o gerenciamento destes riscos no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Na gestão dos Riscos Social, Ambiental e Climático as áreas de negócio realizam a gestão do risco em suas atividades diárias, seguindo as diretrizes da Política de Riscos SAC e processos específicos, contando com avaliação especializada de equipes técnicas dedicadas situadas nos times de Crédito, que atende o segmento do Atacado, Risco de Crédito e Modelagem e Jurídico Institucional, que atuam de forma integrada na gestão de todas as dimensões dos Riscos Social, Ambiental e Climático atreladas às atividades do conglomerado. Como exemplo de diretrizes específicas para a gestão destes riscos, a instituição conta com uma governança específica para concessão e renovação de crédito em alçadas seniores de clientes de determinados setores econômicos, classificados como Setores Sensíveis (Mineração, Metalurgia & Siderurgia, Óleo & Gás, Ind. Têxtil e Varejo Vestuário, Papel & Celulose, Química & Petroquímica, Agro - Frigoríficos, Agro - Defensivos e Fertilizantes, Madeira, Energia, Produtores Rurais e Imobiliário), para os quais há uma análise individualizada dos Riscos Social, Ambiental e Climático. A instituição conta ainda com procedimentos específicos para a própria operação da Instituição (patrimônio, infraestrutura de agências, tecnologia e fornecedores), crédito, investimentos e controladas chave. As áreas de Riscos SAC, Controles Internos e Compliance, por sua vez, dão suporte e garantem a governança das atividades das áreas de negócios e de crédito que atende o negócio. Já a Auditoria Interna atua de maneira independente, realizando a avaliação da gestão dos riscos, controles e governança.

A governança conta, ainda, com o Comitê de Riscos Social, Ambiental e Climático, que tem como principal competência avaliar e deliberar sobre assuntos institucionais e estratégicos, bem como deliberar sobre produtos, operações, serviços, entre outros que envolvam o tema de Riscos Social, Ambiental e Climático.

O Risco Climático abrange: (i) riscos físicos, decorrentes de mudanças nos padrões climáticos, como aumento das chuvas, da temperatura e eventos climáticos extremos, e (ii) riscos de transição, resultantes de mudanças na economia em consequência de ações climáticas, como precificação do carbono, regulamentação climática, riscos de mercado e riscos de reputação.

Considerando a relevância, o risco climático se tornou uma das principais prioridades para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, que apoia a Força-tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima (Task Force on Climate-related Financial Disclosures - TCFD) e está comprometido em manter um processo de evolução e melhoria contínua dentro dos pilares recomendados pelo TCFD. Com este objetivo, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está fortalecendo a governança e estratégia relacionadas ao Risco Climático e desenvolvendo ferramentas e metodologias para avaliar e gerenciar estes riscos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING mensura a sensibilidade do portfólio de crédito aos riscos climáticos aplicando a Régua de Sensibilidade aos Riscos Climáticos, desenvolvida pela Febraban. A ferramenta combina critérios de relevância e proporcionalidade para identificar os setores e clientes dentro do portfólio que apresentam maior sensibilidade aos riscos climáticos, considerando os riscos físicos e de transição. Os setores com maior probabilidade de sofrerem impactos financeiros por mudanças climáticas, seguindo as diretrizes do TCFD são: energia, transportes, materiais e construção, agricultura, alimentos e produtos florestais.

Risco de Modelo

O risco de modelo é o risco proveniente dos modelos utilizados pelo Itaú Unibanco não refletirem de maneira consistente as relações de variáveis de interesse, acarretando resultados que diferem sistematicamente do observado

O uso de modelos vem se tornando cada vez mais presente na instituição, apoiando decisões estratégicas em diversos contextos, como na aprovação do crédito, no apreçamento de operações, na estimativa de curvas de volatilidade, no cálculo de capital, entre outros.

Devido ao crescente uso de modelos, impulsionado pela aplicação de novas tecnologias e pela ampliação da utilização de dados, o Itaú Unibanco segue aperfeiçoando sua governança em relação ao desenvolvimento, implantação, uso e monitoramento desses modelos, através da definição de diretrizes, políticas e procedimentos que visam a assegurar a qualidade e a mitigar os riscos associados a cada nova metodologia.

A atuação das áreas responsáveis por modelos é avaliada pelas equipes de Risco Operacional e Auditoria Interna para garantir a aderência a tais políticas. As oportunidades de melhoria encontradas ao longo dessas avaliações são devidamente endereçadas com planos de ação, sendo os mesmos acompanhados pelas 3 linhas de defesa e pela alta administração até sua conclusão.

Risco Regulatório ou de Conformidade

Risco Regulatório ou de Conformidade é o risco de sanções, perdas financeiras ou danos reputacionais decorrentes da falta de cumprimento de disposições legais e regulamentares, normas de mercado local e internacional, compromissos com reguladores, compromissos públicos, códigos de autorregulação e códigos de conduta aderidos pelo Itaú Unibanco.

O risco de conformidade é gerenciado através de processo estruturado que visa a identificar as alterações no ambiente regulatório, analisar os impactos nas áreas da instituição e monitorar as ações voltadas para a aderência às exigências normativas e demais compromissos mencionados no parágrafo anterior.

Risco Reputacional

O Itaú Unibanco entende o risco reputacional como o risco decorrente de práticas internas e/ou fatores externos que possam gerar uma percepção negativa sobre o Itaú Unibanco por parte de clientes, colaboradores, acionistas, investidores, órgãos reguladores, governo, fornecedores, imprensa e a sociedade de forma geral, podendo impactar a reputação do banco, o valor da sua marca e/ou resultar em perdas financeiras. Além disso, pode afetar a manutenção de relações comerciais existentes, o acesso a fontes de captação de recursos, a atração de novos negócios e de talentos para compor o quadro da empresa ou mesmo a licença para operar.

A instituição entende que a reputação é de suma importância para o atingimento de seus objetivos de longo prazo, sendo a razão pela qual procura o alinhamento entre o discurso, a prática e a atuação ética e transparente, fundamental para ampliar o nível de confiança de seus públicos de relacionamento e partes interessadas. De modo geral, a reputação da instituição permeia sua estratégia (visão, cultura e competências) e é construída a partir das experiências, diretas ou indiretas, estabelecidas entre o Itaú Unibanco e as partes interessadas.

Visto que o risco reputacional permeia, direta e indiretamente, todas as operações e processos da instituição, a governança do Itaú Unibanco é estruturada de maneira a garantir que estes potenciais riscos sejam identificados, analisados e gerenciados ainda nas fases iniciais de suas operações e análise de novos produtos, incluindo a utilização de novas tecnologias.

Desta forma, o tratamento dado ao risco reputacional pelo Itaú Unibanco é estruturado por meio de diversos processos e iniciativas internas que, por sua vez, são suportados por políticas, tendo como principal objetivo proporcionar mecanismos de monitoramento, gerenciamento, controle e mitigação dos principais riscos reputacionais. Dentre eles, destacam-se: (i) arcabouço do apetite de risco; (ii) prevenção e combate a atos ilícitos; (iii) gestão de crises e continuidade dos negócios; (iv) relações governamentais e institucionais; (v) comunicação corporativa; (vi) gestão da marca; (vii) ouvidoria e compromisso com a satisfação de clientes; e (viii) diretrizes de ética e prevenção à corrupção.

As instituições financeiras desempenham um papel fundamental na prevenção e no combate aos atos ilícitos, dentre os quais se destacam a lavagem de dinheiro, o financiamento ao terrorismo e as fraudes, em que o grande desafio é identificar e reprimir operações cada vez mais sofisticadas que procuram dissimular a origem, a localização, a disposição, a propriedade e a movimentação de bens e valores provenientes, direta ou indiretamente, de atividades ilegais. O Itaú Unibanco estabeleceu uma política corporativa com o intuito de prevenir seu envolvimento com atos ilícitos e proteger sua reputação e imagem perante colaboradores, clientes, parceiros estratégicos, fornecedores, prestadores de serviços, órgãos reguladores e sociedade, por meio de uma estrutura de governança orientada para a transparência, rigoroso cumprimento de normas e regulamentos, incluindo a Circular 3.978/2020 do Banco Central do Brasil entre outras, e a cooperação com as autoridades policial e judiciária. Também busca um alinhamento contínuo com as melhores práticas nacionais e internacionais para prevenção e combate a atos ilícitos, por meio de investimentos e capacitação permanente dos colaboradores elegíveis.

Para o Itaú Unibanco estar em conformidade com as diretrizes dessa política corporativa, se estabeleceu um programa de prevenção e combate a atos ilícitos, baseado nos seguintes pilares:

- Políticas e Procedimentos;
- Processo de Identificação de Clientes;
- Processo de “Conheça seu Cliente” (KYC);
- Processo de “Conheça seu Parceiro” (KYP);
- Processo de “Conheça seu Fornecedor” (KYS);
- Processo de “Conheça seu Funcionário” (KYE);
- Avaliação de Novos Produtos e Serviços;
- Cumprimento às Sanções;
- Monitoramento, Seleção e Análise de Operações ou Situações Suspeitas;
- Comunicação de Transações Suspeitas aos Órgãos Reguladores; e
- Treinamento.

Esse programa aplica-se ao Conglomerado Itaú Unibanco e suas empresas no Brasil e no exterior. A governança sobre prevenção e combate a atos ilícitos é realizada pelo Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Comitês de Risco Operacional, Comitê de Gestão de Riscos e Capital, e pelos Comitês de Prevenção à Lavagem

de Dinheiro. O documento que expressa as diretrizes estabelecidas no programa corporativo de prevenção e combate a atos ilícitos pode ser visualizado no site www.itaubanco.com.br/relacoes-com-investidores, na seção “Itaú Unibanco”, “Governança Corporativa”, “Políticas”, “Política Corporativa de Prevenção a Atos Ilícitos”.

Adicionalmente, o Itaú Unibanco vem desenvolvendo diversos modelos de análise de dados para aprimorar a metodologia de classificação de risco do cliente, monitoramento de transações e KYC, a fim de proporcionar maior acurácia em suas análises e diminuição de falsos positivos. O Itaú Unibanco também vem inovando suas soluções de modelagem utilizando novos métodos baseados em técnicas de *machine learning*, a fim de identificar atividades potencialmente suspeitas.

Risco Cibernético

Os riscos cibernéticos são eventos que podem causar perdas financeiras, interrupções operacionais, extração ou danos às informações armazenadas em nossos sistemas. Esses riscos podem ocorrer por meio de invasões realizadas por indivíduos mal-intencionados, infiltração de “*malwares*” (como vírus de computador), contaminação - intencional ou acidental - de nossas redes e sistemas por terceiros com os quais trocamos informações, exploração de vulnerabilidades, acesso não autorizado às informações confidenciais de clientes e/ ou informações proprietárias por pessoas internas ou externas à Organização, além de ataques cibernéticos que comprometam a disponibilidade dos nossos serviços e a integridade das informações.

O Itaú Unibanco tem o compromisso de proteger as informações corporativas e garantir a privacidade dos clientes e do público em geral em quaisquer operações. Para isso, adotamos processos rígidos de controle, voltados à detecção, prevenção, monitoramento contínuo e resposta imediata a ameaças e tentativas de invasão à nossa infraestrutura. Essas ações asseguram uma gestão eficaz dos riscos, sustentam a transformação digital e estão alinhadas aos principais reguladores, auditorias externas, melhores práticas e certificações de mercado.

Como parte dessa estratégia, adotamos o conceito de proteção de perímetro expandido, que considera que a informação deve ser protegida, onde estiver: dentro da infraestrutura do banco, em um serviço de *cloud* em um prestador de serviço ou em uma unidade internacional. Essa abordagem contempla todo o ciclo de vida da informação – desde a coleta, passando pelo processamento, transmissão, armazenamento, análise e até sua destruição.

A área responsável por essa estratégia é a **Diretoria de Cyber Security**, criada em decorrência do desafio de proteger o banco em um ambiente cada vez mais digital, complexo e em constante transformação.

A Política Corporativa de Segurança da Informação e *Cyber Security* está disponível no site www.itaubanco.com.br/relacoes-com-investidores, na seção “Itaú Unibanco”, “Governança Corporativa”, “Políticas”, “Política Corporativa de Segurança da Informação e *Cyber Security*”.

Risco País

O Risco País é o risco de perdas relativas ao não cumprimento de obrigações associadas a tomadores, emissores, contrapartes ou garantidores, em decorrência de eventos político-econômicos e sociais ou ações realizadas pelo governo do país onde está o tomador, o emissor, a contraparte ou o garantidor.

O Itaú Unibanco dispõe de uma estrutura específica para gestão e controle do risco país, composta de órgãos colegiados e equipes dedicadas, com responsabilidades definidas em política. A instituição possui um fluxo estruturado e consistente, composto por processos que abrangem: (i) definição de *ratings* para países; (ii) definição de limites para países; e (iii) monitoramento da utilização dos limites.

Risco de Negócio e Estratégia

O risco de negócio e estratégia é o risco decorrente do impacto negativo nos resultados e no capital em consequência de um planejamento estratégico falho, da tomada de decisões estratégicas adversas, da inabilidade do Itaú Unibanco implantar os planos estratégicos apropriados e/ou de mudanças em seu ambiente de negócio.

O Itaú Unibanco implantou diversos mecanismos que garantem que tomadas de decisão, tanto de negócio quanto estratégicas, sigam uma governança adequada, tenham a participação ativa de executivos e do CA, sejam baseadas em informações de mercado, macroeconômicas e de risco, e visem a otimizar a relação de risco-retorno. As tomadas de decisões e as definições de diretrizes de negócio e de estratégia contam com pleno envolvimento do CA, principalmente através do Comitê de Estratégia, e dos executivos, através do Comitê Executivo. De modo a tratar o risco adequadamente, o Itaú Unibanco dispõe de governança e processos que envolvem a Área de Riscos nas decisões de negócio e estratégia, visando a garantir que o risco seja gerido e que decisões sejam sustentáveis no longo prazo, sendo eles: (i) qualificação e incentivos de conselheiros e executivos; (ii) processo orçamentário; (iii) avaliação de produtos; (iv) avaliação e prospecção de fusões e aquisições proprietárias; e (v) arcabouço do apetite de risco, restringindo, por exemplo, concentrações de crédito e exposição a riscos relevantes e específicos.

Risco de Contágio

O Risco de Contágio é a possibilidade de ocorrência de perdas para as entidades integrantes do Conglomerado Prudencial em decorrência de suporte financeiro a entidades não consolidadas, em situação de estresse, na ausência ou além de obrigações previstas contratualmente.

O Itaú Unibanco possui uma estrutura para gestão e controle do risco, equipe dedicada e política que define papéis e responsabilidades. Essa estrutura cobre (i) a identificação de entidades em relação a potencial geração do risco de contágio, (ii) a avaliação de riscos em relacionamentos, (iii) o monitoramento, controle e mitigação do risco de contágio, (iv) a avaliação de impacto em capital e liquidez e (v) reportes.

Faz parte do escopo da governança de risco de contágio os públicos de Partes Relacionadas, composto principalmente por controladores (pessoas físicas e jurídicas), entidades a eles relacionadas e entidades controladas e coligadas (conforme definições da Res. 4.693/18), Fundações, investimentos em entidades não consolidadas, fornecedores de produtos e serviços críticos, cessionárias, compradoras e vendedoras de ativos relevantes, terceiros com produtos distribuídos pelo Itaú Unibanco e terceiros para os quais o Itaú Unibanco distribui produtos, além de toda a análise das Unidades Internacionais.

Riscos Emergentes

São aqueles recém identificados e com impacto, a médio e longo prazo, potencialmente material sobre os negócios, mas para os quais ainda não há elementos suficientes para sua completa avaliação, devido à quantidade de fatores e impactos ainda não totalmente conhecidos, uma vez que não possuem precedentes e, por isso, nunca foram tratados no passado. Suas causas podem ser originadas por eventos externos e resultarem no surgimento de novos riscos ou na intensificação de riscos já acompanhados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Uma vez identificados tais riscos passam a ser monitorados e reavaliados anualmente ou sob demanda, até o momento em que deixem de representar um risco ou até que possam ser adequadamente mensurados, sendo que neste caso passam então a seguir as demais etapas do gerenciamento de riscos. Este processo é assegurado pela governança do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, permitindo que estes riscos também sejam

incorporados aos procedimentos de gestão de riscos. Podem ser citados como exemplo os riscos Geopolítico, Climático e Cibernético, que tem ou já tiveram aspectos considerados como riscos emergentes.

Risco Operacional

O Conselho Monetário Nacional, através da Resolução 4.557 de 23 de fevereiro de 2017, define risco operacional como “a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas”. Esta definição inclui o risco legal associado às inadequações ou deficiências em contratos firmados pela Instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

O gerenciamento do Risco Operacional no Itaú é realizado conforme as diretrizes de sua governança de riscos e envolve as seguintes etapas:

- 1. Identificação:** identificação contínua de eventos internos e externos que possam impactar adversamente o atingimento dos objetivos estratégicos em atividades, projetos ou produtos/serviços. Quando identificado um risco relevante, deve-se buscar a realização de varredura em processos similares para garantir mitigação consistente em todo o banco.
- 2. Avaliação:** classificação do risco residual, considerando o impacto inerente e a qualidade do ambiente de controle. A avaliação deve incluir as possíveis mudanças nos ambientes interno e externo e o seu resultado direcionar as ações para resposta ao risco operacional.
- 3. Resposta:** Conjunto estruturado de decisões e ações adotadas pela instituição para aceitar, evitar, transferir ou mitigar riscos operacionais. Essas respostas devem garantir o enquadramento do risco residual ao apetite de risco, e devem estar sujeitas a revisão contínua e reporte às instâncias de governança.
- 4. Monitoramento:** acompanhamento da qualidade do ambiente de controle, buscando sempre que possível, fazê-lo de forma recorrente, utilizando técnicas de análise e exploração de dados, com visão granular de clientes ou transações e visando ao endereçamento tempestivo das falhas para correção da causa raiz e reenquadramento ao apetite de risco do Itaú.
- 5. Reporte:** Emissão de opinião independente sobre a qualidade do ambiente de controle reportada às alçadas competentes e elaboração de relatórios regulatórios.

Em linha com os princípios da Resolução CMN 4.557, o documento “Relatório de Acesso Público - Política de Gerenciamento Integrado de Risco Operacional e Controles Internos”, pode ser acessado no site www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores, na seção “Itaú Unibanco”, “Governança Corporativa”, “Políticas”, “Relatórios”.

Gestão de Crises e Resiliência Operacional

O Programa de Resiliência Operacional do Itaú Unibanco tem por objetivo proteger seus colaboradores, assegurar a continuidade das funções críticas de suas linhas de negócio e sustentar tanto a estabilidade dos mercados em que atua quanto à confiança de seus clientes e parceiros estratégicos em sua prestação de serviços e produtos. Para tanto, possui políticas que estabelecem procedimentos, papéis e responsabilidades a serem seguidas pelas áreas do Itaú Unibanco.

O Programa estabelece o Plano de Continuidade de Negócios (PCN) que são procedimentos modulares à disposição para utilização em eventuais incidentes. Para que a retomada ocorra de forma rápida e segura, o PCN tem definido ações corporativas e customizadas para suas linhas de negócio.

Para que o PCN reflita as prioridades de retomada do ambiente de negócio que suportam a entrega de produtos e serviços, é aplicado o BIA (Business Impact Analysis). O BIA identifica e avalia o impacto nos negócios, diante de situações de interrupções de seus processos, motivadas por falhas de origem de riscos humanos, naturais, climáticos, ambientais, sociais e/ou tecnológicos.

Considerando a dependência que alguns processos possuem com relação a serviços de terceiros, o Programa conta com um processo de autoavaliação dos fornecedores em relação ao risco de indisponibilidade dos serviços prestados na perspectiva de resiliência para ameaças de interrupção.

Para avaliar a eficiência e identificar pontos de melhoria das ações de contingenciamento são realizados exercícios dos planos de contingência durante o ano. A periodicidade dos exercícios é estabelecida pelo gestor dos planos, podendo ser: anual, semestral ou de menor intervalo (bimestral, trimestral, mensal, etc), levando-se em consideração a criticidade do processo ou a complexidade da contingência.

O Programa estabelece um fluxo frequente de acultramento junto a alta administração da companhia, bem como uma análise constante dos cenários e eventos de alto impacto para estabelecer planos de respostas alinhados às ameaças atuais.

Para avaliar a eficiência e identificar pontos de melhorias nos planos de resposta à crise, são realizados testes, com a periodicidade mínima de uma vez ao ano.

Validação Independente de Modelos de Riscos

O Itaú Unibanco realiza validação independente dos processos e dos modelos de risco. Esta atividade é realizada por diretoria apartada das áreas de negócio e controle de risco, garantindo a independência das avaliações.

A metodologia de validação, definida em política interna específica, é aderente aos requisitos regulatórios, como por exemplo, os estabelecidos nas Circulares BACEN 303, 3.646, 3.674, 3.876 e Resoluções 4966, 4.277 e 4.557. As etapas de validação incluem, entre outras:

- Verificação da robustez técnica e premissas utilizadas nos modelos;
- Análise qualitativa e quantitativa dos modelos, incluindo a declaração de variáveis, construção de calculadora independente e a adequação das referências técnicas utilizadas;
- Quando aplicável, comparação com modelos alternativos e *benchmarks* externos;
- *Backtesting* histórico do modelo;
- Avaliação da adequação da implantação dos modelos nos sistemas utilizados.

Adicionalmente, a área de validação avalia o programa de teste de estresse.

A atuação da área de validação independente e as validações de processos e modelos são avaliadas pela Auditoria Interna e submetidas a comitês específicos, compostos por membros da alta administração. As oportunidades de melhoria encontradas ao longo do processo de validação independente estão devidamente endereçadas com planos de ação, sendo os mesmos acompanhados pelas 3 linhas de defesa e pela alta administração até sua conclusão.

Glossário de Siglas

A

- ACP - Adicional de Capital Principal
- ACCP - Adicional Contracíclico de Capital Principal
- ASF - *Available Stable Funding* (Recursos Estáveis Disponíveis)

B

- BACEN - Banco Central do Brasil
- BCB - Banco Central do Brasil
- BIA – *Business Impact Analysis* (Análise de Impacto nos Negócios)

C

- CA - Conselho de Administração
- CCR - Risco de Crédito de Contraparte
- CCP – Contrapartes Centrais não Qualificadas
- CDS – *Credit Default Swap*
- CEM - *Current Exposure Method*
- CEO - *Chief Executive Officer*
- CGRC - Comitê de Gestão de Risco e Capital
- CMN - Conselho Monetário Nacional
- CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
- Comef - Comitê de Estabilidade Financeira
- CRI – Certificado de Recebíveis Imobiliário
- CRO - *Chief Risk Officer*
- CTAM – Comissão Técnica de Avaliação de Modelos
- CVA - *Credit Valuation Adjustment*

D

- DLP - Demonstrativo de Liquidez de Longo Prazo
- DRL - Demonstrativo de Risco de Liquidez
- DV - *Delta Variation* (medida de sensibilidade)

E

- EMD - Entidades Multilaterais de Desenvolvimento
- EVE – *Economic Value of Equity*

F

- FCC - Fator de Conversão de Crédito
- FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos
- FIDC - Fundos de Investimento em Direitos Creditórios
- FPR - Fatores de Ponderação de Riscos

G

- GAPS - Análise de Descasamentos
- Gregas - Sensibilidade aos Diversos Fatores de Riscos

H

- HE - Haircut de Execução
- HQLA - *High Quality Liquid Assets*
- HV - Haircut de Volatilidade

I

- ICAAP - *Internal Capital Adequacy Assessment Process* (Processo interno de avaliação da adequação de capital)
- IRB - *Internal Ratings-Based*
- IRRBB – *Interest Rate Risk in the Banking Book*

K

- KYC - *Know Your Customer* (Conheça seu cliente)
- KYP - *Know Your Partner* (Conheça seu parceiro)
- KYS - *Know Your Supplier* (Conheça seu fornecedor)
- KYE - *Know Your Employee* (Conheça seu funcionário)

L

- LCR - *Liquidity Coverage Ratio*

M

- MtM - *Mark to Market*

N

- NII – *Net Interest Income*
- NSFR - *Net Stable Funding Ratio*

P

- PCN - Plano de Continuidade de Negócios
- PIB - Produto Interno Bruto
- PR - Patrimônio de Referência
- PVA – *Prudential Valuation Adjustment* (Ajustes Prudenciais)

Q

- QCCP - *Qualifying Central Counterparty* (Contrapartes Centrais Qualificadas)

R

- RA - Razão de alavancagem
- RAS - *Risk Appetite Statement*
- RSF - *Required Stable Funding* (Recursos Estáveis Requeridos)
- RWA - *Risk Weighted Assets* (Ativos Ponderados pelo Risco)
- RWA_{CIRB} - Parcela relativa às exposições ao risco de crédito pela abordagem de modelos internos
- RWA_{CPAD} - Parcela relativa às exposições ao risco de crédito
- RWA_{CPINB} - montante dos ativos ponderados pelo risco correspondente às exposições ao risco de crédito ao setor privado não bancário, calculados para as jurisdições cujo ACCPi seja diferente de zero
- RWA_{MINT} - Parcela relativa às exposições ao risco de mercado pela abordagem de modelos internos
- RWA_{MPAD} - Parcela relativa às exposições ao risco de mercado pela abordagem padronizada
- RWA_{OPAD} - Parcela relativa ao cálculo de capital requerido para o risco operacional
- RWA_{DRC} - Parcela relativa ao cálculo de capital requerido para as exposições ao risco de crédito dos instrumentos financeiros classificados na carteira de negociação

S

- S.A - Sociedade Anônima
- SAC - Social, Ambiental e Climático
- SA-CCR - *Standardised Approach to Counterparty Credit Risk*
- SFN - Sistema Financeiro Nacional

T

- TCFD - *TaskForce on Climate-Related Financial Disclosures*
- TI - Tecnologia da Informação
- TLAC - *Total Loss-Absorbing Capacity*
- TVM - Títulos e Valores Mobiliários

V

- VaR - *Value at Risk* (perda máxima dado horizonte de tempo e intervalo de confiança)

Glossário de Regulamentos

- Circular BACEN 3.644, de 04 de março de 2013
- Circular BACEN 3.646, de 04 de março de 2013
- Circular BACEN 3.674, de 31 de outubro de 2013
- Circular BACEN 3.748, de 26 de fevereiro de 2015
- Circular BACEN 3.749, de 05 de março de 2015
- Circular BACEN 3.769, de 29 de outubro de 2015
- Circular BACEN 3.809, de 25 de agosto de 2016
- Circular BACEN 3.846, de 13 de setembro de 2017
- Circular BACEN 3.869, de 19 de dezembro de 2017
- Carta Circular BACEN 3.907 de 10 de setembro de 2018
- Carta Circular BACEN 3.876 de 31 de janeiro de 2018
- Carta Circular BACEN 3.082 de 30 de janeiro de 2012
- Carta Circular BACEN 3.978 de 23 de janeiro de 2020
- Comunicado BACEN 43.228 de 28 de maio de 2025
- Instrução Normativa BACEN 532 de 24 de outubro de 2024
- Resolução BCB 54 de 16 de dezembro de 2020
- Resolução BCB 111 de 06 de julho de 2021
- Resolução BCB 229 de 12 de maio de 2022
- Resolução BCB 313 de 26 de abril de 2023
- Resolução CMN 2.682 de 22 de dezembro de 1999
- Resolução CMN 4.955, de 21 de outubro de 2021
- Resolução CMN 4.958, de 21 de outubro de 2021
- Resolução CMN 4.502, de 30 de junho de 2016
- Resolução CMN 4.557, de 23 de fevereiro de 2017
- Resolução CMN 4.589, de 29 de junho de 2017
- Resolução CMN 4.693, de 29 de outubro de 2018
- Resolução CMN 4.277, de 31 de outubro de 2013
- Resolução CMN 5.177, de 26 de setembro de 2024
- Resolução BCB 303, de 16 de março de 2023
- Resolução BCB 356, de 28 de novembro de 2023
- Resolução CMN 4.966, de 25 de novembro de 2021

- Resolução CMN 5.199, de 23 de dezembro de 2024